

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

MICHELLE DA SILVA MARQUES

AS PRÁTICAS COMUNITÁRIAS DESENVOLVIDAS PELO
IFSULDEMINAS - CAMPUS MACHADO PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL

UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE

NITERÓI, RJ
2012

**MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

MICHELLE DA SILVA MARQUES

**AS PRÁTICAS COMUNITÁRIAS DESENVOLVIDAS PELO IFSULDEMINAS-
CAMPUS MACHADO PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. NÍVIA VALENÇA BARROS

Niterói

2012

MICHELLE DA SILVA MARQUES

**AS PRÁTICAS COMUNITÁRIAS DESENVOLVIDAS PELO IFSULDEMINAS-
CAMPUS MACHADO PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Social.

Aprovada em 31 de julho de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Professora e orientadora Dr^a. Nívia Valença Barros
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Alacir Ramos Silva
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Renato Ferreira de Oliveira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Niterói

2012

Dedico este trabalho ao meu esposo Lucas, por todo apoio e incentivo e aos meus pais, João Euzébio e Volúzia por todo carinho, amor e zelo e ao Toquinho pela amizade,

AGRADECIMENTOS

À Deus por toda força nos momentos difíceis que coincidiram com o do desenvolvimento do estudo, por ter me fortalecido e me impedido de desistir.

À minha orientadora, Dra. Nívia Valença Barros por ter me adotado como orientadora, pela amizade, incentivo e pela confiança depositada.

Aos examinadores a Prof^a. Dr^a. Alacir Ramos Silva e Prof. Dr. Renato Ferreira de Oliveira, pelas valiosas contribuições e disponibilidade.

Aos professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF em especial os professores João Bôsko, Lenaura, Mônica e Rita de Cássia por todo o aprendizado disseminado, apoio e incentivo.

Aos técnicos administrativos do programa, em especial às servidoras Raquel e Luzia pelo atendimento de excelência.

Aos professores Leandro Carlos Paiva e André Delly Veiga por toda colaboração à pesquisa e por toda atenção.

Ao Diretor de Desenvolvimento Educacional e também entrevistado o Prof. Dr. Carlos Henrique Rodrigues Reinato, por todo o apoio durante o mestrado.

Aos entrevistados pela colaboração e boa vontade demonstrada.

Ao Reitor Sérgio Pedini e Ana Lúcia Silvestre pela colaboração.

Aos servidores do IFSULDEMINAS que viabilizaram o Minter, em especial ao Dr. Marcelo Bregagnoli que efetivou o convênio.

Aos amigos do Campus Machado, professores e técnicos administrativos em especial Fernanda, Keniara, Lith, Aidson e Tales por toda ajuda.

Ao Dr. Galdino, Procurador-Seccional Federal da AGU de Varginha por ter me acolhido na instituição e apoiado na continuação deste projeto.

Aos queridos amigos Izabella, João Augusto e Jaqueline por todo companheirismo neste período.

Aos meus amados pais, Euzébio e Volúzia, por todo apoio e incentivo durante esta jornada.

Ao meu esposo Lucas, por todo apoio incentivo, por me ensinar a não desistir nunca.

"O que me preocupa não é o grito dos violentos, nem dos corruptos, nem dos desonestos, nem dos sem ética. O que mais me preocupa é o silêncio dos bons."
(Martin Luther King).

RESUMO

O desenvolvimento local surge como uma alternativa moderna para o atendimento das demandas sociais no plano local se desenvolve por meio da integração dos diversos atores da sociedade civil, setor público e privado, organizações de diversas espécies sejam elas políticas, religiosas, culturais. Possibilita, assim, a participação da sociedade na gestão da política local, além da formação de novos arranjos e formas de cooperação, partindo da busca por uma melhor qualidade de vida e a superação das desigualdades regionais. Cada território é dotado de características próprias que o diferenciam dos demais, ou seja, o conjunto das relações estabelecidas, a identidade do seu povo, a forma de pertencimento, que constituem assim a territorialidade de um dado local. As instituições de ensino têm surgido como um importante ator neste cenário, em especial os Institutos Federais que tem buscado atuar de forma decisiva na promoção do desenvolvimento local. Neste contexto o presente estudo buscou identificar a influência das práticas comunitárias do IFSULDEMINAS Campus Machado na promoção do desenvolvimento local, nos municípios de Machado, Poço Fundo e Carvalhópolis.

Palavras-chave:

Desenvolvimento local, sociedade civil, território, territorialidade, IFSULDEMINAS Campus Machado, Machado, Poço Fundo e Carvalhópolis.

ABSTRACT

Local development emerges as a modern alternative to meet the social demands at the local level the great amount of actors of civil society support, either public and private, all kinds of organizations whether political, religious, cultural; enabling society participation in local politics management, and the formation of new arrangements and forms of cooperation, leading to a better quality of life and overcome regional inequalities. Each area has its own characteristics that differentiate it from others; which means the set of established relationships, its people identity, a form of belonging, which thus constitute territoriality in a given location. Education institutions have emerged as an important actor in a such scenario, especially the Federal Institutes which has sought to act decisively in promoting local development. In this context, this study sought to identify the influence of IFSULDEMINAS Machado Campus community practices in promoting local development in the cities of Machado, Poço Fundo and Carvalhópolis.

Keywords:

Local development, civil society, territory, territoriality, IFSULDEMINAS Machado Campus, Machado City, Poço Fundo City and Carvalhópolis City.

LISTA DE SIGLAS

IFSULDEMINAS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
MINTER	Mestrado Interinstitucional
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
NIPE	Núcleo Institucional de Pesquisa e Extensão
CEFET's	Centros Federais de Educação Tecnológica
UNED'S	Unidades Descentralizadas de Ensino
SEMTEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
MEC	Ministério da Educação e Cultura
EAD	Educação à Distância
E-TEC Brasil	Escola Técnica Aberta do Brasil
PMDI	Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CCP	Conselhos Comunitários Pastorais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
COOPFAM	Cooperativa de Cafeicultores Familiares de Poço Fundo - MG e Região
COOCAMINAS	Cooperativa dos Pequenos Cafeicultores de Poço Fundo
COOPFUNDO	Cooperativa Agropecuária de Poço Fundo Ltda
DDE	Diretor de Desenvolvimento Educacional
SEDESE	Secretaria de Desenvolvimento de Minas Gerais
UCP	Unidade Comunitária de Processamento de Café
DRS	Desenvolvimento Regional Sustentável
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O INSTITUTO FEDERAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NAS CIDADES DE MACHADO, POÇO FUNDO E CARVALHÓPOLIS.....	17
1.1 OS INSTITUTOS FEDERAIS E AÇÕES COMUNITÁRIAS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	18
1.2 O INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS – CAMPUS MACHADO E O DESENVOLVIMENTO	24
1.3 O SUL - A MENINA DOS OLHOS DE MINAS	26
1.3.1. Carvalhópolis	28
1.3.2. Machado	29
1.3.3. Poço Fundo.....	31
1.4 A PRESENÇA DO IFSULDEMINAS – CAMPUS MACHADO NOS MUNICÍPIOS DE CARVALHÓPOLIS, MACHADO,E POÇO FUNDO	32
2 TERRITÓRIO, DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	35
2.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL E TERRITORIALIDADE: DINÂMICAS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO.....	35
2.2 DESIGUALDADES TERRITORIAIS: UM ENFRENTAMENTO POSSÍVEL?	43
2.3 PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	46
3 O PAPEL DESEMPENHADO PELO IFSULDEMINAS-CAMPUS MACHADO NAS CIDADES DE MACHADO, POÇO FUNDO E CARVALHÓPOLIS	53
3.1 O PESO DA HISTÓRIA	53
3.2 IFSULDEMINAS E A CRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE.....	58
3.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL NA VISÃO DO IFSULDEMINAS E POPULAÇÃO LOCAL.....	60
3.4 PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO EM MACHADO, POÇO FUNDO E CARVALHÓPOLIS	63
3.5 PARCERIAS COM O SETOR PÚBLICO E PRIVADO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	65
3.6 TERRITORIALIDADES DO SUL DE MINAS GERAIS: DESVENDANDO MACHADO, POÇO FUNDO E CARVALHÓPOLIS	69
3.6.1 Carvalhópolis e suas territorialidades.....	70

3.6.2 Machado e suas territorialidades.....	72
3.6.3 Poço Fundo e suas territorialidades	74
3.7 AS PRÁTICAS COMUNITÁRIAS DO IFSULDEMINAS	75
3.7.1. Projeto de Equoterapia	77
3.7.2. Projeto U.C.P. (Unidade Comunitária de Processamento de Café).....	81
3.7.3. Projeto D.R.S. (Desenvolvimento Regional Sustentável)	85
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	102
ANEXOS	105
ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA: PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO.....	106
ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA: DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL.....	107
ANEXO C – ROTEIRO DE ENTREVISTA: COORDENADOR DE PROJETO.....	109
ANEXO D – ROTEIRO DE ENTREVISTA: PARTICIPANTE DO PROJETO UCP/DRS	110
ANEXO E – ROTEIRO DE ENTREVISTA: PRATICANTE DE EQUOTERAPIA.....	112
ANEXO F – ROTEIRO DE ENTREVISTA: COORDENADORA DE CURSO.....	113
ANEXO G – ROTEIRO DE ENTREVISTA: EGRESSO.....	115
ANEXO H – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	117

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa o papel do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – Campus Machado enquanto ator ativo para a promoção do desenvolvimento local no Sul de Minas Gerais. Busca-se retratar a experiência deste Instituto no desenvolvimento local das cidades de Machado, Poço Fundo e Carvalhópolis.

Em um país de dimensões continentais como o Brasil e com grandes desigualdades regionais, torna-se extremamente difícil à promoção de níveis equivalentes de desenvolvimento para as diversas localidades, neste sentido, a implementação de programas de desenvolvimento local tem sido apontada como uma possível alternativa. Tais programas demandam uma forte integração entre os diversos atores sociais, setores econômicos e os diferentes setores da economia, gestão política local e uma fundamental organização e participação da sociedade civil.

O desenvolvimento local surge como alternativa a incapacidade do Estado atuar de forma satisfatória no atendimento as demandas sociais específicas de cada localidade. A implementação de programas de desenvolvimento local emana a articulação de diversos atores na sua implementação, não somente o Estado, mas principalmente a sociedade civil de forma a produzir um desenvolvimento participativo que atenda as necessidades sociais e se baseiem nas potencialidades locais.

As Instituições Federais de Ensino tem atuado de forma importante na promoção do desenvolvimento local alinhando tal objetivo a seus princípios educacionais, ou seja, ensino, pesquisa e extensão. A atuação destas instituições se justifica pela sua capacidade de articulação com os demais atores e na produção de conhecimento científico, no caso dos Institutos Federais em especial o conhecimento científico aplicado.

Para desenvolver as considerações aqui apresentadas torna-se importante retratar a minha implicação com a temática. Ingressei no Instituto Federal do Sul de Minas – Campus Machado no ano de 2009, momento em que o Instituto passava pela transição de Escola Agrotécnica Federal para Instituto e minha contratação foi parte de um processo de expansão e mudanças em sua estrutura.

Após o ingresso na instituição, busquei conhecer um pouco sobre sua trajetória e sobre as reais transformações sofridas com esta nova roupagem, observando a nova retórica dos gestores, que evocava na fala à: “autonomia institucional”, “promoção do desenvolvimento do Sul de Minas” e “os três pilares: ensino, pesquisa e extensão”.

Com base nessa observação comecei a me questionar sobre o envolvimento real do Instituto no desenvolvimento local e sua real aplicabilidade, de acordo com as implicações institucionais em uma arena de disputas e interesses contextuais.

Desta forma após o ingresso no Minter resolvi explorar este tema que tem correlação direta também como minha área de formação - a Administração, pois investigar o papel do Instituto Federal na promoção do desenvolvimento local inscreve-se em um campo de gestão e participação.

O desenvolvimento local se dá por meio de um processo participativo que envolve a população local, visando promover acima de tudo melhores condições de vida. Para que seja promovido o desenvolvimento local, torna-se necessária articulação entre os atores (sociedade civil, empresariado, setor público e outros) seja por meio políticas formais ou através da atuação de agentes facilitadores, dentre estes as Instituições de Ensino que buscam atuar e forma a auxiliar no desenvolvimento das potencialidades da comunidade por meio de suas atividades.

O papel das instituições de ensino tem sido cada vez ampliado além das salas de aula abrangendo-se as mais diversas relações com a sociedade. As universidades já apresentam uma vasta experiência neste sentido e embora não

seja seu foco principal suas práticas comunitárias interferem no desenvolvimento da mesma, por meio das mais diversas ações, seja na pesquisa, ensino ou extensão.

Os Institutos Federais fazem parte de uma recente transformação da Rede Federal de Ensino e embora já atuassem de forma não formalizada, possuíam em sua história relatos vinculados à promoção de mudanças no local de abrangência por meio de suas práticas comunitárias.

A criação dos Institutos Federais através da Lei Federal nº 11.892/08 e a definição das finalidades destinou um amplo papel para os Institutos Federais, contemplando entre outras as finalidades de promoção da extensão, produção, desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais. Desta forma embora institucionalizada pela legislação a relação entre os Institutos Federais e a promoção do desenvolvimento, tal tema ainda é controverso e pouco explorado, uma vez que pouco se conhece efetivamente sobre qual o papel a ser desenvolvido pelos Institutos Federais neste cenário.

O IFSULDEMINAS – Campus Machado possui além de aulas no próprio Campus, polos de rede nas cidades de Boa Esperança, Carvalhópolis, Coqueiral, Poço Fundo, São Lourenço além do recém-inaugurado polo de rede de Alfenas.

Para realização do presente trabalho optou-se por analisar as ações do Campus Machado nos municípios de Carvalhópolis, Poço Fundo e Machado, uma vez que são cidades próximas, situadas na mesma microrregião de Alfenas, além de possuírem características similares e história comum.

Buscando o alcance dos objetivos do presente estudo, optou-se pela tipologia de pesquisa exploratória, visto que se procura obter um conhecimento mais aprofundado a cerca do papel que os Institutos desenvolvem frente às demandas regionais.

Para Andrade (2002) a pesquisa exploratória possui como principais finalidades: proporcionar maiores informações sobre o assunto a ser investigado; promover a facilitação na delimitação do tema de pesquisa; orientar na fixação dos objetivos e a elaboração das hipóteses; ou possibilitar a descoberta de um novo enfoque sobre o assunto.

Para uma melhor abordagem do problema, a pesquisa a ser empregada será a qualitativa, uma vez que foram realizadas entrevistas com alguns dos envolvidos nos principais projetos com enfoque no desenvolvimento implementados pelo Campus Machado com abrangências nessas três cidades.

Importantes fontes de pesquisa utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental realizada dentro do próprio Instituto visando-se conhecer melhor a realidade estudada, os projetos desenvolvidos e seus históricos, buscando-se maiores informações sobre os conceitos adotados no presente trabalho.

Segundo Gil (1999) a principal diferença existente entre a pesquisa bibliográfica e a documental concentra-se na natureza das fontes das pesquisas, uma vez que a bibliográfica utiliza-se das contribuições dos diversos autores sobre determinado tema, enquanto a pesquisa documental baseia-se em materiais que não tiveram nenhum tratamento analítico, permitindo ainda que possam ser reelaborados conforme os objetivos da pesquisa.

Como procedimentos de coleta e análise dos dados foi utilizada a análise documental das diversas fontes de pesquisa disponíveis no Instituto, entre as principais o Estatuto, Regimento o PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional (vigência de 2009 a 2013) do Instituto Federal de forma a analisar as diretrizes e o tratamento dado ao desenvolvimento local pela instituição, o Relatório de Gestão Anual do Campus, tendo observado as ações empregadas e as avaliações das atividades com impacto social, desenvolvidas bem como os controles e outras documentações de apoio disponibilizadas pela Reitoria do Instituto, pela Secretaria de Pesquisa e Extensão, Coordenação de Ensino e informações disponibilizadas pelo Núcleo Institucional de Pesquisa e Extensão (NIPE) que é um órgão de apoio eleito para dar suporte as Pró-Reitorias.

Elaboramos um panorama geral constando os projetos recentes desenvolvidos pelo Campus Machado com impacto social visando traçar os principais projetos e analisar de uma forma geral o contexto de ações do Instituto. Posteriormente selecionamos alguns projetos com área de atuação circunscrita nos municípios delimitados no estudo, ou seja, Machado, Carvalhópolis e Poço Fundo.

Posteriormente optamos por delimitar um total de quatro projetos, sendo um na cidade de Poço Fundo, um na cidade de Carvalhópolis e dois projetos na cidade de Machado, visto que por sediar o Campus, abriga o maior volume de ações.

Adotou-se ainda como procedimento para a coleta de dados as entrevistas semi-estruturadas, desta forma as entrevistas realizadas foram semi-diretivas e obedeceram a um roteiro previamente definido, com o objetivo de acessar as informações objetivas e subjetivas, avaliando a singularidade de cada ator entrevistado.

Visando conhecer a atuação geral do Instituto Federal do Sul de Minas, atuação esta que norteia e instrumentaliza a atuação de seus Campi, em especial a atuação do Campus Machado, entrevistamos o Pró-Reitor de Extensão, também professor do Campus Machado e residente no município de Poço Fundo o Dr. Renato Ferreira de Oliveira.

Num segundo momento focando na atuação do Campus Machado entrevistamos também o professor Carlos Henrique Rodrigues Reinato atual Diretor de Desenvolvimento Educacional do Campus Machado e também membro do Núcleo Institucional de Pesquisa e Extensão (NIPE) que órgão de apoio às Pró-Reitorias de Extensão e Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação com a competência de ¹ “elaborar, analisar, fomentar, aprovar, selecionar, operacionalizar estratégias e integrar as atividades de pesquisa e extensão para o desenvolvimento institucional”.

No município de Poço Fundo foram entrevistados os envolvidos no projeto “DRS Poço Fundo” projeto este que busca por meio da capacitação dos cooperados das cooperativas de Poço Fundo: Coopfam, Cocaminas e Coopfundo contribuir para o desenvolvimento da cafeicultura no município. Selecionamos como entrevistados o professor André Delly Veiga, coordenador do projeto e um dos cooperados o Sr. L.C. de uma das cooperativas parceiras do IFSULDEMINAS no projeto D.R.S. Poço Fundo, tendo sido usuário do projeto.

No município de Machado um dos projetos escolhidos foi o projeto UCP/ATER-CAFÉ que consiste na criação de Unidades comunitárias de processamento de café e de capacitação de jovens agentes de assistência técnica e extensão rural para cafeicultura familiar e teve como beneficiários diretos, 27 famílias do bairro dos 300 no município de Machado, entrevistamos assim o coordenador do projeto o professor Leandro Carlos Paiva e a Sra. Virgínia Moreira de Figueiredo Dias moradora do bairro 300 e que juntamente com sua família participa do projeto.

Entrevistamos ainda a professora Daiane Moreira Silva coordenadora do projeto Equoterapia desenvolvido pelo IFSULDEMINAS – Campus Machado na cidade de Machado projeto este que consiste no atendimento gratuito aos portadores de necessidades especiais, por meio um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem multidisciplinar,

¹ Resolução Nº 056/2011, de 08 de dezembro de 2011 e o Regimento dos Núcleos Institucionais de Pesquisa e Extensão (NIPE) DO Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais disponível em: <<http://www.mch.ifsuldeminas.edu.br/~nipe/regimento.html>>>

entrevistamos também a Sra. Sandra Pimentel Mendes praticante do projeto de Equoterapia do IFSULDEMINAS – Campus Machado.

No município de Carvalhópolis optamos por abordar um projeto pedagógico, ou seja, entrevistar a professora Cristina Carvalho de Almeida, professora e coordenadora do Curso Subsequente de Informática no Polo de Rede de Carvalhópolis, entrevistamos ainda o aluno egresso Henrique Borges Morais que se formou no referido curso no ano de 2011.

Antes do início das entrevistas efetuamos a leitura do termo de consentimento para os entrevistados, bem como do roteiro de entrevista, solicitamos assim a assinatura do termo e a autorização para gravação da entrevista e divulgação dos nomes dos entrevistados no presente trabalho.

No primeiro capítulo abordamos a influência das instituições federais de ensino na promoção do desenvolvimento local, a relação do Instituto Federal do Sul de Minas com o desenvolvimento da região em que está inserido. Posteriormente apresentamos o recorte territorial da pesquisa, ou seja, as cidades delimitadas como contexto representativo das ações desenvolvidas no Sul de Minas. Buscamos evidenciar as características e especificidades dos municípios de Machado, Poço Fundo e Carvalhópolis e a relação direta do Instituto com estes municípios.

No segundo capítulo nos propusemos a realizar uma discussão conceitual sobre territorialidade, desenvolvimento local e desigualdades. O debate conceitual em torno da temática de desenvolvimento local se deve ao fato de existir uma diversidade conceitual relacionada ao tema. Finalizamos ainda o presente capítulo com uma abordagem sobre a participação da sociedade civil no desenvolvimento local, visto que é o elemento central da construção.

Por fim, o terceiro capítulo foi dedicado à apresentação dos resultados da pesquisa. Nesta parte do estudo foi realizado um levantamento das práticas comunitárias realizadas pelo Instituto e a escolha de algumas dessas práticas para aprofundamento e posteriormente foi realizada uma interlocução junto à sociedade, representada pelos participantes de alguns projetos e com os agentes facilitadores dessa atuação dentro do Instituto (coordenadores, diretor e pró-reitor) visando identificar a influência de tais ações na promoção do desenvolvimento local nos municípios de Carvalhópolis, Machado e Poço Fundo.

1 O INSTITUTO FEDERAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NAS CIDADES DE MACHADO, POÇO FUNDO E CARVALHÓPOLIS

Antes mesmo da transição das Escolas Agrotécnicas Federais e CEFET's para Institutos Federais, as instituições já possuíam um contato muito próximo com as comunidades inseridas e um amplo conhecimento da realidade local, já desenvolviam inclusive diversos projetos comunitários que atuavam diretamente no desenvolvimento da localidade em que estavam inseridas; todo este trabalho era realizado vinculado às atividades de ensino, visto que as instituições não eram dotadas de qualquer determinação legal para que assim fizessem.

Com o advento da Lei Federal 11.892/08 que modificou a forma de estruturação da Rede Federal de Ensino e atribuiu a estas instituições agora denominadas Institutos Federais, a competência de desenvolver a região onde estão inseridos. A forma de atuação das Instituições foi se modificando e ela foi se instrumentalizando melhor para o atendimento dessa "missão", seja através de recursos humanos, financeiros e também conhecimento, desta forma a pesquisa e extensão e o desenvolvimento local passaram a ser temáticas presentes nos trabalhos desenvolvidos pelo Instituto.

O IFSULDEMINAS – Campus Machado, apresenta um histórico de atuação muito presente na comunidade, embora com essa nova roupagem tais ações tenham recebido maior destaque pela gestão da Instituição e também em termos orçamentários.

O Sul de Minas Gerais que é a área de atendimento do IFSULDEMINAS é uma região muito ampla e diversificada, com uma infinidade de municípios. Dentro do objeto desse estudo abordaremos somente os municípios de Machado, Poço Fundo e Carvalhópolis, que são municípios pequenos e próximos, dotados de características similares, tendo um forte potencial agrícola, focado especialmente na cafeicultura, além da agricultura familiar que é muito marcante, destacamos ainda o potencial associativista e cooperativista.

1.1 Os Institutos Federais e ações comunitárias em prol do desenvolvimento local

O espaço público comunitário de acordo com Pereira (2003, p. 104) desempenha um papel importante na promoção do desenvolvimento local e evidencia ainda a relevância da existência de mecanismos de garantia da participação dos tipos de representação da sociedade. Considera ainda que o espaço público vai além dos poderes públicos constituídos, abrigam também às instâncias locais de assessoramento e controle, conselhos, comissões e que é fundamental a participação da sociedade local o desenvolvimento ocorra de forma “solidária e compartilhada”. Nesse sentido os poderes públicos locais devem mobilizar as forças sociais e econômicas buscando alcançar os objetivos construídos de forma democrática para o município.

Neste contexto as instituições federais de ensino tem desempenhado um papel fundamental na promoção mudanças no território onde está inserida, trabalhando com um conceito de educação na sua forma mais ampla.

A Lei das Diretrizes Bases da Educação Nacional, Nº 9.394 de 1996 concebe a educação na forma ampla do conceito, envolvendo a sociedade na sua concepção, conforme:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de

ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 2006)²

Desta forma o papel das Instituições de Ensino vai além dos limites da sala de aula, atuando de forma ativa produzindo cidadania por meio do ensino, conhecimento científico de interesse social, além de sua atuação por meio da extensão interferindo diretamente no território onde está inserida por meio das mais diversas ações.

Considerando o papel de transformação social desempenhado pelas instituições de ensino, Melo Neto (2003) vislumbra a extensão como sendo um trabalho voltado à produção do conhecimento novo, trabalho este que possui ainda um papel social como produto da atividade extensionista, dentro deste papel social, observa-se que a sua ação resultante é uma ação deliberada, criando um produto que se chama conhecimento para a transformação social.

As universidades já possuem uma vasta experiência na promoção de intervenções na sociedade, especialmente através da extensão. Silva (2002) considera a extensão como sendo a expressão do compromisso social do próprio conceito de universidade, sendo uma concepção que se origina no momento em que é adotado o modelo de universidade, junto ao estabelecimento dos objetivos sociais, políticos e culturais. Tratando-se de uma construção histórica com dimensões teóricas fundantes de ações que ajudam a delimitar o próprio espaço da universidade, que por sua vez, integra um contexto de muitas instituições de mesma complexidade.

De acordo com Souza (2000) o aumento da relevância da extensão nas instituições de ensino foi gerado devido ao não cumprimento do papel do ensino e pesquisa como instrumento para possibilitar à universidade sua função de socialização por meio da integração social da maioria dos indivíduos.

Em seu estudo sobre a Rede Federal de Educação Tecnológica na promoção do desenvolvimento local, Pereira (2003, p.105) considera que os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) se inseriram na questão do desenvolvimento local no momento em que as políticas em prol do desenvolvimento local passaram a

² De acordo com a LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Alterada pela LEI Nº 9.475/97 e LEI Nº 10.287/2001, LEI No 10.328/2001, já inserida no texto).

serem valorizadas. Considera ainda não se tratar de um ato de “subordinação econômica” e sim de uma possibilidade de aprendizado do desenvolvimento, como sendo produto da decisão política que surge dos poderes públicos constituídos além do compromisso do Centro Federal de Educação atuando como um dos agentes tanto no seu comportamento ou olhar trabalhando na qualificação da mão-de-obra está de certa forma atuando nessa função.

Ainda de acordo com Pereira (2003, p.105) o que favorece a atuação dessas instituições na questão da promoção do desenvolvimento local é a autonomia da que dispõe, além da agilidade das instâncias deliberativas mais próximas e da confiabilidade depositada pela comunidade. Assumindo este papel de atuar na promoção do desenvolvimento local as instituições estão de certa forma alterando a lógica de seu curso histórico. Do chamado “industrialismo” que reflete uma época em que a ótica das instituições se voltava apenas para as grandes empresas como também as políticas em prol do desenvolvimento tinham seu foco voltado para a alocação de profissionais qualificados nos arranjos produtivos locais se tornava apenas uma consequência. No entanto a ótica se altera e as ações institucionais passam a se basear “na cultura produtiva local”.

Para que os Institutos realmente assumissem este papel na promoção do desenvolvimento local de forma institucionalizada e não assistencial foi necessário que o sistema federal de educação desse um salto. A Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica iniciou sua história em 1909, conforme Ministério da Educação (2009), quando o presidente da República da época Nilo Peçanha, criou as 19 escolas de Aprendizes e Artífices que mais tarde se tornariam a atual Rede Federal de Ensino, atendendo inicialmente as “classes desprovidas”. Do ano de 1909 a 2002 foram criadas 140 escolas técnicas por todo o país e nos últimos 8 anos mais de 214 instituições com previsão de mais 81 para o primeiro semestre de 2012.

A Lei Federal que trata da criação dos Institutos Federais foi a de nº 11.892/08, legislação esta que efetiva a criação do novo sistema federal de ensino e em seu artigo 1º trata da inclusão dos Institutos Federais nesse sistema, conforme:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais; (BRASIL, 2008);

II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;
II - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;
IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais. (BRASIL, 2008)

Os Institutos Federais passaram a ser divididos por região e o estado de Minas Gerais por sua amplitude territorial passou a contar com cinco Institutos, o Instituto Federal de Minas Gerais, sediado em Belo Horizonte, o Instituto Federal do Norte de Minas, com sede em Montes Claros, o Instituto Federal do Sudeste de Minas, com sede em Juiz de Fora, o Instituto Federal do Triângulo Mineiro com sediado em Uberaba, além do Instituto Federal do Sul de Minas com reitoria Instalada na cidade de Pouso Alegre.

Tratando dessa divisão territorial dos Institutos, Pacheco (2009, p.9 e 10) considera que esta “estrutura multicampi” e a definição da área de abrangência das ações permitem aos Institutos afirmar na sua missão o compromisso de promover interferências no território onde se inserem, solucionando problemas locais por meio da aplicação de “soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social”. Buscando alinhar as potencialidades do local que favorecem o desenvolvimento com os cursos ofertados, realizando tal definição por meio de audiências públicas e de escuta às representações da sociedade.

Além de tratar da criação dos Institutos Federais, a mesma lei 11.892/08 expressa este compromisso evocado por Pacheco (2009) com a promoção do desenvolvimento do local onde o Instituto se insere neste sentido A Lei 11.892/08 que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, trazendo em seu artigo 6, as finalidades e características dos Institutos Federais, conforme:

Art. 6o Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (BRASIL, 2008)

O Instituto Federal de Santa Catarina³ (2008) julga que o processo educativo funda-se sobre os três pilares, ensino, pesquisa e extensão, como dimensões formativas e libertadoras indissociáveis e sem hierarquização, havendo uma relação dinâmica e potencializadora entre a extensão, o ensino e a pesquisa. A extensão é o espaço em que os Institutos Federais promovem a articulação entre o saber fazer e a realidade sócio-econômica, cultural e ambiental da região. Desta forma Educação, Ciência e Tecnologia devem se articular visando à promoção do desenvolvimento local e regional, permitindo assim a interação imprescindível à vida acadêmica.

Pacheco (2009, p.9 e 10) considera a necessidade eminente da articulação dos Institutos Federais com outras políticas sociais, visto que devem buscar a formação de "Observatórios de Políticas Públicas", promovendo intervenções por meio das práticas de ensino, pesquisa e uma extensão de forma articulada com as "forças sociais da região". Acredita ainda nos Institutos como sendo um fundamental espaço de caminhos que podem levar ao desenvolvimento local e regional, desta forma é necessário que avancem para além no entendimento da educação profissional e tecnológica simplesmente como instrumentalizado de modelar as pessoas para ocupações determinadas por um mercado.

³ Fonte: Instituto Federal de Santa Catarina. Disponível em:
<http://www.ifsc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15&Itemid=20>

Os Institutos devem desenvolver neste sentido competências e propostas inovadoras de organização e gestão, desta forma Pacheco (2009, p.24) acredita na fundamental relevância de manter um diálogo constante com as realidades locais e regionais e de forma sincronizada com o global, de forma a possibilitar tecer uma rede social com potencial de geração de respostas precisas às demandas de desenvolvimento sustentável e inclusivo, aos arranjos e tecnologias educacionais próprios.

De acordo com o Instituto Federal de Santa Catarina (2008) As atividades de Extensão dos Institutos Federais têm as seguintes diretrizes:

- Contribuição no desenvolvimento da sociedade possibilitando vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para avaliação periódica e atualização constante da pesquisa e do ensino;
- Busca pela interação dos Institutos Federais com a comunidade inserida através da participação de seus servidores em ações que se integrem com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com entidades da sociedade civil;
- Associar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade por meio da avaliação de seus interesses e necessidades por meio de mecanismos que inter-relacione o saber acadêmico ao popular;
- Promoção da prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, contribuindo assim para a formação de profissionais-cidadãos;
- Participação ativa em projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões;
- Estabelecimento de articulações políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional, com foco na inclusão social.

Embora as instituições de ensino, especialmente os Institutos Federais possam atuar na promoção do desenvolvimento local. Paula (2004, p.77) considera que o processo de desenvolvimento de uma dada localidade pode ser induzido, de “modo exógeno”, mas sua realização só pode ser efetivada de “modo endógeno”. Desta forma embora possa convencer e mobilizar as pessoas sobre um projeto de desenvolvimento elaborado “de fora para dentro” e “de cima para baixo”, porém para sua efetiva realização torna-se fundamental a adesão e participação dos indivíduos,

desta forma elas precisam considerar aquele projeto como se fosse “delas”, da mesma forma que tivesse sido concebido “de baixo para cima” e “de dentro para fora”.

1.2 O Instituto Federal do Sul de Minas – Campus Machado e o Desenvolvimento

As primeiras iniciativas para construção de uma Escola Agrícola em Machado surgiram em 1948. Em 24 de dezembro do mesmo ano foi celebrado o acordo entre a União e o governo do Estado de Minas Gerais, pela Lei nº 330, autorizando a abertura de crédito especial de (oitocentos mil réis) moeda corrente na época, para início dos trabalhos da Escola de Iniciação Agrícola.

A Prefeitura fez a doação de uma gleba de terra no local denominado Fazenda do Pântano. A doação foi então aceita pelo Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, pelo Decreto nº 27.423 de 14/11/1949. A Prefeitura comprou esta fazenda em 31/12/1948, sendo que recorreu a empréstimos bancários autorizados pela Lei 28 de 08/12/1948, e 33, de 04/04/1949. Posteriormente, o Município doaria à União, para uso da escola, mais uma gleba de terra, de 76.918 m². Em setembro de 1951 houve a assinatura do termo de entrega do imóvel denominado Pântano que media 167 hectares e o primeiro Diretor foi nomeado em 1948, para executar as obras de construção da Escola de Iniciação Agrícola que até então era diretor da Escola Agrícola de Muzambinho⁴.

Assim, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Campus Machado foi inaugurado oficialmente como Escola de Iniciação Agrícola de Machado em 03 de julho de 1957 e transformado em Ginásio Agrícola de Machado, pelo Decreto nº 53.558 de 14 de fevereiro de 1964 e pelo Decreto nº 83.935 de 04 de setembro de 1979 passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Machado-MG. Hoje é uma autarquia Federal vinculada a SEMTEC/MEC sob a égide da Lei Federal nº 8.731 de 16 de novembro de 1993.

⁴Fonte: <http://www.mch.ifsuldeminas.edu.br/~exalunos/historico.html>

Em 2008 o Governo Federal implementou uma nova ordenação para a educação do país com a criação dos Institutos Federais. Neste sentido, através da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades passaram a formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No Sul de Minas, as Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, tradicionalmente reconhecidas pela qualidade na oferta de ensino médio e técnico foram unificadas. Nasce assim o atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS.

Hoje, o IFSULDEMINAS oferece cursos de ensino médio integrado, técnico, cursos superiores de tecnologia, licenciatura, especialização, pós-graduação e cursos de Educação a Distância. Além dos campi de Inconfidentes, Machado e Muzambinho o IFSULDEMINAS tem Unidades Avançadas e Polos de Rede nas cidades da região.

A Reitoria interliga toda a estrutura administrativa e educacional dos campi. Sediada em Pouso Alegre, sua estratégica localização, permite fácil acesso aos campi e unidades do IFSULDEMINAS. A missão preconizada pelo Instituto é promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais.

Em todo o Brasil os Institutos Federais apresentam um modelo pedagógico e administrativo inovador. São 38 unidades, com mais de 300 campi em todos os estados. O Ministério da Educação atualmente tem investido R\$1,1 bilhão na expansão da Rede Federal.

Em 2010 o número de escolas ultrapassou as 354 unidades previstas sendo oferecidas 500 mil vagas em todo o país.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)⁵ do Instituto Federal o objetivo específico da extensão do Instituto é fomentar o desenvolvimento

⁵ O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) com vigência de 2009 a 2013 e trata-se de um instrumento que subsidia as ações gestoras do IFSULDEMINAS, baseado nos dispositivos legais de orientação da Lei No

regional por meio da qualificação e formação profissional, suporte para a organização da sociedade civil, apoio e incentivo às iniciativas de geração de trabalho e renda e difusão da Ciência e Tecnologia no Sul de Minas Gerais.

1.3 O Sul - A menina dos olhos de Minas

O Estado de Minas Gerais de acordo com a Fundação João Pinheiro (2010) ⁶ possui como capital o município de Belo Horizonte, apresentava no ano de 2010 uma população estimada em 19.597.330 habitantes, uma área total de 587 mil Km², uma densidade demográfica de 34,2 habitantes por Km², além de uma totalidade de 853 municípios e 1626 distritos (Fundação João Pinheiro, 2008).

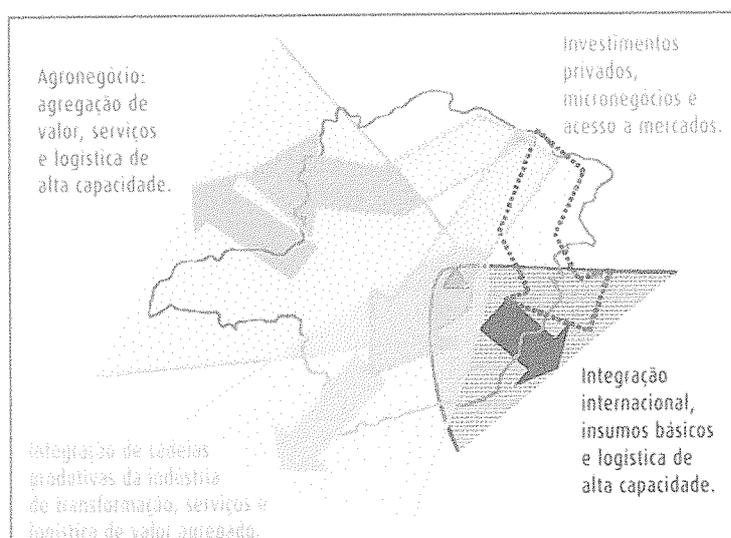
O estado de Minas Gerais é considerado um estado rico, dotado de riquezas naturais, porém ao mesmo tempo por ser um estado de grandes dimensões territoriais abriga desigualdades regionais, já expressas na Constituição do Estado e também no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) desenvolvido pelo Governo de Minas Gerais (2007) é um plano de longo prazo instituído pela Constituição Mineira e estabelece diretrizes que permitem balizar a formulação dos demais instrumentos de planejamento, sendo elaborado pela primeira vez em 2003.

Ainda de acordo com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado de 2007-2023 a estratégia de desenvolvimento de Minas Gerais para os próximos 17 anos é formada por seis estratégias setoriais, que formam o núcleo propulsor do processo de transformação de Minas Gerais com perspectiva integrada do capital humano, investimento e negócios, integração territorial competitiva, sustentabilidade ambiental, rede de cidades e equidade e bem-estar.

Considerando ainda a dimensão da Integração Territorial Competitiva do Estado, considera-se que a economia mineira está inserida em três espaços geoeconômicos distintos, cada um deles dotados de uma lógica particular de desenvolvimento. Sendo essas dinâmicas espaciais de desenvolvimento:

10.861, de 14 de abril de 2004, que estabelece a Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) devendo ser elaborado a cada 5 anos.

⁶ Fonte: Fundação João Pinheiro, Perfil de Minas Gerais 2010



Fonte: Governo do Estado de Minas, PMDI 2007-2023

A macrorregião Sul de Minas Gerais abriga 178 municípios, sendo subdivididos em 11 microrregiões, sendo elas identificadas por cidades polos, sendo elas: Alfenas, Andrelândia, Itajubá, Lavras, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso, Varginha, destaca-se com maior renda média per capita o município de Poços de Caldas com renda de R\$ 964,11 e como menor renda per capita o município de Marmelópolis, com renda de R\$ 386,23 (JOÃO PINHEIRO, 2010)⁷.

De acordo com a Fundação João Pinheiro (2010) possui como principais circuitos turísticos, as estâncias do Sul que abrigam Águas, Caminhos do Sul de Minas, Caminhos Gerais, Malhas do Sul de Minas, Montanhas Cafeeiras de Minas, Montanhas Mágicas da Mantiqueira, Nascentes das Gerais, Serras Verdes do Sul de Minas, Terras Altas da Mantiqueira e Vale Verde e Quedas D'água.

Os municípios delimitados como foco desse estudo situam-se na microrregião de Alfenas segundo IBGE, é composta por 12 municípios, sendo elas:

⁷ Fonte: Fundação João Pinheiro. Renda per capita dos municípios de Minas Gerais - Renda Mensal Per Capita, por Situação de Domicílio Municípios da Região de Planejamento Sul de Minas 2010 (Censo Demográfico - 2010)

Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal, 1991 e 2000								
Microrregião de Alfenas								
Município	IDHM, 1991	IDHM, 2000	IDHM-Renda, 1991	IDHM-Renda, 2000	IDHM-Longevida de, 1991	IDHM-Longevida de, 2000	IDHM-Educação, 1991	IDHM-Educação, 2000
Alfenas	0,758	0,829	0,694	0,754	0,774	0,864	0,805	0,869
Alterosa	0,653	0,736	0,56	0,655	0,71	0,754	0,688	0,799
Areado	0,69	0,78	0,62	0,713	0,71	0,785	0,739	0,841
Carmo do Rio Claro	0,669	0,772	0,584	0,669	0,692	0,816	0,732	0,831
Carvalhópolis	0,676	0,773	0,595	0,657	0,71	0,809	0,722	0,854
Conceição da Aparecida	0,677	0,784	0,595	0,724	0,71	0,816	0,726	0,811
Divisa Nova	0,674	0,735	0,627	0,659	0,71	0,754	0,685	0,792
Fama	0,699	0,786	0,622	0,702	0,71	0,816	0,764	0,84
Machado	0,704	0,789	0,66	0,733	0,71	0,785	0,742	0,85
Paraguaçu	0,683	0,788	0,607	0,71	0,674	0,816	0,768	0,839
Poco Fundo	0,693	0,774	0,64	0,696	0,709	0,798	0,73	0,827
Serrania	0,666	0,745	0,621	0,658	0,674	0,773	0,702	0,805

Fonte: Elaborado pela autora, baseado no Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD, 2003

Alfenas, Alterosa, Areado, Carmo do Rio Claro, Carvalhópolis, Conceição da Aparecida, Divisa Nova, Fama, Machado, Paraguaçu, Poço Fundo e Serrania. Em relação ao desenvolvimento humano dessa microrregião, cabe avaliar o Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal, que abrange o período de 1991 e 2000.

Os municípios delimitados como foco desse estudo: Machado possui no ano 2000, o IDH-M de 0,704 ocupando o 73º lugar no ranking do estado, Poço Fundo IDH-M de 0,693 e 144ª colocação no ranking e Carvalhópolis que apresenta IDHM de 0,676 e 148º lugar no ranking.

1.3.1. Carvalhópolis

De acordo com o IBGE⁸ o município de Carvalhópolis era denominado inicialmente de Carvalhos sendo elevado a distrito em 1923, passando a se chamar Cana-do-Reino. A criação do município resultou de um desmembramento do município de Machado, que ocorreu no ano de 1953. No ano de 1962, o município passou a ser denominado Carvalhópolis.

⁸ Fonte: IBGE Cidades, Histórico de Carvalhópolis, fornecido pela Secretaria da Cultura. Autor do Histórico: Sérgio Antonio do Amaral Resende. Disponível em: << <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=mg>>>

Conforme dados da Prefeitura Municipal de Carvalhópolis o município possui uma área de 80,9 Km², uma população de 3341 habitantes (IBGE, 2010⁹), sua população reside em sua maioria em área urbana, sendo cerca de 73,6% da população. Possui um relevo de 50% ondulado, 35% montanhoso e 15% plana, apresenta como principais Serras a Serra do Arranca Rabo, Serra da Lagoa e Serra da Bocaina Ponto culminante Serra do Arranca Rabo 1.143 metros de altura, dotado de um clima ameno com temperatura média anual de 19,6°C, sendo banhado pelo Rio Dourado e Córrego do Caeté, possui como principais atrativos turísticos naturais uma queda d'água com aproximadamente 3 metros de altura e 60 metros de largura localizada no bairro dos Macacos, distante 5 km do município além do Parque Municipal Dona Jandira.

De acordo com a Fundação João Pinheiro (2010) o município de Carvalhópolis se situa na microrregião de Alfenas, possui uma renda per capita média de R\$ 549,11. Para o IBGE um dos principais atrativos naturais de Carvalhópolis é uma queda d'água com de aproximadamente 3 metros de altura e 60 metros de largura localizada no bairro dos Macacos, distante 5 km do município. As outras opções da cidade são as festas do padroeiro São Sebastião e de São Vicente de Paula, com barraquinhas e leilões.

As principais atividades econômicas do município de Carvalhópolis de acordo com Prefeitura Municipal de Carvalhópolis (2011) ¹⁰são: confecção de vestuário, fabricação de produtos alimentícios e bebidas, fábrica de doces e agropecuária.

1.3.2. Machado

A história de Machado é contada pela Prefeitura Municipal de Machado (2010) como tendo os primeiros registros datados de 1750, ocasião Os primeiros registros históricos relativos à Machado datam de 1750, ocasião após diversas disputas com São Paulo as suas terras quando suas terras passaram a ser propriedade de Minas Gerais. Relata-se que na época tratava-se de terras de passagem para viajantes e que souberam da notícia das terras e sua qualidade e

⁹ Fonte: IBGE – Indicadores Sociais Municipais: Uma análise dos resultados do universo demográfico 2010

resolveram cultivar e firmar propriedade no local, mas a história de machado propriamente dita iniciou-se entre 1810 e 1815.

Acredita-se que os primeiros habitantes das terras do município de Machado chegaram na região entre o ano de 1810 e 1815 organizando suas propriedades no desenvolvimento de atividades agropecuárias. O povoado foi transformado em distrito em 3 de julho de 1857 e posteriormente a vila denominada Santo Antônio do Machado, pela Lei provincial número 2 648, de 30 de novembro de 1880. Na data de 24 de setembro de 1883 teve seu território desmembrado de Alfenas e Campanha e tornou-se cidade pela Lei provincial 2 766, de 13 de setembro de 1881. IBGE APUD ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS (1959)

Cada povo tem sua identidade própria formada a partir do modo de agir, suas características e suas singularidades. De acordo com a Prefeitura Municipal de Machado (2010) a cidade possuiu mais de 125 anos e aproximadamente 50 mil habitantes, sendo uma cidade que “alia tradição e modernidade”. Possui uma forte vocação para a cafeicultura e destaque no país, além da atuação na pecuária leiteira, no segmento de mercado de laticínios, além de indústrias já consolidadas e em instalação na ocasião, possui facilidade no escoamento da produção devido a sua proximidade com grandes centros comerciais.

A população identificada pelo IBGE (2010)¹¹ foi de 38.688 e possui uma área da unidade territorial de 585,958Km² e densidade demográfica 66,03(hab/Km²), possuindo uma população predominantemente urbana de 82,9% e 17,1 % rural. De acordo com a Fundação João Pinheiro (2010) o município de Machado é situado na microrregião de Alfenas e possui renda per capita média de R\$ 700,21.

O município de Machado tem como principal atividade econômica o cultivo do café, cultura sob a qual boa parte da cidade se articula, especialmente os produtores que se organizam e vinculam através de cooperativas. IBGE (2007)¹² situa-se à aproximadamente 270 Km de São Paulo e 405 Km de Belo Horizonte, 33 Km de Alfenas, 69 Km de Varginha e 87 Km de Poços de Caldas.

Conforme relatado por SILVA (2011) observa-se na cidade de Machado uma forte presença de organização dos artesãos em associações, buscando assim

¹⁰ Fonte: Lei Municipal Nº 1105 de 15 de dezembro de 2011, Disponível no site da Prefeitura Municipal.

¹¹ Fonte: IBGE, Censo Demográfico

¹² Fonte: IBGE, Cidades

revitalizar a economia solidária, possuindo ainda uma grande capacidade de cooperação entre si e divisão de tarefas, tendo como grande desafio a criação de uma identidade cultural baseada no artesanato e promover sua valorização na sociedade local.

1.3.3. Poço Fundo

A cidade de Poço Fundo foi fundada em 02 de Abril de 1870, tendo como marco inicial a construção da capela São Francisco de Paula do Machadinho, projeto este idealizado pelo Capitão Francisco Ferreira de Assis, inicialmente pertencente ao município de Alfenas, posteriormente distrito do município de Alfenas e num segundo momento distrito de São Gonçalo do Sapucaí e ainda ficou vinculada ao município de Machado até sua emancipação.

No ano de 1923 pela Lei Estadual 843 tornou-se município, com o nome de Gimirim que em tupi-guarani significa Machado Pequeno e em 12 de dezembro de 1953, pela Lei Estadual 1.903 passou a chamar Poço Fundo.

Avaliando-se as formas de organização da sociedade para promoção do desenvolvimento local, Ferreira (2010, p.164) considera como uma das principais formas de organização social existentes na cidade de Poço Fundo como sendo a igreja católica, principalmente nos bairros rurais, relatando a existência de diversos CCP (Conselhos Comunitários Pastorais) organizados em nove (9) comunidades urbanas e 37 comunidades rurais onde existem pessoas responsáveis pela coordenação dos trabalhos locais e interação com as demais comunidades e paróquia, responsáveis eleitos de forma democrática por seus pares e dotados de poder de decisão nas reuniões.

Outra forma de associação citada por Ferreira (2010, p.176) a Associação dos Congadeiros é uma importante associação social e cultural, onde em prol da manutenção da manifestação artística a população cuida da manutenção e reparos de instrumentos, aquisição de roupas, bandeiras, fogos de artifício e viagens por meio de doações da população e poucas vezes pela prefeitura municipal. Existindo ainda projetos futuros como o da “Casa dos Congadeiros” ainda não concretizado.

A cidade de Poço Fundo foi fundada em 02 de Abril de 1870, tendo como marco inicial a construção da capela São Francisco de Paula do Machadinho, inicialmente pertencente ao município de Alfenas, posteriormente distrito do município de Alfenas e num segundo momento distrito de São Gonçalo do Sapucaí e ainda ficou vinculada ao município de Machado até sua emancipação.

No ano de 1923 pela Lei Estadual 843 tornou-se município, com o nome de Gimirim que em tupi-guarani significa Machado Pequeno e em 12 de dezembro de 1953, pela Lei Estadual 1.903 passou a chamar Poço Fundo.

Avaliando-se as formas de organização da sociedade para promoção do desenvolvimento local, Ferreira (2010, p.164) considera como uma das principais formas de organização social existentes na cidade de Poço Fundo como sendo a igreja católica, principalmente nos bairros rurais, relatando a existência de diversos CCP (Conselhos Comunitários Pastorais) organizados em nove (9) comunidades urbanas e 37 comunidades rurais onde existem pessoas responsáveis pela coordenação dos trabalhos locais e interação com as demais comunidades e paróquia, responsáveis eleitos de forma democrática por seus pares e dotados de poder de decisão nas reuniões.

Outra forma de associação citada por Renato (2010, p.176) a Associação dos Congadeiros é uma importante associação social e cultural, onde em prol da manutenção da manifestação artística a população cuida da manutenção e reparos de instrumentos, aquisição de roupas, bandeiras, fogos de artifício e viagens por meio de doações da população e poucas vezes pela prefeitura municipal. Existindo ainda projetos futuros como o da “Casa dos Congadeiros” ainda não concretizado.

O município de Poço Fundo, de acordo com dados da Fundação João Pinheiro (2010) se situa na microrregião de Alfenas, possuindo uma população total de 15959 habitantes e uma renda per capita média de R\$ 609,28.

1.4 A presença do IFSULDEMINAS – Campus Machado nos municípios de Carvalhópolis, Machado, e Poço Fundo

O foco da atuação do Campus Machado especialmente quando se fala de pesquisa é voltado para a cafeicultura, visto que possui reconhecida tradição

e competência tecnológica, além de sua história de mais de 30 anos na oferta de cursos de Ciências Agrárias. Nos últimos anos a instituição tem buscado diversificar sua clientela, por meio da criação de cursos nas áreas de Informática, Enfermagem, Segurança do Trabalho, Técnico em Alimentos, Tecnólogo em Cafeicultura, Engenharia Agrônoma e Licenciaturas em Biologia, Computação e Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para Educação Básica, Educação Profissional e Tecnológica.¹³

Atualmente a maior parte dos cursos são ofertados no Campus Machado, sendo que integrados com o ensino médio são ofertados os cursos Técnico em Alimentos, Informática e Agropecuária, além dos cursos na modalidade subsequente, ou seja, para alunos que já tenham concluído o ensino médio, sendo ofertados para este público, os cursos de Segurança do Trabalho, Agropecuária e Administração, além dos cursos superiores de Biologia, Formação Pedagógica, Tecnólogo de Alimentos, Tecnólogo em Cafeicultura e Licenciatura em Informática.

Na cidade de Carvalhópolis é oferecido somente o curso na modalidade Subsequente Técnico em Informática, sendo o local do curso disponibilizado pela Prefeitura do município, já no município de Poço Fundo foi recentemente inaugurado um Polo de Rede do IFSULDEMINAS, onde são ofertados atualmente três cursos na modalidade subsequente, sendo Técnico em Administração, Enfermagem e Informática.

O Campus Machado disponibiliza ainda os cursos na modalidade EAD (Educação à Distância)¹⁴ fornecendo o curso Técnico em Segurança do Trabalho enquadrado no sistema Rede e-Tec Brasil¹⁵, que tem como objetivo principal ofertar educação profissional e tecnológica na modalidade à distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, Estados e Municípios. O MEC é responsável pela assistência financeira na elaboração dos cursos. Aos Estados e Municípios, cabem providenciar estrutura, equipamentos, recursos humanos, manutenção das atividades e demais itens necessários para a instituição dos cursos.

¹³ Fonte: Relatório de Gestão do IFSULDEMINAS – Campus Machado referente ao Exercício 2010.

¹⁴ Fonte: Coordenação de Educação à Distância do Campus Machado

¹⁵ Criada pelo Decreto Nº 7.589, de 26 de outubro de 2011 que institui a Rede e-Tec Brasil

No Campus Machado foram disponibilizadas 220 vagas, sendo 54 no polo de rede de Alfenas, 54 em Guaxupé, 55 vagas em Machado e mais 55 em Muzambinho, o processo seletivo para os interessados no curso se dá através de sorteio, critério que possibilita a mesma proporcionalidade na chance de ser contemplado.

Além dos cursos regulares, são desenvolvidos inúmeros projetos pelo Instituto que abrangem as cidades de Machado, Poço Fundo e Carvalhópolis, como os projetos: Capacitação de Baristas em Produção de Cafés Especiais, Desenvolvimento de competências técnicas e de gestão em culturas de tecidos, Diversidade de inimigos naturais e pragas do cafeeiro em diferentes sistemas de cultivo. Estudo do Concurso Estadual de Qualidade dos Cafés de Minas Gerais como programa de melhoria de qualidade para os produtores de Minas Gerais, IG - Projeto de incentivo ao estabelecimento de indicação geográfica na modalidade de indicação de procedência na região "Serras do Sul de Minas" para o produto café, Lixo eletrônico, NAAC – Núcleo de Apoio a Associações e Cooperativas, Planta Forte sobre Rodas – Machado, Mulheres Mil além de diversos eventos que atendem toda a região por meio de cursos e disseminação do conhecimento, em especial voltado para o campo, entre eles os principais são a Semana Tecnológica e Vitrine do Milho, além de diversos cursos de formação inicial e continuada, visitas técnicas e projetos de pesquisa, bem como suporte que o IFSULDEMINAS oferece para a comunidade.

2 TERRITÓRIO, DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Existem distintas concepções teóricas em torno na questão do desenvolvimento local, fizemos desta forma uma discussão conceitual sobre territorialidade e também sobre desenvolvimento. Consideramos a territorialidade como sendo o conjunto de características próprias de um dado recorte territorial, podendo ser relacionado com as características econômicas, físicas e especialmente na forma de agir e se relacionar de seu povo. Neste sentido o conceito de territorialidade também se comunica com o conceito de desenvolvimento, visto que o desenvolvimento local pressupõe a participação das pessoas para sua promoção, como sendo uma forma de desenvolvimento de dentro para fora, que desta forma depende da participação das pessoas e das potencialidades do lugar para que realmente aconteça. Desta forma a participação da sociedade civil também é debatida, desde o conceito de sociedade civil até sua relação para o estado e sua contribuição para o desenvolvimento local, especialmente no enfrentamento das desigualdades locais.

2.1 Desenvolvimento local e territorialidade: dinâmicas em prol do desenvolvimento

O desenvolvimento local adquire diversos conceitos diferentes, porém a maioria deles tem seu cerne na promoção do desenvolvimento por meio da valorização do território, suas características e potencialidades, ou seja, territorialidades e tem como pré-requisito o envolvimento e participação dos

indivíduos do território na sua promoção e deve ainda resultar em melhoria na qualidade de vida da população.

Desta forma consideramos como principal conceito de desenvolvimento local adotado neste estudo, o conceito trabalhado Paula (2004, p.77) que considera que o desenvolvimento é um fenômeno que resulta das relações humanas. São as pessoas que fazem o desenvolvimento. O desenvolvimento depende do sonho, do desejo, da vontade, da adesão, das decisões e das escolhas das pessoas. Chamamos isso de “protagonismo local”.

As relações específicas imbuídas na noção do lugar não devem ser confundidas com as da noção de originalidade, isto é, o fato de ser o primeiro grupo a ocupar uma área geográfica – o que apelaria à idéia de terras imemorais –, algo difícil, senão impossível de se estabelecer, como bem mostram as disputas arqueológicas. A situação de pertencer a um lugar refere-se a grupos que se originaram em um local específico, sejam eles os primeiros ou não. A noção de pertencimento a um lugar agrupa tanto os povos indígenas de uma área imemorial quanto os grupos que surgiram historicamente numa área através de processos de etnogênese e, portanto, contam que esse lugar representa seu verdadeiro e único *homeland*¹⁶. Ser de um lugar não requer uma relação necessária com etnicidade ou com raça, que tendem a ser avaliadas em termos de pureza, mas sim uma relação com um espaço físico determinado. Todavia, a categoria de identidade pode se ampliar, à medida que a identidade de um grupo passa, entre outras coisas, pela relação com os territórios construídos com base nas suas respectivas cosmografias. LITTLE (2002:11)

Para uma melhor compreensão do conceito de territorialidade torna-se necessário primeiramente um entendimento do conceito de território, conceito este explorando por diversos autores das diversas ciências: Geografia, Antropologia, Políticas Sociais e outras. Lages et all (2004,p.14) apresentam o território relacionado à perspectiva de espaço geográfico tendo grande importância do ponto de vista socioeconômico, político e cultural. Abrangendo o espaço da produção de bens e serviços, atores e instituições locais. É o local que permite a discussão de questões de dimensão particular, muitas das vezes, não presentes nos debates sobre desenvolvimento, como é o caso das questões culturais que são evidenciadas apenas como ilustração.

Considerando uma dimensão simbólica que estaria embutida no conceito de território, Albagli (2004: 42,43) apresenta o território como sendo elemento que dá

sustentação e ao mesmo tempo possibilita a formação de uma identidade própria do indivíduo ou grupo, emanando o sentimento de pertencimento e “especificidade”.

As representações sociais, imagens, símbolos e mitos projetam-se e materializam-se no espaço, transformando-se em símbolos geográficos, fornecendo referências e modelos comuns aos atores sociais e cristalizando uma identidade territorial. ALBAGLI (2004:43)

O conceito de territorialidade era empregado tradicionalmente na definição de todo arcabouço jurídico à territorialidade do Estado, conforme apresentado por Albagli (2004, p.27,28) e posteriormente esta noção de territorialidade foi incorporada pelas ciências humanas e sociais, desta forma o conceito de territorialidade passou a se referir às relações entre um indivíduo ou grupo social e o meio em que está inserido, nos diversos recortes geográficos (localidade, região ou país) e expressando a forma de pertencimento e o modo de agir deste povo em seu espaço geográfico.

A territorialidade no plano do indivíduo refere-se ao espaço pessoal imediato, considerado por muitos como “inviolável”, quanto ao coletivo trata-se de uma forma reguladora das interações sociais e marco da identidade do grupo ou comunidade.

Diversos autores trabalham com a perspectiva humana da territorialidade, desta forma temos como principal conceito de territorialidade, o conceito de ¹⁷, Albagli (2004:29) que considera que a territorialidade é definida por um conjunto de normas sociais e valores culturais, que variam de acordo com cada povo e época. Resultando da socialização entre os indivíduos, psicologia coletiva, interações realizadas entre as pessoas em recorte de território, remetendo a características abstratas de pertencimento ao local. Acredita ainda que territorialidade difere de raízes territoriais uma vez que é dinâmica e pode se modificar como nos casos de migrantes que modificam suas identidades com a dos novos territórios. A territorialidade representa “o vivido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social”.

¹⁶ A palavra inglesa “homeland” tende a ser traduzida como “pátria” em português. Mas o significado mais comum de pátria faz referência a um Estado-nação, o que desvia o termo “homeland” de seus outros significados possíveis referentes às territorialidades de distintos grupos sociais dentro de um Estado-nação.

¹⁷ Ver também Souza, 1995 e Raffestin 1993.

A divisão territorial do Brasil é apontada pelo IBGE¹⁸ como uma das mais dinâmicas dos países ocidentais, especialmente quanto à esfera municipal, uma vez que são marcada por constantes modificações em suas fronteiras, acentuando assim as alterações ocorridas após o pacto federativo estabelecido na República, mudanças que influenciam na definição de como seu território foi sendo subdividido entre as diversas esferas e vem modificando constantemente o mapa político do Brasil.

Consideramos desta forma que o conceito de desenvolvimento local relaciona-se com o de territorialidade uma vez que o desenvolvimento local deve manter e valorizar as características próprias do território que o diferenciam dos demais territórios, essas características são consideradas “territorialidades”.¹⁹ Neste sentido Albagli (2004: 63) considera que é possível promover o fortalecimento das “territorialidades” por meio do estímulo a cooperação e laços de identidade, buscando assim valorizar e maximizar as potencialidades do território, seus valores culturais, tipicidades, recursos naturais e ambientais, competências produtivas e econômicas. Torna-se árduo o trabalho de construção de territorialidades sem um conceito inicial do próprio território, sem “capital socioterritorial”, construído em um processo histórico ao longo do tempo.

Santos (2000,p.110) considera que a territorialidade permite a geração de “outras racionalidades”, “irracionalidades” ou “contra-racionalidades” que se traduzem em formas de interação e regulação do mercado originadas do próprio território de forma a criar uma oposição e resistência às forças externas de “unificação e homogeneização”. Algumas formas de resistência originadas pelos territórios podem ser observadas na criação de associações, economia solidária e cooperativismo.

Em relação ao conceito desenvolvimento local Paula (2004, p.75,76) considera que todo desenvolvimento é local, já que ocorre em um dado território. Considera que o conceito de “local” difere de “município”, uma vez que o termo “local” se relaciona com o conceito de “global”, em oposição, interação ou subordinação. Desta forma o “local” é considerado como sendo qualquer recorte territorial dotado de distintos elementos formadores de identidade própria, podendo

¹⁸ Fonte: IBGE: Divisão Territorial Brasileira

¹⁹ Albagli (2004)

estes serem “elegíveis”, variando de acordo a seleção dos indivíduos que constituem o território.

A noção de local contém duas idéias distintas que se complementam e um sentido e se opõem em outro. Quanto ao âmbito espacial delimitado o “local” refere-se à noção de território e da idéia de “inércia”, por outro lado, representa as relações sociais que se quer privilegiar se opondo ao sentido anterior e indicando o movimento e interação de grupos sociais – suas articulações e oposições em torno de interesses comuns. (FISHER, 2002 APUD MACKE & CARRION, 2006)

O conceito de local é empregado tradicionalmente referindo-se a um dado “lugar” que pode apresentar uma variedade de significados: município, localidade, região ou qualquer outro recorte territorial que possua um conjunto de características similares, sejam econômicos, culturais, físicas. Santos (2000, p.114) O “lugar” possui um papel fundamental uma vez que é um espaço de vivência, onde as experiências se renovam permitindo “a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro”.

Putnam (2006, p.99-100) realiza estudo das regiões Norte e Sul da Itália, visando explicar a diferença do desempenho institucional dessas regiões que não se restringe somente ao nível de modernidade, recursos financeiros, ou até mesmo pelo desenvolvimento de forma absoluta, desta forma a análise do autor visa identificar outro elemento que interfere no desempenho de uma dada região.

O estudo busca ainda especulações teóricas sobre “comunidade cívica” tendo como ponto de partida um debate teórico travado por teóricos republicanos em torno dessa temática. Para Putnam (2006,p.101) a “comunidade cívica” pressupõe a existência de participação da população nos “negócios públicos”, evoca ainda outras temáticas como “virtude cívica” que seria “um reconhecimento e uma busca perseverante do bem público à custa de todo interesse individual e particular”.

Algumas dessas características que o local possui são consideradas potencialidades, parte da identidade daquele povo que devem ser fomentadas e maximizadas de forma a possibilitar melhor qualidade de vida à população, promovendo assim o desenvolvimento. Paula (2004, p.75-76) determina o local como sendo um recorte territorial que se difere dos demais por meio de seus elementos de identidade elegíveis, dependendo assim da opção de quem deseja o território, elementos estes que podem ser de diversas ordens, como por exemplo físico-geográficos, étnico-culturais (presença de imigrantes, indígenas,

remanescentes de quilombos, entre outro.), socioeconômicos (cadeia produtiva), políticos (blocos de países, regiões, etc).

O conceito de desenvolvimento local tem sido amplamente discutido ao longo do tempo tanto no Brasil quanto no plano internacional, sendo alvo de muitas discussões e pouco consenso quanto a seu aspecto conceitual. Inúmeros autores trabalham com as mais distintas concepções.

As teorias de desenvolvimento se transformaram fortemente nos últimos anos em função de uma combinação de fatores, entre eles a crise e declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais e surgimento de regiões portadoras de novos padrões industriais, além da globalização e abertura das economias nacionais. Tais fenômenos se relacionam com aspectos como flexibilização e descentralização nas organizações e fora delas ocasionando na reestruturação do espaço, além da questão de custos e preços relativos das empresas onde os fatores logísticos, ou seja, “locacionais” tornam-se fundamentais para a competitividade. (AMARAL FILHO, 2004)

Em um país de dimensões continentais como o Brasil a promoção de desenvolvimento a todas as localidades torna-se uma tarefa difícil, desta forma os programas e os atores da oferta de desenvolvimento local tem se propagado, restando assim à necessidade de avaliar se estão conseguindo efetivamente cumprir este papel. Martins, Vaz e Caldas (2010) percebe o desenvolvimento local como possuidor de inúmeros significados, comportando as diferentes dimensões em que se exerce a cidadania, e como o ambiente propício para a criação de um espaço de interação entre cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do que é público. Não admitindo para esta concepção modelos paradigmáticos de desenvolvimento local.

Consideram ainda o desenvolvimento local como sendo um tema que controverso e relatam a existência de uma diversidade de visões como reflexo da existência de uma crise substantiva do conceito e da prática do desenvolvimento. Existindo uma infinidade de adjetivos para conceituar o substantivo desenvolvimento (local, sustentável, territorial, sustentado, integrado, democrático, participativo, entre outros) o que demonstra certa perda de vigor e do seu sentido central.

O conceito de desenvolvimento local é um conceito amplo que se relaciona com outros diversos conceitos, como o de subdesenvolvimento, relação esta discutida por Oliveira (2001) que relaciona o conceito de desenvolvimento local com

o conceito do subdesenvolvimento, à sua especificidade histórica, ou seja, o não-desenvolvimento local como sendo uma forma de subdesenvolvimento. Ou autor utiliza o conceito de desenvolvimento local como candidato a substituir a cidadania, sendo equivalente à cooperação, negociação, convergência de interesses, apaziguamento do conflito. Recebendo também o novo nome do público não-estatal.

Destaca ainda que a maior parte das definições e ensaios de desenvolvimento local a rigor como sendo adaptações dos dominados e alternativa à dominação, para ele a dificuldade de definir o que é desenvolvimento local indica que se tudo é desenvolvimento local, então na realidade nada é desenvolvimento local. O desenvolvimento local entendido como tendência contrária aos processos dominantes necessita inventar uma nova forma que não possa ser assimilada pelos dominadores.

O desenvolvimento local tem sido um conceito muito abordado no meio acadêmico, nas diversas instâncias, entre pesquisadores, gestores públicos, na política e em instituições envolvidas na transformação socioeconômica da estrutura local, seu crescimento econômico, a geração de renda e melhoria da participação social, promovendo o direito da cidadania, nesta ótica Kraemer (2005) adota uma nova abordagem para o tema de desenvolvimento local com o intuito de orientar melhor as alternativas de desenvolvimento, considerando os tanto os recursos quanto às potencialidades locais, baseada nos princípios de sustentabilidade e solidariedade, visão esta que percebe o cidadão como conscientes da responsabilidade coletiva na promoção do bem-estar da comunidade política e do seu território.

A efetiva promoção do desenvolvimento local demanda um reconhecimento das características do território, das potencialidades e singularidades de seu povo, requer ainda a adoção de práticas de desenvolvimento em consonância com o que o local oferece, que explore o melhor existente em cada, ou seja, que respeite sua identidade local.

Partilhando desta opinião Kashimoto et all (2002) consideram o desenvolvimento local dentro de uma perspectiva relacionada à cultura e identidade, onde apresentam o desenvolvimento local como sendo dependente de um conjunto de pré-condições para seu crescimento, visando à manutenção da identidade local. Neste sentido a criatividade originada da interlocução da comunidade como sendo um importante instrumento para o desenvolvimento de projetos que contemplem as

condições sócio-culturais locais. Os estudos técnico-científicos e projetos de longa aliados ao “saber empírico local” possibilitam a real produção de conhecimento sobre um local. A afirmação da identidade cultural apresenta fundamental importância para o fortalecimento da comunidade, possibilitando a comunidade escolha das melhores soluções para o local e facilitando assim o andamento do processo de desenvolvimento local.

Considerando o processo de construção da identidade local a autora Paula (2004, p. 75) responsabiliza a busca pela afirmação de uma identidade, elementos diferenciadores, reputação, características únicas em meio à globalização, além da correta gestão dos “ativos locais” que para a autora abrangem “potencialidades, vocações, oportunidades, vantagens comparativas e competitivas de cada território” como sendo fundamentais na promoção do desenvolvimento local, desenvolvimento assim uma visão ampliada que permite observar as singularidades.

A identidade local corresponde às múltiplas relações dos indivíduos com este território, Kashimoto & Russeff (2002) considera a cultura popular local como sendo aquela originada das relações entre a comunidade do lugar e o seu meio, simbolizando o homem e seu ambiente, tratando da consciência e materialidade social que evidencia o grau de apego a um lugar; acredita que esse seja um fato fundamental na promoção do desenvolvimento local, visto que permite vincular a configuração da Identidade do Lugar e sua população. Parte da busca do desenvolvimento originário da própria localidade, oriundo da criatividade e valores da própria sociedade, desta forma sustenta a necessidade de valorização da cultura popular de forma a fortalecer a “individuação” e estima do indivíduo.

Conforme apontamos o conceito desenvolvimento local é amplamente discutido nas mais diversas perspectivas. Maluf (2000) descreve o tema do desenvolvimento local como sendo controverso em termos conceituais e no sentido metodológico. Desta forma, tentativas de avaliar ou medir o desenvolvimento econômico produzido pelas intervenções locais tornam-se uma tarefa, no mínimo, difícil. Considera como sendo um desafio se atribuir sentido, ou sentidos à noção de desenvolvimento quando aplicada aos processos sociais, em particular ao se tratar do desenvolvimento econômico.

Consideramos que a noção de desenvolvimento local aplicada à questão social é realmente de difícil implementação visto que mesmo tratando do plano local, as desigualdades na distribuição de renda e na promoção do acesso a este

desenvolvimento a todos é um assunto complexo, assim como aferir resultados e medir o desenvolvimento social promovido. No evento de lançamento do Programa de Inclusão da Pessoa com Deficiência no ano de 2007, Lula proferiu algumas palavras, remetendo a forma de avaliação de desenvolvimento que considera mais justa:

Um projeto de desenvolvimento pode ser avaliado por diferentes indicadores, mas certamente, o mais rigoroso e o mais justo deles mede a atenção que a sociedade e o Estado dispensam aos seus segmentos mais frágeis e destituídos. (LULA, 2007).

A melhoria da qualidade de vida da população é um importante indicador da efetividade das medidas de promoção do desenvolvimento local. Oliveira (2010:40) acredita que o planejamento de políticas públicas de promoção do desenvolvimento em uma dada localidade deve primeiramente identificar quais seriam as medidas a serem adotadas pelo poder público que ocasionariam em conquistas e empoderamento para os indivíduos e a forma com que as relações políticas e sociais colaborariam para a melhoria da qualidade de vida. Demandando assim o envolvimento do cidadão, “usuário do território” que melhor conhece e pode decidir sobre as questões de seu interesse.

Os debates na atualidade em torno da temática do desenvolvimento apontam para um foco na questão territorial que apontam na existência de uma capacidade nos próprios indivíduos de se organizarem e intervirem na gestão do seu próprio território. Instituído assim um elemento central para o desenvolvimento como sendo a “construção social em torno das idéias, do debate e das decisões tomadas em fóruns apropriados”.

Avaliar o desenvolvimento com base na atenção dada aos segmentos em situação de vulnerabilidade é tarefa difícil, assim como desenvolver localmente baseado nas reais possibilidades da comunidade, extraindo o melhor de cada região, atendendo assim as reais necessidades sociais do plano local.

2.2 Desigualdades territoriais: um enfrentamento possível?

As desigualdades residem nas próprias características do território, nas suas potencialidades ou deficiências, nas relações estabelecidas, na habilidade de produzir riqueza e mais ainda de distribuí-la, reside justamente no “saber local”. Neste sentido Albagli (2004, p.27) considera que as desigualdades territoriais residem tanto nas características físicas e sociais do local, como estão inseridas em uma questão estrutural mais ampla, sendo cada território moldado a partir da combinação das suas forças e condições internas e externas, sendo “parte de uma totalidade espacial”.

As diferenças que tornam um território “mais ou menos” desenvolvido que outro ou “mais ou menos” propício à promoção do desenvolvimento podem ser dos mais diversos tipos, Albagli (2004, p. 27) apud Souza (1995, p.78-79) considera que diferenciação dos territórios se relaciona com as seguintes dimensões:

- Física –geoecológicas e referente aos recursos naturais disponíveis, além das características em consequência do uso e ações dos atores sociais;
- Econômica – características e formas de organização da produção, consumo e comercialização;
- Simbólica – componente cultural e relações afetivas e lugares particulares, apropriação simbólica de um dado local , elemento constitutivo da identidade de um dado povo;
- Sociopolítica – forma como se dão as relações sociais, dominação e poder.

De acordo com a autora Castro (2005, p.36) cada sociedade desenvolve uma forma de representação no decurso do tempo, definem assim “um ethos²⁰ que se institucionaliza e delinea traços duradouros”, a autora considera que no caso Brasileiro o ethos instituído é o da desigualdade.

O grau de desigualdade de renda se relaciona com a renda per capita esperada de um país de acordo com avaliação do Sebrae (2004, p.282). De acordo com esta análise atribui, segundo o Ipea, nossa renda per capita como sendo causa por mais da metade da pobreza presente em nosso país. Considera como sendo um importante caminho ao país a redução da desigualdade por meio do combate a

²⁰De acordo com Wikipédia, a palavra ethos significa na Sociologia o conjunto de costumes de um dado povo, suas características, seu ponto de vista social e cultural , principais traços característicos de um grupo e elementos de diferenciação, refletindo assim um valor de identidade social.

pobreza no Brasil, enfrentamento este não existente até o presente momento na história do país, conforme demonstrado por indicadores que apontam para índices de desigualdade constantes e em níveis injustificados do ponto de vista ético, teórico ou político.

Para romper a desigualdade e promover o desenvolvimento local em uma dada localidade muitas vezes não é o bastante valorizar as potencialidades locais, muitas vezes torna-se necessário, incrementar, desenvolver também as potencialidades não existentes ou não descobertas. Ainda de acordo com Cavalcante & Ferraro Júnior (2002) é um grande desafio o incremento do capital social e humano, sendo o "capital social" a organização comunitária, potencial para a educação, capacidade de mobilização dos recursos humanos e o "capital humano" como sendo o conjunto das capacidades humanas individuais de um local, que podem ser mobilizadas para seu desenvolvimento.

São muitos os desafios para a implementação de programas de desenvolvimento local. Martins & Caldas (2009) enumeram com base na análise das experiências de desenvolvimento econômico local do Brasil, que as possibilidades de desenvolvimento local implicam três desafios:

- Observação efetiva das experiências, enfatizando o conhecimento empírico, trabalha de campo, efetivação da experiência, foco no objeto da pesquisa;
- Encarar o local como campo de possibilidades e de experimentações. A avaliação deve contemplar certa relação equivalente com os resultados econômicos de curto prazo;
- Contextualizar o local e relacioná-lo com outras experiências a nível regional, nacional e internacional. Fugindo do localismo que se torna efetivamente comprometido.

A articulação desses três desafios, do ponto de vista da investigação, exige uma abertura para análise e avaliação de resultados que descarta modelos pré-concebidos ou a eleição de "best practices". Por conta disto, observar a diversidade de experiências é fundamental. Entretanto, ao olhar essa diversidade, é preciso identificar questões que emergem de seu conjunto e orientá-las para uma reflexão que possa subsidiar a intervenção dos atores da sociedade civil e dos governos, na formulação de propostas e iniciativas de desenvolvimento econômico local. (MARTINS & CALDAS, 2009).

O verdadeiro enfrentamento das desigualdades territoriais deve promover melhoria na qualidade de vida da população, neste sentido o desenvolvimento local

surge como proposta. Atualmente existe a focalização de inúmeras políticas e programas governamentais no plano local, por meio da descentralização das ações, envolvimento da sociedade e adoção do controle social como instrumento fiscalizador das ações do Estado. Surge assim a possibilidade de se articular diversos instrumentos na promoção do desenvolvimento local, especialmente a participação da sociedade civil neste projeto.

2.3 Participação da Sociedade Civil no Desenvolvimento Local

O desenvolvimento local só é possível se efetivamente ocorre o envolvimento dos indivíduos do próprio território na sua promoção, desta forma na atualidade muito tem se discutido sobre o efetivo papel da sociedade civil na promoção do desenvolvimento, sendo criadas inúmeras expectativas de sua atuação como agente gerador de mudanças. A sociedade civil teve seu papel modificado no contexto histórico e vai reescrevendo constantemente as relações Estado-Sociedade e demandando novos espaços e fazendo rupturas nas conjunturas políticas.

Gohn (2004) aponta para a existência de uma diversidade conceitual aplicada à sociedade civil, diversidade esta que se dá devido às várias concepções e significados percebidos no Brasil e na América Latina. Conceito este que vem sofrendo diversas reformulações ocasionadas em linhas gerais, pelos momentos da conjuntura política nacional e a trajetória das lutas políticas e sociais no Brasil.

Inúmeras classificações têm sido feitas por vários autores e, desde sua recuperação no período medieval através da tradução da Política de Aristóteles (*koinonia politike* para *societas civilis*) por William von Moerbeke, o conceito tem sido reformulado por quase todos os filósofos políticos ocidentais significativos, passando por Hobbes, Locke, Rousseau, Ferguson, Smith, Kant, Hegel, Tocqueville, Marx, Gramsci e, contemporaneamente, Arato & Cohen. Na verdade, se visto de uma perspectiva histórica, notar-se-á que o conceito de sociedade civil, que para Hobbes, Locke, Rousseau e Ferguson, por exemplo, era sinônimo de Estado – em oposição ao “estado de natureza” –, passa a ser visto sinônimo de Estado – em oposição ao “estado de natureza” –, passa a ser visto, com a noção neoliberal contemporânea, em oposição ao Estado – ou seja, o reino da eficiência frente à ineficiência que é inerente à intervenção estatal. (RAMOS 2005, p. 76).

Pode-se conceituar a sociedade civil baseado em suas relações de poder para com o Estado e na forma como atua enquanto organismo deste sistema de relações.

Figueiredo (2001) apresenta sociedade civil como sendo uma entidade intermediária, situada entre a esfera privada e o Estado, que restringe o poder do Estado e dá legitimidade a sua autoridade quando baseada no cumprimento das leis. Este arranjo abrange um amplo conjunto de organizações formais e de grupos informais de natureza variada: econômicos (associações comerciais e produtivas); culturais (religiosos, étnicos, comunitários, defensores de direitos coletivos, valores, credos e símbolos); de informação e educação; profissionais; de desenvolvimento; orientados por problemas (meio ambiente, de gênero, consumidores); cívicos (promotores da cidadania). Tais instituições comportam, também, mídia independente e organizações com vocações para a produção cultural e intelectual como as universidades, teatros, institutos publicitários, produtoras de filmes, etc.

Neste contexto, a sociedade civil relaciona-se com o Estado sem ter a intenção do exercício do poder formal ou pertencer ao aparelho estatal, buscando, assim, obter concessões, benefícios, mudanças políticas, ajuda reparação ou responsabilidade.

Acreditamos que para se conceituar a sociedade civil torna-se necessário relacionar tal com conceito com o de Estado, visto que a mesma é uma forma de organização em constante interação com o poder público, seja como demandante ou agente de resistência.

Partindo também da análise das relações entre sociedade civil e Estado, Bresser-Pereira (1999) conceitua sociedade civil como sendo a parte da sociedade que está fora do aparelho do Estado. Remete ainda ao aspecto político da sociedade como sendo o meio pelo qual a sociedade se estrutura para influenciar a ação do Estado. Considera ainda Estado-Nação como sendo na perspectiva política a soma de sociedade civil e Estado e na perspectiva sociológica, formam a sociedade ou sistema social, remete ainda à possibilidade de se poder pensar que Estado e sociedade são dois conceitos abrangentes onde um enfatiza o regime político e o outro, a organização social.

Ainda tratando das relações com o poder público, Cohen (2003) analisa sociedade civil como sendo uma esfera de interação social diferenciada da

economia e do Estado, composta de três parâmetros analiticamente distintos: pluralidade, publicidade e privacidade.

As diferentes concepções de sociedade civil podem ainda ser caracterizadas por influência ideológica, conforme Bobbio (1982) aponta, existem duas concepções de diferentes de sociedade civil, uma sendo a marxiana que identifica a sociedade civil como estrutura e a gramsciana que considera o deslocamento da sociedade civil partindo do campo da estrutura para a superestrutura, concepção esta que de alguma forma sofreu a influência do pensamento de Marx. Considera ainda que seja fundamental se determinar o local que a sociedade civil ocupa nessa relação a fim de se analisar mais profundamente.

A atuação da sociedade civil pode diferir por uma série de fatores, entre eles: a conjuntura econômica, o momento histórico vivenciado, a cultura local e manifestação do exercício do poder público local, dentre outros, elementos estes que podem oprimir ou favorecer a atuação deste importante ator.

Neste sentido, Bresser-Pereira (1999) aponta para a transformação da sociedade civil em agente principal da mudança social e da reforma do Estado como sendo um fenômeno histórico relativamente recente, visto que aponta que durante séculos, persistiu-se o problema fundamental, na formação dos Estados nacionais ou dos países modernos, momento no qual o Estado se impôs às nações e, dentro delas, às oligarquias locais, na Europa assumiram caráter feudal, mas se demonstraram de diferentes formas nas diversas sociedades, no caso brasileiro o Estado lidou com os "coronéis", tal cenário foi objeto de inúmeros estudos que buscaram relacionar Estado e sociedade. Momento em que o Estado se impôs perante a sociedade, determinando a ordem e criando um mercado nacional, incorporando o poder oligárquico local. Considera ainda que este movimento já está basicamente terminado na maioria dos países, surgindo agora como novo problema o da sociedade civil democrática que se distingue do Estado e passa a ser o agente da mudança, que determina o curso do Estado.

Partilhando da mesma opinião, Cohen (2003) também acredita que a sociedade civil assumiu novos papéis num período recente, aponta para o surgimento de uma nova sociedade civil, mundial ou transnacional como contribuição do século XXI ao debate, trazendo assim como no passado como elemento essencial a democracia, democratização, solidariedade e integração social, trazendo como modificação principal o contexto onde a discussão se dá, visto

que não é o do Estado, mas a ordem mundial emergente. Aponta assim para o surgimento de uma moderna sociedade civil munida de autonomia, que surgiu dos processos de constituição e mobilização independentes e se institucionalizou e generalizou mediante leis e direitos subjetivos que promoveram a diferenciação social.

A experiência na América Latina, especialmente no Brasil é relatada por Pinto (2006), que descreve que 25 (vinte e cinco) anos atrás sofriam os efeitos de suas frágeis sociedades civis, bem como o distanciamento da noção de cidadania para as populações, tal cenário se sustentava especialmente devido a duas razões, a primeira trata da própria fragilidade e ausência de sociedades civis ao longo do século XX, devido à concentração em áreas rurais ou por estarem situadas abaixo da linha da pobreza, havia as migrações, porém em busca de oportunidades, sem traços de organização; a outra razão é a centralidade do Estado, especialmente nas décadas de 50 e 60, atuando como promotor da redemocratização e do desenvolvimento econômico. Os movimentos sociais até então não eram vistos com bons olhos e sim como ocupantes de espaços que não lhe eram de direito, a limitação da atuações dos partidos políticos no período militar ilustram bem este cenário, sendo vistas como ameaças a redemocratização.

Considera que o ingresso da sociedade civil no cenário brasileiro se deu nas últimas décadas do século XX sob influência das mudanças no cenário político internacional, com fim de regimes comunistas do Leste europeu, crise do welfare state e expansão do neoliberalismo e também em função da própria organização e novos papéis atribuídos. Desta forma o surgimento da sociedade civil no espaço público ocasionou no surgimento de novos sujeitos neste cenário.

Um marco importante que possibilitou à Sociedade Civil conquistar espaços e legitimar sua atuação junto ao poder público, permitindo intervir no atendimento de suas demandas e reivindicações foram possibilitadas através da Constituição de 1988.

A nova constituição foi fundamental para a formação de um novo cenário no Brasil e permitiu a criação de espaços anteriormente negados a Sociedade Civil, possibilitando assim seu envolvimento com as demandas da sociedade. Figueiredo (2001) considera que a Constituição estabeleceu formalmente uma democracia participativa na esfera social, onde atribuiu um papel de destaque às associações em variadas instâncias de decisão e de consulta.

De fato, a Constituição confere novos papéis e espaços para a atuação das organizações da sociedade civil:

- Cooperação no planejamento municipal (art.29, X da CF);
- Presença assegurada na realização de audiências públicas com as comissões permanentes e temporárias do Congresso Nacional e sua Casas (art.58,§2º, II da CF).
- Legitimidade ativa em denunciar irregularidades ou ilegitimidades perante o Tribunal de Contas da União (atr. 74,§2º da CF);
- Participação na gestão da Seguridade Social (art.194, VII da CF). (FIGUEIREDO, 2001).

Embora tenham sido institucionalizados espaços para a participação da sociedade, Oliveira (2010) considera que a população tem se demonstrado descrente desta institucionalização da participação, especialmente no âmbito municipal devido experiências empíricas relatadas na implantação de Conselhos Gestores Municipais que na maioria das vezes são negativas. Aponta o clientelismo, patrimonialismo e as “relações da sociedade com o poder instituído que ainda são cultivadas pelas oligarquias ou pelo estamento burocrático” como sendo grandes obstáculos à participação popular e democratização na aplicação dos recursos públicos.

A consolidação da participação política para produção de um diálogo democrático entre Sociedade e Estado necessita da existência de uma cidadania deliberativa, pluralismo e oportunidades iguais, legitimando assim os instrumentos que permitem a tomada de decisões de interesse coletivo junto ao poder local, possibilitando a defesa dos direitos e demandas populares em contraponto aos interesses particulares das lideranças políticas locais.

De acordo com Putnam (2006, p.103) as associações civis são importantes estruturas sociais de cooperação e contribuem de forma efetiva a eficácia do governo não somente pelas consequências nos envolvidos com a associação, mas nos impactos “externos” para a sociedade. Considera que as associações implicam nos membros “hábitos de cooperação, solidariedade e espírito político”.

Avaliando-se os espaços disponíveis para a atuação da sociedade civil, especialmente os institucionalizados pela Constituição de 1988, pode-se observar que ainda persistem muitos desafios para a verdadeira participação, sejam nas limitações em virtude da falta de preparo da sociedade, falta de linguagem técnica, seja na necessidade de respeito à cultura local, seja na valorização da participação, ouvindo e respeitando o retorno da sociedade para o Estado, seja nas amarras institucionais que impedem o pleno exercício, os desafios existentes são

impedimentos à plena participação.

Torna-se assim necessário promover a participação, não apenas através do respeito aos espaços para seu exercício, mas fomentando os canais e desenvolvendo metodologias de extrair da sociedade o que ele tem de melhor e promover o desenvolvimento local com base no que a sociedade civil tem a oferecer e no que ela demanda do Estado. Martins (2002) descreve que o verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos, entre eles a geração de bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias e sim na ação de se atribuir e assegurar à comunidade o efetivo envolvimento na sua promoção, no papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento, revendo desta forma a questão da participação. Esclarece ainda que a participação não pode ser vista como um instrumento de conscientização popular e vai além de um instrumento de diagnóstico ou recurso para o planejamento.

As formas de se negligenciar a participação vão além do empreendimento de esforços em oferecer às pessoas a oportunidade ampla e irrestrita de participar. Alguns indicadores desta participação devem ser avaliados, como por exemplo, o esvaziamento de uma reunião pode ir além de simples falta de interesse, pode mostrar a falta de entendimento ou aceitação. A participação não se trata somente do processo, na garantia de oportunidade da participação, mas sua ampla promoção, depositando nela sua própria condição de vitalidade, procurando acreditar muito mais nas pessoas, possibilitando e condicionando sua participação pela qualidade da participação e não somente em quantidade.

Sobre as limitações dos espaços institucionalizados para a participação, Dagnino (2004) considera que grande parte dos espaços abertos à para os setores da sociedade civil na discussão e formulação das políticas públicas com respeito a questões de interesse como desigualdade social e a pobreza, são apenas espaços onde a participação propiciada é muito mais no sentido de assumir funções e responsabilidades restritas à implementação e execução de políticas públicas, cabendo apenas o exercício de serviços antes considerados como responsabilidade do Estado e muito pouco compartilhamento do poder de decisão no que tange à formulação dessas políticas.

Muitos são os desafios à efetiva participação da sociedade civil, Arretche (2011) em seu estudo sobre os conselhos municipais de saúde, reforça a necessidade dos representantes de usuários ou de entidades da sociedade civil

deveriam ter ou adquirir mais informações sobre uma política, tornando-se assim mais preparados para controlar as ações do executivo. Enfatiza ainda a questão seletiva da participação nos conselhos visto que os espaços de participação não estão à disposição dos eleitores comuns, dependem das relações entre governos e sociedade civil, uma vez que os direitos de participação envolvem a obrigação do executivo de prestar informações e de submeter decisões aos representantes da sociedade civil.

A relação entre os stakeholders locais pode ser determinante no sucesso da implementação de um programa de Desenvolvimento Local Integrado. Souza e Neto (2009) consideram o avanço na elaboração de mecanismos de cooperação, especialmente devido aos conflitos entre os *stakeholders* locais como sendo fator que compromete a participação conjunta entre esses *stakeholders* no processo de tomada de decisão e, na criação de novas bases para o desenvolvimento econômico local. Desta forma devido às dificuldades de se estabelecer uma cooperação, são desenvolvidos projetos pouco ousados, gerando a insatisfação dos *stakeholders* locais, sendo insuficientes para promover o desenvolvimento.

As Instituições Federais de Ensino tem desempenhado um importante papel na promoção do desenvolvimento local por meio de sua relação com a sociedade e as ações desenvolvidas, demonstrando um importante papel social, apresentando assim como um importante ator local.

3 O PAPEL DESEMPENHADO PELO IFSULDEMINAS-CAMPUS MACHADO NAS CIDADES DE MACHADO, POÇO FUNDO E CARVALHÓPOLIS

3.1 O peso da história

Durante a realização de uma das entrevistas com um cooperado participante do Projeto D.R.S. de Poço Fundo, algo me chamou muito atenção, o fato do Sr. L.C, um dos entrevistados ter repetido por cinco vezes o nome do Instituto como sendo Escola Agrícola já que este foi seu primeiro nome, por volta do ano de 1948. A repetida retomada da nomenclatura antiga é um fato muito comum na região como um todo e, que pode dizer, muito mais, que uma simples resistência ao novo, caracteriza a confiança institucional que se consolidou na região depositada na fala do entrevistado o cooperado Sr. L.C "vem o pessoal da Escola Agrícola, eles ficam sabendo qual a necessidade das diversas áreas e ajudam no que é possível" e "pela parte da Escola Agrícola, tudo que a gente pede é atendido" observamos que existe uma grande fé para o com o Instituto, algo quase familiar, talvez por isso venha a resistência em aceitar os novos nomes, novas caras, de uma instituição que é tida pelo entrevistado como sendo aquela que não falha:

[...] eu não me lembro de ter tido uma recusa lá da Escola Agrícola, pode demorado um pouco mais um pouco menos, quando não tem verba eles fazer de forma voluntária, então é sempre um apoio onde a gente pode tentar resolver os problemas.

Observamos ainda que o entrevistado não reconhece apenas a atuação do Instituto neste projeto em especial, ou reconhece a nova roupagem da Escola Agrotécnica ou Agrícola como for viabilizadora do projeto e da parceria com a

comunidade local, visto que percebe a atuação do Instituto como sendo uma parceria de longa data, conforme relata:

A Escola eles apoiam bastante, não somente através deste curso, mas já apoiavam antes, nós temos convênios com eles a bastante tempo e fora do DRS nós temos um projeto com eles de croquis, eles tão fazendo croquis prá todas as propriedades rurais da nossa cooperativa, não só qualidade, croquis são os mapas das propriedades, para identificar áreas de preservação, nascentes e foi demanda nossa, nós pedimos e eles atenderam, que a gente foi uma demanda da certificadora prá gente.

Observamos ainda que o reconhecimento do papel já desempenhado pela Instituição antes mesmo da mudança para Instituto Federal é algo comum também entre os servidores da Instituição, como podemos observar na fala do Professor André Delly Veiga, um dos entrevistados e coordenador do projeto D.R.S. de Poço Fundo “Bom, na verdade a gente já vem fazendo isso, a Escola Agrotécnica já faz isso há muito tempo e a gente tem tentado dar uma dinâmica um pouco maior nessa questão do desenvolvimento local através dos projetos que a gente trabalha.”

O atual Pró-Reitor de Extensão demonstrou durante a entrevista que a preocupação com o desenvolvimento local é uma preocupação “antiga” da Instituição, assim como a organização da sociedade civil como instrumento facilitador deste desenvolvimento, questão esta que também é tratada de forma prioritária pela Pró-Reitoria de Extensão.

O Entrevistado, Sr. Renato Ferreira de Oliveira, Pró-Reitor do Instituto e antigo diretor do Campus Machado, relata que na época em que foi diretor da antiga Escola Agrotécnica de Machado deram um importante passo, já no ano de 1998, onde iniciaram trabalhos em torno da meta de atuar “na organização da sociedade civil” e que estes passos subsidiam hoje atuais passos dados IFSULDEMINAS-Campus Machado.

Desta forma, mesmo sem a competência legal que só surgiu por meio da Lei Federal nº 11.892/08 que trata da criação dos Institutos Federais e estabelece as atribuições dos Institutos Federal com a promoção do desenvolvimento local, o Instituto, ou melhor, a Escola Agrotécnica já desenvolvia alguns projetos, de certa forma ambiciosos com interferência direta no desenvolvimento local da cidade de Machado e em outros municípios vizinhos, como Poço Fundo que na época não era sequer tida como área de delimitação de sua atuação institucional, ou seja, mais do

que um projeto governamental, a promoção do desenvolvimento local se apresenta na proposta de trabalho desta instituição como vocação.

Neste sentido o entrevistado relata ainda a organização de um ambicioso projeto desenvolvimento no ano de 2000, no atual Campus Machado, a 1ª Conferência Mundial de Mercado Justo e Solidário de Café Orgânico, um evento internacional que contou com representantes de diversos países, cooperativas de compradores em que tratou no encontro de questões relativas ao mercado justo e solidário, requisito do um importante movimento mundial conhecido como fair-trade²¹.

Esta conferência foi um passo muito importante para a Instituição e também para para esta associação que depois veio se tornar uma cooperativa, a Coopfam - Cooperativa de Cafeicultores Familiares de Poço Fundo - MG e Região. De acordo com o entrevistado a referida associação participou desta conferência, realizando contatos com compradores fair-trade do Japão, Europa e outros países, criando assim um canal de diálogo e comércio internacional, gerando assim o empoderamento dos associados que resultou na criação da cooperativa que hoje é reconhecida e respeitada internacionalmente, resultando em um vínculo comercial muito forte, que perdura até hoje, visto que participaram de diversos eventos fora do Brasil constantemente e permanecem comercializando seus produtos através do fair-trade.

A Coopfam graças ao apoio dado pela Escola Agrotécnica naquela ocasião, conseguiu se estruturar e gerar ainda outro importante movimento, a reprodução de sua comercialização por meio do fair-trade, visto que outras cooperativas de Poço Fundo e região passaram a trabalhar com este conceito.

Realizei uma das entrevistas com um dos cooperados participantes do projeto D.R.S., fui até a cidade de Poço Fundo realizar a entrevista, que foi feita na própria cooperativa, visto que o cooperado é também funcionário da cooperativa. Inicialmente, tive alguma dificuldade no agendamento do horário da entrevista, visto pela demanda de trabalhos do entrevistado, que me relatou estar participando neste

²¹ De acordo com o Entrevistado o fair-trade trata-se de um movimento mundial que trabalha com o mercado justo e solidário e procura estabelecer novas relações de mercado “que torne menos injustas a cadeia produtiva, todos vão se beneficiar de forma mais justa, então o agricultor ele faz parte de uma cadeia, que o produtor de café orgânico na cadeia, aqui do Sul de Minas em Poço Fundo ele vende o café dele que passa pela cadeia e vai ser consumido lá na Alemanha e todas as etapas dessa cadeia são administradas por esse selo que é o fairtrade, todos estão dispostos a abrir mão de um pouco de seus ganhos pra que ela seja mais justa. Então o que rege não é

dia de um vídeo - conferência sobre o Fair-trade, com participação de pessoas de diversos países.

Imaginei que chegaria a um local imenso cheio de salas e inúmeros funcionários, visto que devido ao relato de realização de exportações, participação em vídeo conferência internacional, imaginei que isso demandasse uma grande estrutura física da cooperativa e suntuosos investimentos. Mas, ao chegar ao referido local, com alguma dificuldade, me deparei com um pequeno escritório em uma rua pouco movimentada na pacata cidade, onde fui recebida de forma cordial, mas, havia apenas dois funcionários naquele escritório e apenas um computador habilitado de forma simples, com fones, microfones, webcam e internet, onde uma funcionária comercializava e se comunicava ali naquele momento, através de um computador com todos os seus clientes dispersos pelo mundo, toda esta integração propiciada pelo café produzido na fazenda de diversos cooperados, homens e mulheres simples, muitos trabalhando em regime de agricultura familiar, porém dotados se um forte potencial associativista e cooperativista que os permitiu se organizar em prol de um único objetivo, visando à comercialização de seu café.

Neste sentido torna-se fundamental analisar quantas barreiras foram rompidas e o quanto empoderados esses cooperados estão e a importância do primeiro passo dado pela Instituição doze anos atrás para que essa autonomia e ganho acontecessem.

Questionei o cooperado se a atuação do Instituto Federal no projeto D.R.S de Poço Fundo tinha colaborado para o desenvolvimento local e ele me respondeu de forma muito reveladora:

[...] ali o pessoal tá tendo uma reunião com todos grupos fair-trade, de comércio solidário e a Escola Agrícola eles atuam em quase todas ali, pelo menos aonde tem por perto. Colaborou e está colaborando.

Não localizei durante minha pesquisa qualquer documento da Secretaria de Extensão do Campus Machado, constando o apoio a estes grupos fair-trade como atividade de extensão. Acredito que pela experiência e o caráter de voluntariado e assistencial das práticas já desenvolvidas pela Escola Agrotécnica, muitas atividade desenvolvidas pela instituição ainda carregam o estigma de voluntariado e ainda não

são compreendidas pela Instituição como efetivas práticas de extensão e nem mesmo conhecidas pelos servidores de forma geral, como ação prática do cumprimento da missão institucional.

Entrevistando o Diretor de Desenvolvimento Educacional do Campus Machado, o Sr. Carlos Henrique Rodrigues Reinato, observamos que o mesmo considera também a concorda que este trabalho de promoção do desenvolvimento local não é algo novo para o Instituto, é uma continuidade do trabalho desenvolvido desde os tempos de Escola Agrotécnica. Considera que o fato da missão do Instituto tratar do desenvolvimento local reflete a origem da Instituição, que provem de uma Escola Agrotécnica e que embora tenha experiência na promoção desse desenvolvimento, o Instituto encontra-se numa fase ainda inicial em termos de atividades de pesquisa e extensão com implicação no desenvolvimento local.

Outro aspecto importante identificado na narrativa do entrevistado e que diz respeito dessa herança trazida da Escola Agrotécnica para o Instituto Federal, está contido no elemento cultural, visto que o entrevistado considera a existência de muitas restrições existentes para a promoção do pleno desenvolvimento local, expressas justamente na questão cultural, expressa no envolvimento da comunidade com Instituto e dos servidores do Instituto para com a comunidade.

A fala do entrevistado sobre a questão cultural diz respeito principalmente à visão que a população, especialmente da cidade de Machado tinha ou ainda tem sobre o Instituto e seus servidores, considerados por boa parte da população como sendo “ricos” e também sobre a visão tradicional que a população possuía anteriormente sobre a antiga Escola Agrotécnica, ou mais adiante ainda, como Escola Agrícola, tratando-se na crença popular de época como sendo uma escola voltada para as elites da região, visto que os filhos de fazendeiros eram enviados para lá e também como sendo uma espécie de reformatório, para os alunos, jovens “desajustados e problemáticos”.

Na entrevista com o Diretor de Desenvolvimento Educacional ele aponta para a tradicional existência de uma competição, ou uma “rixa com a comunidade”, principalmente no município onde que o Campus está instalado, considera ainda que está essa diferença tem seu fundamento nas questões políticas do passado, mas encara de forma positiva a melhora nessa relação, algo que em sua opinião tem acontecido.

Mesmo com toda a história de envolvimento da Escola Agrotécnica para Instituto observamos na fala dos entrevistados uma necessidade de modificar as práticas já existentes e melhorar os trabalhos desenvolvidos.

3.2 IFSULDEMINAS e a Criação de uma Identidade

A antiga Escola Agrotécnica Federal de Machado, assim como as outras Escolas Agrotécnicas de Muzambinho e Inconfidentes receberam na forma da lei, a proposta de formarem os três primeiros pilares do IFSULDEMINAS, passando a se tornar campus de uma instituição maior, dotada da missão expressa na mesma lei de criação de promover o desenvolvimento do Sul de Minas, região esta dotada de uma infinidade de cidades dotadas de características próprias totalmente diversas.

Respondendo ao questionamento sobre a forma como IFSULDEMINAS recebe a competência de promover o desenvolvimento do Sul de Minas Gerais, tendo em vista a infinidade de municípios e quais as estratégias adotadas pelo Instituto Federal, o entrevistado Pró-Reitor de Extensão, Renato Ferreira de Oliveira considera que o processo de crescimento da Instituição tem que ser de forma cuidadosa “um passo depois do outro se não a gente fica louco”, devido ao tamanho do Sul de Minas que tem cerca de 180 municípios em seu território, gerando assim uma sensação muito grande de impotência. Desta forma a Instituição adota a seguinte estratégia:

[...] então a gente vai cuidando do território onde os nossos Campi estão instalados e nas suas áreas que ele tem influência, então esse é um papel , agora sim a gente vê que está muito bem distribuído aqui no Sul de Minas, a gente tem Passos, Poços de Caldas, Machado, Pouso Alegre, Inconfidentes e Muzambinho, só do lado, do outro lado da Fernão Dias que nós não tínhamos nenhuma ação, nós tínhamos apenas alguns Polos de Rede, que eram os antigos Polos de Rede, agora nós estamos iniciando um Campus do Sul de Minas no Circuito das Águas para atender aquela região, só que além dos 6 campi que nós temos, tem esse Polo do Circuito das Águas que atende quatro cidades lá, que é o objetivo transformar em um Campus em diversas cidades prá poder atender lá melhor e nós temos mais de quarenta municípios que são parceiros nossos em cursos que eram Núcleos Avançados em outros municípios que a gente faz parcerias com outras prefeituras, então nós estamos presentes em mais de quarenta municípios do Sul de Minas, então com essa presença nesses quarenta municípios a gente já começa a fazer a diferença.

Na fala do entrevistado Carlos Henrique Rodrigues Reinato, Diretor de Desenvolvimento Educacional do Campus Machado é possível identificar outra limitação para que o Instituto desenvolva sua identidade própria, como instituição autônoma e dotada potencialidades próprias. Esta limitação se encontra nas amarras institucionais em relação as políticas governamentais, expressa na opinião do entrevistado por meio de uma política com "visão um pouco mercantilista" expressa na cobrança por metas, uma cobrança de certa forma descabida, quando se fala em Educação e principalmente quando se trabalha com desenvolvimento regional, uma vez que nem todas as atividades na promoção do desenvolvimento geram números, metas, sendo um trabalho com o foco direcionado mais para a qualidade do que para indicadores, política essa que o entrevistado aponta de forma enfática como prejudicial, devendo ser reavaliada para se trabalhar melhor como o desenvolvimento regional.

Estas limitações são impostas pelas amarras legais criadas pelo Governo Federal por meio da legislação que estabelece limites para oferta de cursos e também direciona os cursos que tem que ser oferecidos, enfocando por exemplo nos cursos técnicos e para os superiores na licenciatura, desconsiderando as demandas regionais, além das formas de descentralização de recursos que obrigam as instituições a um crescimento em termos de discentes de forma desenfreada. Conforme disposto na Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que estabelece algumas metas:

Art. 7º Observadas às finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º.(BRASIL, 2008)²²

²² Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Essas limitações impedem de certa forma a autonomia institucional ao passo que desconsidera as demandas locais para oferta dos cursos, criando assim mais uma limitação no estabelecimento de uma instituição diferenciada para um local específico.

3.3 Desenvolvimento local na visão do IFSULDEMINAS e População Local

No que tange o conhecimento ou uma noção do que desenvolvimento local nove dos dez entrevistados tem algum conhecimento ou já ouviram falar da temática de desenvolvimento local, desses nove entrevistados, seis são servidores do IFSULDEMINAS.

O Pró-Reitor de Extensão Renato Ferreira de Oliveira especialmente por possuir um alinhamento profissional com a questão do desenvolvimento local, bem como uma questão pessoal como filosofia de vida e por ter produzido pesquisas nesta área possui uma definição clara e própria do desenvolvimento local. O entrevistado considera o desenvolvimento local como sendo “um processo de evolução da sociedade que envolve não só o crescimento econômico e financeiro, mas das liberdades” tem ainda uma visão particular do que considera ser essas “liberdades” como sendo suficientes condições sociais, no aspecto que tange a educação, saúde, lazer e a cultura como um todo.

O entrevistado apresenta na fala ainda uma veemente negativa em classificar como desenvolvimento uma situação em que apenas uma minoria da população seja beneficiada por um dado avanço que a sociedade alcança, como observamos na fala “só considero que tem um desenvolvimento tecnológico se aquela tecnologia ela está ao alcance de todos na comunidade...ela só vai ter desenvolvimento quando todos tiverem acesso nela”.

Em outra entrevista observamos também uma proximidade na fala da Coordenadora do Projeto de Equoterapia, a professora Daiane Moreira da Silva com a do Pró-Reitor de Extensão, visto que considera o desenvolvimento local como sendo qualquer tipo de desenvolvimento para a comunidade, considerando no caso o recorte local como sendo Machado e região, considera o desenvolvimento numa

ótica mais abrangente do que somente o desenvolvimento econômico, considera ainda o desenvolvimento social ou qualquer tipo de desenvolvimento que acarrete em benefícios para sociedade.

O Sr. Carlos Henrique Rodrigues Reinato, DDE do Campus Machado também considera o desenvolvimento local numa perspectiva relacionada ao desenvolvimento produzido na comunidade e na sociedade que está em torno do Instituto, também trabalha com este desenvolvimento em suas diversas vertentes seja ele econômico, social ou tecnológico.

O conhecimento a cerca da temática não se restringe somente ao meio acadêmico, além dos funcionários do Instituto, três dos quatro entrevistados demonstraram familiaridade com a temática.

Durante a entrevista com o L.C, cooperado da Coocaminas, quando questionado sobre seu conhecimento dessa temática o mesmo demonstrou o seu ponto de vista, considerando em sua concepção a idéia de desenvolvimento local não exatamente como sendo um desenvolvimento tecnológico ou similar, mas dentro de uma perspectiva de melhoria na qualidade de vida da população, na condição social.

A fala do cooperado remete a um discurso do então presidente Luis Inácio da Silva no evento de lançamento do Programa de Inclusão da Pessoa com Deficiência no ano de 2007, onde disse que acredita nas diferentes formas de se medir um projeto de desenvolvimento e sobre o critério que julgava melhor como sendo “o mais rigoroso e o mais justo deles mede a atenção que a sociedade e o Estado dispensam aos seus segmentos mais frágeis e destituídos.” (LULA, 2007).

O entrevistado considera que esta melhoria na qualidade de vida dos Cooperados da Coocaminas em Poço Fundo está acontecendo, conta inclusive que a Cooperativa já possui uma certificação que abrange juntamente isso, a sustentabilidade, econômica, social e ambiental.

Uma das entrevistas foi realizada com a Sra. Virgínia em seu sítio no Bairro 300, havia chovido muito no dia anterior e por tratar-se de zona rural, fiquei preocupada com a estrada, mas por telefone ela prontamente me disse que a estrada estava boa e se mostrou totalmente disponível, tivemos um pouco de dificuldade até chegar ao local, paramos em um sitio anterior, pois lá havia outra Sra. também chama Virgínia e atuante no projeto U.C.P, aliás presidente da associação.

Depois de resolver o mal entendido, o marido desta senhora no direcionou o caminho e chegamos ao referido sítio. Antes da entrada o barro solto com a primeira chuva fez do trajeto uma aventura um tanto perigosa. Chegamos ao sitio e havia bem na entrada um terreiro de café coberto por grãos, boa parte já seco, pronto para ser processada, outra parte dos grãos ainda maduros e no fundo uma casa, dessas típicas casas da roça, com janelas de madeira e uma varanda, ou melhor, um “alpendre”, onde realizamos a entrevista.

Era uma senhora magra de porte baixo e uma voz suave que muito me surpreendeu ao me revelar seu envolvimento na comunidade local, na associação, como voluntária da saúde, uma senhora muito consciente e engajada, revelando na simplicidade da sua fala seu conhecimento sobre o que é desenvolvimento local:

Ah, é no caso vai estar melhorando prá todas as famílias, desenvolvendo um lugar, dando mais estrutura prá isso né, vai estar enriquecendo a localidade, não falo enriquecendo em valor material só, mais em questão de conhecimento também.

Outro entrevistado foi um aluno Henrique Borges Moraes, egresso do Curso Subsequente de Informática em Carvalhópolis que também disse já conhecer essa temática de desenvolvimento local e fez uma analogia do curso de informática aberto em Carvalhópolis com a promoção do desenvolvimento local, pois acredita que isso muito positivo para o município, visto que possibilitou aos moradores fazer um curso gratuito e que segundo o entrevistado foi uma forma de desenvolvimento para a cidade.

A professora e coordenadora do Curso Subsequente de Informática em Carvalhópolis, Cristina Carvalho de Almeida considera o desenvolvimento local à partir da visão do Instituto como sendo a contribuição que todos os servidores em prol da promoção de melhorias para a região atendida por meio do ensino, pesquisa e extensão e atendimento com um todo.

Dois professores do IFSULDEMINAS- Campus Machado também entrevistados consideram o desenvolvimento local dentro de uma perspectiva de sustentabilidade, neste sentido o professor e coordenador do projeto U.C.P. o professor Leandro Carlos Paiva considera como sendo desenvolvimento local toda ação com vistas na sustentabilidade realizada em uma dada região, mas uma forma de sustentabilidade que permita que a pessoa possa ter um ganho, uma promoção

na sua forma de vida, obter lucro suficiente desempenhando suas atividades de forma permita subir de nível de vida, consiga prosperar.

O entrevistado professor André Delly Veiga coordenador do projeto D.R.S Poço Fundo desenvolvimento pelo Instituto considera que desenvolvimento local como sendo a atuação na comunidade inserida de forma sustentável promovendo o empoderamento das pessoas.

A promoção do desenvolvimento local tem como requisito principal o envolvimento das pessoas, visto que seu “empoderamento” como descreve o entrevistado é fundamental para o desenvolvimento da localidade, visto que é um processo que surge de baixo prá cima e não o contrário.

3.4 Participação da Sociedade Civil na Promoção do Desenvolvimento em Machado, Poço Fundo e Carvalhópolis

O entrevistado Renato Ferreira de Oliveira, Pró-Reitor de Extensão, considera a participação da sociedade civil na promoção do desenvolvimento trata-se de uma preocupação antiga e que para a Pró-Reitoria de Extensão a organização da sociedade civil é uma questão prioritária para o desenvolvimento regional, percepção esta desenvolvida através dos fóruns realizados já que tal questão aparece de forma latente como uma demanda importante a ser trabalhada pelo Instituto, descreve como sendo objeto de atuação do IFSULDEMINAS esta organização da sociedade civil possibilitando que ela rompa os desafios que o mercado tem, ou com os desafios do desenvolvimento.

De uma forma geral pudemos observar por meio das entrevistas que os servidores do IFSULDEMINAS-Campus Machado consideram que a população local das cidades de Machado, Poço Fundo e Carvalhópolis é uma população participativa e engajada nas questões locais, conforme observamos nas falas dos entrevistados, porém observamos que parte dos participantes dos projetos entrevistados apontam para algumas limitações na participação.

Durante a realização da entrevista com o DDE do Campus Machado o Sr. Carlos Henrique Rodrigues Reinato, o entrevistado descreveu a população da região em geral como sendo participativa, embora considere que apenas uma parcela da

população é atendida pelo Instituto, mas pondera dizendo que grande parte da população tem procurado a instituição, tem demandado serviços, embora aponte deficiências no trabalho de marketing do Instituto visando divulgar as ações, serviços e a própria instituição para a população. Acredita que a população tem recebido o Instituto muito bem e reforça a necessidade do Instituto atuar melhor nas demandas sociais locais, processo este que julga estar no início tendo em vista que o Instituto é novo, iniciando em 2008 e acredita que com o tempo isso vai ser dividido com toda a comunidade.

O entrevistado André Delly Veiga, considera a participação da população de Poço Fundo no desenvolvimento do Projeto D.R.S. como sendo boa, visto que a população apoiou e valorizou as ações desenvolvidas, fala ainda sobre um “tratoração”²³ que ocorreu na cidade de Poço Fundo onde a população mostrou apoio, comparecendo em peso, por acreditar que tratava de uma manifestação que poderia resultar em melhorias prá cidade como um todo.

Embora o coordenador do projeto avalie a participação da população como satisfatória, para o cooperado entrevistado a participação se deu de forma indireta para os cooperados, visto que as lideranças que ficavam com a competência de representar e repassar as demandas da população na reunião e única forma de feedback, para acompanhar se as demandas estão sendo atendidas de forma satisfatória para os cooperados se dá por meio do acompanhamento da participação, cursos da parte de café, qualidade e tal.

A coordenadora do projeto de Equoterapia, Daiane Moreira da Silva, considera que não existe um grande envolvimento no projeto por parte da população visto que o número de praticantes atendidos é pequeno em relação ao número de habitantes da cidade de Machado, mas tem observado uma boa receptividade da população quando conhece mais sobre o projeto, ela tem se sensibilizado bastante e tem admirado esta iniciativa do Instituto.

Por outro lado, o entrevistado Leandro Carlos Paiva, coordenador projeto U.C.P. considera que devido ao fato do projeto ser algo muito interessante, já que os equipamentos instalados eram um objeto de desejo de todo produtor já que sabem que a qualidade de bebida e a agregação de valor que podem dar ao produto, a

²³ Tratoração é um tipo de manifestação ou protesto, onde os produtores utilizam os maquinários agrícolas, em especial o trator para impedir a passagem da estrada ou espaço específico.

participação e aceitação foi boa, porém permaneceu um sentimento de dúvida neles a respeito de como seria o funcionamento, como seria o trabalho entre eles.

Tal dúvida se deve a questão da forma que será definida de trabalho na associação, quanto à forma de trabalho do café, se individual ou se vão trabalhar o café juntos e depois “separar o bolo”, como se refere o entrevistado, o que em sua opinião será um grande desafio, uma vez que gera uma situação de insegurança e ciúmes entre os associados que terão que entregar “o café deles, o suor do trabalho deles” para se juntar ao café dos demais associados, sendo demandado assim um bom entrosamento entre eles.

A entrevistada Virgínia Moreira de Figueiredo Dias, participante do projeto também apresenta o mesmo receio do coordenador quando fala da participação das pessoas no projeto “É desconhecido, então fica aquele receio né, acho que é por aí, é meio que esperar ver, acontecer prá ver no que vai dar”.

Observamos no olhar da entrevistada e também em sua fala a grande esperança neste projeto e ansiedade prá que se inicie, já que a previsão era para iniciar nesta colheita, mas pelo que vimos ainda existem muitas pendências em termos de estruturais.

3.5 Parcerias com o Setor Público e Privado para o desenvolvimento local

De acordo com Carlos Henrique Rodrigues Reinato em sua entrevista, considera que a relação do Instituto com o poder público é uma relação que depende da comunhão de ideias em prol do desenvolvimento regional para que um bom relacionamento aconteça. Considera que a questão político partidária as vezes é prejudicial, especialmente quando algum processo eleitoral esta em curso, visto que alguns prefeitos buscam transformar a parceria em atos políticos, neste sentido considera que o Instituto tem buscado tornar as parcerias mais isentas possíveis da questão política partidária, com foco no desenvolvimento local, na parte de ensino, pesquisa e extensão.

Esta questão política partidária é algo que tem afetado diretamente o funcionamento do Campus Machado, visto que o prefeito atual é ex-professor do Campus Machado e não possui a maioria de vereadores na Câmara, desta forma houve uma tentativa de doação de terreno para construção de novas salas para

alguns cursos do Instituto, doação esta indeferida pela Câmara, além da votação para doação do Centro de Excelência do Café, que teve em sua primeira votação, em função da não participação de alguns vereadores o que impediu a quantidade de votos necessários, somente com a pressão popular a segunda votação decidiu pela liberação do Centro de Excelência de Café para o Instituto Federal – Campus Machado.

A entrevistada Daiane Moreira da Silva, coordenadora do Projeto de Equoterapia conta na entrevista que a Prefeitura é um dos parceiros, ficando responsável pela parte clínica dos profissionais da área de saúde que atendem os praticantes, porém avalia que o apoio da Prefeitura não foi satisfatório, visto que o convênio firmado tem sido parcialmente cumprido, mas já é um importante avanço para o município.

A parceria com o município de Machado é importante para o Instituto, visto que atua viabilizando vários projetos e empreendimentos, mas muitas vezes esbarrando em entraves, sejam eles orçamentários, político-partidários ou diversos outros, mas conforme a pesquisa realizada, o convênio tem sido desenvolvido em geral de forma satisfatória, considerando o montante dos projetos atendidos.

O entrevistado Leandro Carlos Paiva, corrobora com a informação ao passo que considera como sendo fundamental e imprescindível o apoio da Prefeitura Municipal de Machado ao projeto U.C.P., visto que era o único que dispunha de recurso para construção civil, o que é extremamente difícil na esfera federal, estadual e até mesmo através de editais, visto que são poucos editais que contemplam construção e sem essa construção não teria como instalar os equipamentos para funcionamento da Unidade, desta forma foi fundamental e foi fácil a negociação para concessão do apoio, visto que entendem a necessidade de apoiar os cafeicultores.

Ainda de acordo com o entrevistado, embora a Prefeitura tenha apoiado na construção, algumas dificuldades são aparentes, especialmente na limitação orçamentária, visto que os recursos municipais, especialmente das pequenas Prefeituras, são escassos, mesmo assim tudo que foi solicitado foi atendido, mas a qualidade fica parcialmente comprometida, perdendo um pouco na qualidade do serviço, serviço este que ainda não terminou, visto que partes não foram contempladas, desta forma o entrevistado conclui "o problema das prefeituras é que

eles querem ajudar mas eles são limitados nessa ajuda, foi muito importante, vai estar funcionando, não 90% mais vai estar”.

Entrevistando a associada Virgínia, do Bairro 300, a mesma avalia como sendo mediano o apoio ofertado pela Prefeitura ao projeto, tendo vistas as pendências que ainda inviabilizam o funcionamento da Unidade, desta forma ela considera que “não posso falar que é ótimo tem algumas falhas, algumas faltas, mais tem participação sim, tem pessoa empenhada sim e outras não, como em tudo”.

De acordo com o Pró-Reitor de Extensão, Renato Ferreira de Oliveira, a relação com o poder público local varia de acordo com cada lugar, sendo em alguns locais, é considerada um facilitador e em outros a parceria simplesmente não acontece, desta forma a boa vontade dos gestores é fundamental para que a parceria aconteça, visto que relata a existência de situações onde um município tinha condições extremamente favoráveis para implantação de cursos e não demonstrou qualquer apoio, o que dificultou a implantação, ao passo que outros municípios que não possuíam as mesmas condições, mas tinham no poder público local um grande comprometimento com a educação, e se comprometeram com a parceria e “fizeram das tripas coração e a gente conseguiu implantar, então varia de acordo com o perfil do gestor municipal, do prefeito”. Outro problema também relatado é a descontinuidade das parcerias municipais, visto que as vezes a parceria está funcionando, mas quando troca-se o gestor ela pode ficar comprometida.

Tratando dos projetos realizados de forma específica, de acordo com o entrevistado André Delly Veiga, no caso do município de Poço Fundo onde foi realizado o projeto D.R.S. a parceria com o poder público local foi totalmente positiva, a principal atuação da Prefeitura se deu por meio do transporte dos cooperados para participação de diversos cursos no Campus Machado.

Outra importante participação da Prefeitura Municipal de Poço Fundo e da Câmara, de acordo com o entrevistado L.C. se deu por meio da participação nas reuniões periódicas, que tem sido satisfatório, que tem buscado de forma ativa solucionar as demandas apresentadas.

No município de Carvalhópolis avaliando a parceria com o poder público local para o ensino, de acordo com a Sra. Cristina, coordenadora do Curso Subsequente de Informática, aponta que a Prefeitura é uma importante parceira visto que foi ela quem viabilizou o curso, que atualmente, funciona dentro de uma escola municipal onde a Prefeitura montou um laboratório de informática, além disso, quando são

demandados transportes para eventos no Campus de Machado a prefeitura disponibiliza transporte, como por exemplo na semana tecnológica.

Além das parcerias com o poder público local o Pró-Reitor de Extensão, Renato Ferreira de Oliveira, considera que o Instituto conta muito com as parcerias para seu efetivo funcionamento, aponta a Emater como uma grande parceira, visto que tem uma capilaridade muito grande, marcando presença em quase 99% dos municípios de Minas Gerais, conhecendo de forma profunda as diferentes realidades locais, especialmente na área agrícola que se trata da principal área de atuação do Instituto, desta forma seja na agricultura ou na pecuária, Emater fornece subsidio.

Existem ainda de acordo com o entrevistado, outras áreas que são novidades para a Instituição e que desta forma tem representado uma dificuldade neste primeiro momento, áreas estas que também tem demandado parcerias. Em Pouso Alegre, por exemplo, a Associação Comercial é uma grande parceira do Instituto, trazendo importantes informações que moldam sua atuação.

Além das parcerias com o poder público local o Instituto utiliza das parcerias de forma a aperfeiçoar sua atuação e viabilizar projetos que sozinho não conseguiria implementar, como é o caso do projeto de Equoterapia do IFSULDEMINAS, que de acordo com a entrevistada. Daiane Moreira da Silva, o Instituto fornece para o projeto suas instalações, cavalos, o serviço de manejo dos cavalos e alguns profissionais habilitados para trabalhar com Equoterapia e além da Prefeitura Municipal que é uma das parceiras, conta com a APAE, que entra com a parte clínica dos profissionais da área de saúde que o Instituto não possui e indispensáveis para o projeto. A entrevistada aponta ainda que outras importante parcerias que o Instituto conta para fomento de seus projetos são a FAPEMIG e o CNPQ que fomentam tanto projetos de pesquisa como de extensão.

Tratando de forma especial do projeto U.C.P. o coordenador do projeto e entrevistado Sr. Leandro Carlos Paiva, disse que o projeto foi fomentado financeiramente Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas o recurso não abrangia construção civil, desta forma a Prefeitura atuou no projeto com a construção civil. Outros parceiros também se envolveram no projeto, como a EMBRAPA que disponibilizou um pesquisador em cafeicultura familiar e associativismo, além da EMATER que ajudou na parte de extensão por meio de seus extensionistas que trabalharão junto à unidade.

Observamos que as parcerias são fundamentais para que o Instituto consiga promover o desenvolvimento local, especialmente quando pensamos na diversidade da região e na dificuldade em promover o desenvolvimento nos mais diversos segmentos, além das próprias limitações orçamentárias que inviabilizam a promoção do desenvolvimento de forma inteiramente satisfatória.

Neste sentido observamos que um dos projetos pesquisados neste presente estudo tamanha é a importância dos parceiros que o Instituto aparece como coadjuvante, trata-se do projeto D.R.S. Poço Fundo, onde o entrevistado André Delly Veiga, esclarece que a proposição do projeto foi realizada pelo Banco do Brasil, desta forma até mesmo o nome DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável) vem do Banco do Brasil, a agência de Poço Fundo foi quem fez a proposição e o IFSULDEMINAS – Campus Machado entrou como convidado, para auxiliar no projeto. Parceria esta que na opinião do coordenador foi muito boa, “principalmente entre as cooperativas e o Campus Machado do IF Sul de Minas”.

Observamos que as parcerias são fundamentais para o Instituto conseguir atender as demandas da região, porém muitas vezes o desempenho dos projetos ficam na dependência da “boa vontade” dos parceiros, consideramos que devido ao potencial do Instituto em termos de conhecimento e as reais possibilidades de se promover o desenvolvimento local é preciso avaliar de forma cuidadosa as parcerias a serem firmadas.

3.6 Territorialidades do Sul de Minas Gerais: Desvendando Machado, Poço Fundo e Carvalhópolis

O presente estudo tem seu cerne voltado para o desenvolvimento local numa perspectiva participação da sociedade civil e focada na questão da territorialidade, ou seja, conhecendo e utilizando da identidade própria de um dado recorte territorial para a promoção do desenvolvimento local, ou seja, estimular os laços de cooperação e identidade, valorizar e maximizar as potencialidades do território, sua cultura, seus recursos naturais e ambientais, capacidades produtivas e econômicas de forma a fortalecer este local melhorando assim a qualidade de vida de sua população.

Na opinião do Pró-Reitor de Extensão do IFSULDEMINAS o entrevistado Renato Ferreira Oliveira, não é possível se tipificar uma só identidade ou forma de agir do Sul de Minas que é extremamente diversificado, assim como Minas Gerais, pode-se dizer “que o Sul de Minas são muitos Sul de Minas”, pode-se observar cidades como Poços de Caldas, Pouso Alegre, Passos e ao mesmo tempo cidades pequenas que trabalham com agricultura familiar. Considera que temos no Sul de Minas condições e muitas limitações, visto que temos cidades com muito desenvolvimento seja ele tecnológico, na área educacional, na oferta de instituições de ensino superior de renome internacional e que trabalham e temos ao mesmo tempo cidades que trabalham em uma condição precária, com educação frágil, especialmente a educação básica, atividades econômicas muito frágeis. Demandando assim um trabalho muito importante de cada Campus que deve identificar as “identidades” daquela localidade e desenvolver assim um trabalho voltado para as características de cada local que está instalado.

O Sr. Renato Ferreira de Oliveira avalia que os fóruns desenvolvidos deixam isso em evidência, visto que foram compostos por representantes de diversos municípios e segmentos realçando assim a existência de inúmeras discrepâncias na fala desses interlocutores, uma vez que durante o fórum pontos que foram apontados como dificuldades do Sul de Minas em um eixo temático foram em outra plenária identificados como ponto favorável do Sul de Minas, mostrando assim essa diversidade da região.

3.6.1 Carvalhópolis e suas territorialidades

A forma escolhida neste tópico para identificação das territorialidades foi a entrevista realizada com os envolvidos em projetos com relação no desenvolvimento regional das localidades. No caso de Carvalhópolis optamos por entrevistar os envolvidos no projeto de ensino ou seja, no Curso Subsequente de Informática ofertado no Polo de Rede do IFSULDEMINAS – Campus Machado, na referida cidade.

Neste sentido, entrevistamos um aluno egresso a professora Cristina Carvalho de Almeida que é coordenadora do curso em Carvalhópolis. A professora relatou na entrevista quando questionada sobre as características da que não tem muito contato com o município onde funciona o curso:

[...] na realidade o ano passado o pessoal até ria, não em 2010, quando fui dar a disciplina à primeira vez eu tive que pegar um mapa com eles lá prá saber onde que era a escola, então eu não conhecia Carvalhópolis, pessoalmente falando [...]

Acreditamos que é importante que os coordenadores, assim como os professores sejam treinados e conheçam um pouco da realidade local para que o curso seja mais específico possível e voltado realmente para a realidade do local.

De acordo com a entrevistada professora Cristina Carvalho de Almeida o curso foi aberto na cidade porque foi percebida a demanda para o referido curso, a quantidade de alunos que saiam para fazer informática no Campus na cidade de Machadi, então optou-se por abrir o curso para evitar este deslocamento atendendo as pessoas na própria localidade. Agora em termos de características comerciais eu não saberia contextualizar.

O contato da professora com a população da cidade ficou restrito às atividades de ensino e coordenação no Polo de Rede e quando convidada a falar um pouco sobre as características da população do município ela descreveu que das turmas ofertadas que foram duas, uma delas ela trabalhou como professora e na outra teve diversos contatos nas vezes em que foi até lá conversar com a turma. Por meio desses contatos pode descrevê-los como sendo pessoas humildes e com muita força de vontade, sendo que cerca 95% dos alunos trabalham o dia todo, muitas vezes indo direto do trabalho para o curso, estudando, desta forma ela considera que eles têm uma grande força de vontade.

Durante a realização da entrevista com Henrique Borges Morais aluno egresso do município o mesmo, apresentou seu município como tendo uma população que a maior parte trabalha na zona rural e quanto a questão de ensino o mesmo relata que o pessoal tem que se deslocar para o município de Machado para estudar, só agora com o Polo de Carvalhópolis que a população já pode cursar outra modalidade de ensino além do ensino médio o que foi um grande benefício para a

população da cidade, população esta que em sua opinião é hospitaleira e “gente boa”.

3.6.2 Machado e suas territorialidades

O professor Leandro Carlos Paiva, doutor na área de café avalia o município de Machado como sendo muito bem localizado visto que é equidistante dos grandes centros do Sul de Minas, das grandes cidades como Pouso Alegre, Poços, Varginha e situado no centro do Sul de Minas que é a maior região produtora de café do mundo inteiro, no Estado de Minas o maior produtor de café do Brasil, ficando inserido no local principal tanto para a comercialização quanto para a produção de cafés no mundo.

De acordo com a fala do professor observamos que as ações desenvolvidas pelo Instituto têm correlação direta com a potencialidade agrícola e cafeeira do município de Machado e região.

Deste modo o entrevistado considera que o Instituto tem “essa prerrogativa de trabalhar com o café devido a essa tradicionalidade do município”, já que considera que grande parte dos produtores trabalham com café à várias gerações, embora a cultura não seja tão bem explorada na região, desta forma a região é propícia para trabalhos em cafeicultura e desenvolvimento dos produtores. A região possui ainda uma bacia leiteira importante e tradicional também, embora a cafeicultura ainda seja principal.

A entrevista professora Daiane Moreira da Silva também considera o município de Machado como um município de agricultura, com grande produção de café. Considera ainda este alinhamento do Instituto com as potencialidade da região que é agrária, principalmente em relação aos cursos que são fornecidos pelo Instituto que também são cursos na maioria nessa área, então na fala da professora, contribuem para o desenvolvimento do município de Machado, que ela considera como sendo o principal potencial do município.

A territorialidade abrange as potencialidades econômicas e os recursos naturais, mas trata também das formas de sociabilização, do relacionamento entre

as pessoas neste sentido, o entrevistado acredita ser algo “bastante interessante aqui nessa região,” visto que Machado e as cidades próximas possuem um número considerável de associações de pequenos produtores e eles sabem trabalhar como associação.

Esse potencial de se associar é algo muito forte que realmente torna essa cidade e região diferente das demais cidades, algo que é observado especialmente na fala da Sra. Virgínia Moreira de Figueiredo Dias que integra uma das tantas associações de moradores, do Bairro 300, zona rural do município de Machado:

A gente tem aqui, a gente participa da comunidade é tudo, é todo tipo de coisa, tanto na área religiosa, quanto na área de agricultura e saúde, eu no caso participo na área de saúde também, eu no caso sou agente comunitária de saúde e já fui voluntária a 7 anos, agora a gente visita as casas e antes era só trabalho voluntário, então era muito limitado, mas a gente mexe com agricultura familiar, a gente tenta tocar também a propriedade, no caso aqui não é meu, mas a gente tenta tocar a propriedade, aqui a gente olha o sitio pra um rapaz de Belo Horizonte a nossa lavoura é mais em cima na serra.

Observamos na fala da entrevistada seu envolvimento em associações, assim como o potencial associativo da localidade potencial este que se repete por várias outras associações da cidade. Quando questionada sobre as características próprias da comunidade, a mesma respondeu focando no forte laço de “amizade” entre todos e reforçando que considera aquela comunidade muito mais que uma vizinhança, descrevendo como uma família só, “é como se fosse uma grande família, tem suas desigualdades, mas é uma família” relatando que se encontram como uma grande frequência, seja na igreja, reuniões da associação, atendimento médico.

Além do aspecto rural e associativo da localidade a professora Daiane Moreira Silva, coordenadora do projeto de Equoterapia no município de Machado e avalia o potencial da cidade que em sua opinião é hospitaleira e dotada de um povo receptivo e com interesse em se desenvolver. Aponta ainda para situados na faixa etária dos 18 a 20 anos tem muitos jovens estudando fora e depois retornando para a cidade de Machado tentando contribuir para o desenvolvimento da localidade.

Atualmente ocorreu uma expansão do ensino ofertado pela instituição que passou a oferecer inclusive cursos superiores, porém a instituição ainda consegue atender um contingente reduzido de jovens, cabe nesse sentido ao IFSULDEMINAS – Campus Machado, identificar essa demanda de cursos que obriga os jovens da

cidade a se deslocar para outros municípios e também pontuar as que mais contribuem para o desenvolvimento dessa região.

Outro aspecto que pudemos identificar no município por meio da entrevista, aspecto este de suma importância, foi relatado pela Sra. Sandra Pimentel Mendes que possui a patologia esclerose múltipla e é praticante de equoterapia no IFSULDEMINAS – Campus Machado.

A entrevistada quando convidada a falar sobre o município de Machado, ficou inicialmente receosa, demonstrando até de certa forma um ressentimento para com o município, demonstrado quando questionada respondeu de forma imediata “Prefiro não falar” mas depois no decorrer da entrevista explicou mais claras suas dificuldades de locomoção na cidade e a falta de acessibilidade no transporte público que a obrigam a se confinar em casa.

Muito morro, muito morro, prá cadeirante, cadeirante é impossível, impossível cadeirante. Circular não tem adaptação nenhuma sabe e no meu caso, por exemplo, eu evito o máximo sair, se eu saio eu saio de taxi e quando eu vou fazer tratamento com o carro da prefeitura, sabe, então é difícil.

Esse aspecto é muito importante, pois embora a cidade possa ser acolhedora, receptiva e associativa como demonstrado nos depoimentos anteriores seu relevo acidentado e a falta de acessibilidade torna a cidade em certo aspecto excludente ao um grupo específico, os que possuem algum tipo de deficiência, especialmente motora.

3.6.3 Poço Fundo e suas territorialidades

Machado e Poço Fundo apresentam similaridades no que se refere a questão da agricultura familiar, visto que de acordo com outro entrevistado, o Sr. André Delly Veiga, professor do IFSULDEMINAS – Campus Machado que coordenou o projeto D.R.S Poço Fundo, a população local é uma população da cidade é diferenciada justamente sobre este aspecto, centrado justamente na questão da organização familiar, visto que a cafeicultura na região tem esse diferencial que é praticada em

sua maioria por pequenos agricultores que trabalham na lavoura com sua família, o que torna a região diferente até de cidades próximas daqui, algo que acredita ser observado somente em Machado e região, algo que é preciso ser trabalhado e valorizado cada vez mais, em especial aqueles que fazem todas as etapas no campo, sem contratação alguma de mão-de-obra.

Quando questionado sobre a influências dessas territorialidades no projeto, o entrevistado André Delly Veiga, foi enfático ao considerar que tais características vem facilitar, visto que em sua opinião o pequeno agricultor em geral não tem acesso às tecnologias disponíveis no mercado, tendo um acesso mais restrito, ao contrário do grande produtor. Então neste sentido o entrevistado sente que os pequenos produtores são em geral mais disponíveis e que confiam um pouco mais na atuação do Instituto, sendo extremamente vantajoso trabalhar com este público, os pequenos agricultores.

Durante a entrevista com o Sr. L.C cooperado do município de Poço Fundo o entrevistado caracterizou seu município como sendo um município agrícola, tendo como base econômica o café, em sua opinião cerca de 50% da população residindo em zona rural.

O entrevistado considera ainda o aspecto religioso como sendo muito forte na cidade, existindo cerca de quatro igrejas, com a predominância da católica. Aponta para a existência de outras atividades econômicas, como as confecções, embora a maior parte das pessoas trabalhe na roça. Desta forma acredita que quem não opte por ficar na roça tem que ir estudar fora porque o município não conte com faculdades. “Agora que tá abrindo faculdade aqui, mas geralmente saí, vai estudar em Alfenas, Pouso Alegre, é isso, uma cidade pequena.”

Na realidade a faculdade que o entrevistado se refere é um Polo de Rede do IFSULDEMINAS – Campus Machado no município de Poço Fundo que passa a oferecer cursos na cidade, oferecendo assim uma alternativa de estudo aos moradores que precisam se deslocar para ter acesso a cursos técnicos e superiores.

3.7 As práticas comunitárias do IFSULDEMINAS

O entrevistado Pró-Reitor de Extensão do IFSULDEMINAS, Sr. Renato Ferreira de Oliveira, relata que um dos trabalhos que vem sendo desenvolvidos pelo

Instituto tem sido o levantamento das potencialidades regionais por meio de fóruns, tendo sido realizado um fórum em Pouso Alegre no ano de 2009 e outro neste ano de 2012 com o objetivo de identificar por meio dos eixos temáticos que foram trabalhados os elementos facilidades, dificuldades, obstáculos e as oportunidades para a promoção do desenvolvimento do Sul de Minas e levantar formas de atuação para a promoção desse desenvolvimento local.

A promoção do desenvolvimento foi amplamente discutida e nesse fórum em cada plenária de eixo temático foram indicados dois representantes para compor uma espécie de conselho que irá se reunir a cada dois meses a fim de discutir o desenvolvimento local, sendo estes representantes dos diversos segmentos do comércio e da indústria, do esporte, da agricultura familiar, da educação para o campo.

O entrevistado tratou ainda de maneira especial em sua fala, sobre o eixo educação para o campo que foi introduzido no último fórum e que é objeto especial de atenção do IFSULDEMINAS, visto que consideram a existência nos dias atuais de um movimento de saída dos moradores do campo para a cidade em grande parte, movimento este que passa pela precariedade do ensino nas escolas rurais, com escolas “não é nem de 2ª categoria é 10ª”, salas multi-seriadas, professores mal preparados, escolas desconfortáveis, transporte escolar ruim e escolas em péssimo estado; passa ainda pela questão com o empoderamento do agricultor familiar em especial o empoderamento econômico.

Observando os projetos desenvolvidos pela instituição observamos que sua grande maioria é voltada para a população do campo, assim como os cursos ofertados, demonstrando a vocação rural da Instituição. Também no entendimento do entrevistado a agricultura familiar é “a grande indústria que o Sul de Minas”, considera ainda que na geração de trabalho, emprego e renda, a agricultura é o maior empregador do Sul de Minas, desta forma pela importância de tal atividade para a região o desenvolvimento do Sul de Minas passa pelo empoderamento da agricultura familiar e da evolução deles não só econômica, mas na educação, saúde, acesso à comunicação, debate este travado na Pró-Reitoria de Extensão do Instituto definindo formas de atuação para que esse desenvolvimento possa ser acessível ao campo, internet, ensino de qualidade, na opinião do entrevistado essa é a “maior contribuição que a gente entende que pode dar para o desenvolvimento regional hoje”.

Ainda de acordo com o entrevistado o Instituto tem buscado ampliar sua área de atuação, visto que em alguns segmentos a atuação é praticamente nula como em turismo, por exemplo, mas aponta que o Instituto tem travado diálogos com os circuitos turísticos, atendendo com alguns cursos de formação inicial e continuada, além de algumas ações pontuais em outros segmentos, avalia que a instituição avançou pouco na indústria, já no comércio a instituição avançou um pouco mais através do diálogo e das parcerias com as associações comerciais. Pelo tempo de atuação do Instituto quando comparado com as Universidades ele avalia que houve um avanço considerável, visto que considera que a forma de extensão que a instituição trabalha difere ao passo que existe uma preocupação em “trabalhar mais diretamente com a comunidade, a gente conhece, a gente envolve, a gente tem mais esse envolvimento e acho que isso dá mais folego prá extensão”.

Observamos durante a realização das entrevistas bem como no levantamento documental e percepção como um todo que a questão da agricultura familiar é algo muito forte no instituto, parte por sua história voltada para este segmento, mas muito também pela própria vocação do município que é extremamente voltado para agricultura familiar, especialmente a cafeicultura, desta forma, observamos uma focalização das ações do Instituto voltada para as potencialidades do local, ou seja, as territorialidades.

3.7.1. Projeto de Equoterapia

Um dos principais projetos desenvolvidos pelo Instituto com impacto social é o projeto de Equoterapia. De acordo com a ANDE-Brasil (Associação Nacional de Equoterapia) a equoterapia trata-se de um método terapêutico que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar que abrange as áreas de saúde, educação e equitação, visando obter o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com algum tipo deficiência e/ou necessidade especial.

Neste sentido, pelo impacto social do projeto optamos por entrevistar a coordenadora do projeto, a professora Daiane Moreira Silva que aponta como início do projeto o ano de 2006, porém tendo como início do efetivo atendimento aos praticantes o ano de 2010. Assim como a ANDE-Brasil, a entrevistada considera que

o projeto pode possibilitar a reabilitação física, mental e educacional dos praticantes portadores de necessidades especiais através do cavalo.

Tivemos a oportunidade de acompanhar este projeto mais de perto, em função das atividades desenvolvidas no IFSULDEMINAS abrangerem a responsabilidade da gestão do setor de Equinocultura por um dado tempo, neste período tivemos a oportunidade de observar alguns dos resultados do projeto e a felicidade dos praticantes desde o primeiro contato com o animal. O setor foi todo estruturado em função do atendimento dessas pessoas, especialmente as crianças. Todas as instalações são adaptadas, salas, sanitários, pista e os equipamentos de montaria e fisioterapia de solo.

Alguns detalhes nas instalações tornam o ambiente com um toque familiar, sejam pelos sete anões e branca de neve na grama, ou pelos carneiros e cachorros que fazem parte do projeto, visto que são uma outra abordagem lúdica para as crianças que tem dificuldade de iniciar diretamente as atividades no cavalo, desta forma fazem seu primeiro contato com outros animais, tudo isso, por meio de metodologias aprendidas pelos integrantes do setor, por meio de diversos treinamentos além de diversos bichos de pelúcia no consultório, muitos levados de forma voluntária pelos integrantes do setor.

Observamos que o projeto é de grande importância para os praticantes, conforme observamos na entrevista com a Sra. Sandra Pimentel Mendes que antes do projeto fazia equoterapia em um centro particular em uma cidade vizinha, valor este custeado pela Prefeitura Municipal, centro este que não era reconhecido pela Associação Nacional de Equoterapia, ou seja, não atendia as normas legais para funcionamento. Além do atendimento nesse centro o tratamento não dispensa outras técnicas convencionais desta forma a praticante fazia hidroginástica, fisioterapia, aplicação de botox. Tomou conhecimento do projeto em Alfenas através de outros pacientes e ficou inicialmente desacreditada que o cavalo pudesse reabilitar, “eu achava que num cavalo não acontecia nada, eu achei até engraçado e nunca tinha montado em um cavalo e achei super interessante”, disse, mostrando sua desconfiança inicial na abordagem.

De acordo com a ANDE-Brasil o indivíduo com deficiência ou com necessidades especiais quando em atividade equoterápica é chamado de praticante, não paciente, pois trata-se de uma terapia que o indivíduo participa de sua

reabilitação na medida de interação com o cavalo, ou seja, não é uma situação em que ele recebe o tratamento, mas participa.

A Coordenadora do projeto Daiane Moreira Silva, aponta como público alvo do projeto as pessoas portadoras de necessidades especiais, principalmente as pessoas carentes, visto que o atendimento é totalmente gratuito, tendo beneficiado cerca de quinze pessoas, alguns inclusive já tiveram alta e os que continuam, apresentam resultados extremamente satisfatórios.

Quando convidada a falar sobre o projeto a praticante e entrevistada Sandra, fala sobre a sensação de bem estar que sente quando está sobre o cavalo, algo muito forte para a entrevistada:

[...] me sinto independente porque eu não preciso de muleta pra locomoção, me ajuda no quadril, no andar, solta o quadril, fortalece as pernas, principalmente a região da coxa né e eu gosto muito, me tranquiliza.

Pela fala da entrevistada podemos observar a importância do projeto, embora atenda ainda um contingente muito reduzido de pessoas, esse sentimento de liberdade e independência que permite ao praticante abandonar as muletas e se sentir igual em condições é uma sensação de empoderamento e força, que permite à praticante que possui uma doença degenerativa, felicidade e tranquilidade.

Falando sobre o surgimento do projeto a professora Daiane, aponta que o projeto surgiu da ideia de um ex-aluno do Campus Machado, do curso técnico em agropecuária, que gostava muito de trabalhar com cavalos e que ao ficar sabendo dessa modalidade Equoterapia, algo extremamente inovador levou a proposta para o IFSULDEMINAS e foi a partir disso que surgiu.

Essa fala da professora sobre o surgimento do projeto demonstra um lado muito particular nos Institutos que talvez o torne diferente das universidades, esta abertura. Esta possibilidade de um aluno, ainda mais de nível técnico trazer uma proposta, uma ideia e ela se institucionalizar.

Tratando dos resultados do projeto, a professora apresenta como resultado do projeto a reabilitação dos praticantes, ressalta ainda a gratuidade do atendimento.

A reabilitação é também percebida pela praticante Sandra, que possui esclerose múltipla e que considera estar se reabilitando pelo tratamento, aponta inclusive que sente os efeitos da falta do tratamento, visto na semana anterior à da

entrevista não teve atendimento e que na semana atual, inclusive no dia da entrevista que seria data de atendimento, houve cancelamento em função da chuva, o que a praticante considera já estar influenciando no seu bem estar, já que começou a sentir incomodo principalmente na área do quadril.

A coordenadora do projeto comentou ainda na entrevista um importante resultado indireto obtido pelo projeto além da reabilitação dos praticantes que com certeza é muito importante, trata-se do envolvimento dos estudantes do Campus Machado nesse projeto, que a professora afirmou ter observado que “eles estão se tornando pessoas melhores, com mais valores, eles tem aprendido a dar mais valor à vida por esse processo de estar convivendo com pessoas com necessidades especiais” o que ela considera como sendo o melhor resultado deste projeto.

Neste sentido podemos fazer uma análise mais genérica, de forma que podemos pontuar com a fala da professora que os projetos de promoção do desenvolvimento local podem gerar como resultado indireto o atendimento também as demandas do ensino, atuando na formação de cidadãos, de pessoas com valores, melhores indivíduos e conseqüentemente uma sociedade melhor.

De acordo com a praticante, o projeto facilitou muito sua vida, visto que anteriormente necessitava ficar se deslocando para a cidade vizinha e correndo atrás de seus direitos, falando ainda sobre os resultados do projeto na vida da praticante ela aproveita o espaço para deixar também sua reclamação, visto que considera que os atendimentos suspensos deveriam ser reagendados para outro dia, porque para ela o projeto é essencial.

Esta manifestação de insatisfação da praticante é sobre um aspecto positivo, ao passo que as pessoas deixam de perceber o projeto como um “favor” e sim como um atendimento essencial, fundamental para sua vida, como um direito adquirido pelo praticante, desta forma é importante que a instituição veja esse atendimento não apenas como um projeto social, mas como uma metodologia terapêutica e que sua suspensão influi diretamente na qualidade de vida das pessoas atendidas.

Quando questionados sobre a influência de tal projeto no desenvolvimento local, as duas entrevistadas foram taxativas ao considerar que possibilita esse desenvolvimento local sim, ambas apontam ainda para a necessidade de maior divulgação deste projeto bem como expansão, com vistas na melhoria da qualidade de vida de outras pessoas.

3.7.2. Projeto U.C.P. (Unidade Comunitária de Processamento de Café)

Para conhecer um pouco melhor o projeto U.C.P. entrevistamos o coordenador do projeto e também professor do IFSULDEMINAS – Campus Machado na área de café, o professor Leandro Carlos Paiva, que considera que o projeto surgiu da necessidade de pequenos produtores melhorarem a qualidade dos cafés, especialmente na fase de pós-colheita, visto que cerca de 70% da qualidade do café está na pós-colheita, neste momento o café está em seu potencial máximo de qualidade de bebida e essa qualidade pode ser perdida.

O professor esclarece ainda que o acesso a toda instrumentação, materiais, equipamentos necessários para manutenção da qualidade são limitados em função do preço, já que são muito caros, impossibilitando tal aquisição pelo pequeno produtor de forma individual. Desta forma a instituição idealizou a aquisição desses equipamentos de forma comunitária e a implantação desses equipamentos em uma comunidade de uma forma que todos possam usufruir deles, desta forma o projeto não trata somente de se fornecer o equipamento ao produtor e sim de fomentar a utilização desse equipamento de “forma associativista”.

Entrevistamos também uma associada do Bairro 300, onde o projeto foi desenvolvido, a Sra. Virgínia Moreira de Figueiredo Dias que quando convidada a relatar como era a vida antes do projeto relatou uma situação de isolamento, não havia a atual participação na associação e envolvimento das pessoas, que para entrevistada é um importante espaço de troca “nessa participação que a gente divide as dificuldades, as experiências das dificuldades que tem e tenta ajudar e ser ajudado também”.

De acordo com o coordenador do projeto, o público alvo foi definido como sendo alguma associação rural e sua escolha se deu por meio de um convite prévio às associações dos três municípios circunvizinhos Machado, Poço Fundo e Carvalhópolis, visto que buscavam instalar essa unidade em um local de fácil acesso para atendimento e assistência técnica. Receberam retorno de apenas três associações interessadas, dentre estas optaram pela que mais necessitava, sendo a mais carente em assistência, em qualidade de bebida e em associativismo de forma geral, com pessoas motivadas em trabalhar de forma conjunta, mas que não tinham

condições de desenvolver isso sozinha e não dispunham do aparato necessário para melhoria da qualidade de seu café.

A entrevistada descreve que ficou sabendo do projeto através da associação e que está envolvida desde o início pois atua diretamente na liderança da associação, partilhando desde a concepção da ideia. Falando sobre a organização da associação ela considera que assim como em outras associações rurais, alguns sempre tomam à frente para “levar as macetadas da vida mesmo prá depois ir passando pro restante né” e ela se coloca nesse grupo da dianteira.

Embora saibamos do potencial associativo da região, foi algo de certa forma inesperado encontrar ali, na zona rural, uma senhora de aparência frágil dotada de iniciativa e totalmente envolvida nas demandas de sua comunidade, foi algo extremamente interessante observar que também no campo, as mulheres estão cada vez mais se empoderando e conquistando seu espaço, espaço assim como a Sra. Virgínia conquistou, na liderança de sua associação.

De acordo com o professor Leandro Carlos Paiva a associação atende cerca de trinta associados, mas trabalham com a previsão de atendimento da Usina a Unidade de Pós –Colheita de cerca de vinte associados.

Avaliando que os associados atuam em regime de agricultura familiar, são cerca de vinte famílias beneficiadas pelo projeto o que é uma quantidade considerável para a região, embora o projeto não tenha efetivamente entrado em funcionamento. Porém os associados estão muito esperançosos, de acordo com Sra. Virgínia, todos torcem para que dê certo e que entre logo em funcionamento, visto que a expectativa é muito grande de que as coisas mudem e que a qualidade do café melhore.

A associada demonstrou durante a entrevista também uma preocupação, por considerar um grande desafio a questão da definição da forma de trabalho e beneficiamento do café na unidade, visto que todos terão que compartilhar o local e o tempo demandando organização. O professor Leandro, coordenador do projeto também pontuou diversas vezes este como sendo o próximo e grande desafio, a organização e funcionamento da unidade.

Observamos um desencontro de informações entre o coordenador e a associada no passo que o mesmo trabalha com a perspectiva de que o efetivo funcionamento da unidade já para esta colheita de café, visto que aponta para um

atraso nesta colheita, o que facilitaria em tese o término da unidade que ainda possui algumas pendências:

Então, com essa colheita agora a gente já vai estar tendo que trabalhar isso aí, porque os cafés já começaram a chegar atrasou um pouco por causa de chuva agora, talvez 10% da colheita tenha sido colhido ainda então ainda falta 90% prá ser colhido e agora que esses maquinários vão começar a funcionar e eles vão começar a encontrar esses problemas e agora eles vão ter que trabalhar como associação, e vão ter que definir isso aí entre eles, melhor esse relacionamento prá poder estar funcionamento bem a unidade.

Na realidade a colheita no Bairro 300 encontrasse avançada e quando chegamos para realizar a entrevista nos deparamos inclusive com parte de terreiro de café da Sra. Virgínia coberta por café já praticamente seco, que deveria inclusive já ser processado caso a unidade estivesse em funcionamento, observação esta endossada pela fala da associada quando questionada sobre a previsão de funcionamento para esta safra:

[...] era e expectativa, to achando difícil que agente, o café amadureceu mais cedo este ano e já ta bastante gente colhendo, esse café mesmo aí já era prá estar lá.

Quando questionada sobre os impedimentos para o efetivo funcionamento da unidade a associada considera:

O que não está caminhando é a estrutura, ainda falta chumbar os secadores, terminar a tulha de armazenamento, é mais a parte da Prefeitura é eles que ficaram compromissados de terminar e tá faltando, da empresa que a prefeitura contratou prá terminar o serviço.

Embora o projeto não esteja no seu efetivo funcionamento questionamos o coordenador do projeto o Sr. Leandro Carlos Paiva sobre os resultados do projeto sejam eles já percebidos ou esperados com o empreendimento. O entrevistado considera que a questão do ganho financeiro, da agregação de valor ao produto trata-se de algo certo, visto a similaridade do projeto desenvolvido com outros de mesma natureza que obtiveram sucesso, outras unidades similares já foram instaladas nas instituições de pesquisa, existindo uma na Epamig e outra em Viçosa, o que difere é que nesses casos funcionam dentro de estruturas federais ou

estaduais e no caso desse projeto o funcionamento se dá dentro da associação. Como o ganho financeiro é algo certo, o professor considera como principal resultado a interação dos produtores, embora preveja inúmeros problemas de relacionamento futuros, mas considera essa como sendo “a identidade do projeto, fazer uma associação trabalhar como associação e crescer junto para o bem comum”.

Partilhando da opinião do professor, a associada Sra. Virgínia considera que o projeto embora não esteja em atividade, já propiciou uma união entre as pessoas, união que a associada considera que “faz toda a diferença”. Considera que o incremento de renda é o propósito do propósito.

O professor Leandro Carlos Paiva considera que o apoio do IFSULDEMINAS – Campus Machado, foi suficiente para o projeto, visto que disponibilizou seus pesquisadores, viagens técnicas, transporte necessário para equipamentos, espaço para armazenamento dos equipamentos, ou seja, todo o possível dentro do projeto o Instituto fez, tendo cumprido o projeto e até mais do que isso, ajudou nesse transporte de equipamentos, ajudou na cessão de pesquisadores, embora tenha as dificuldades das burocracias necessárias, mas que dificultam um pouco os projetos.

Na opinião da usuária do projeto o apoio do IFSULDEMINAS-Campus Machado foi suficiente, embora ainda contam com o apoio futuro, avaliam como sendo ótimo este apoio e tendo sido tudo realizado integralmente “com o Instituto sim, eles não faltam com a gente não”.

Quando questionados sobre a contribuição deste projeto para o desenvolvimento local ambos consideram vá contribuir muito, neste sentido o professor-coordenador considera que com o apoio do Instituto e os produtores trabalhando como associação, conseguirão ter mais equipamentos, trabalho, pesquisa e inovação alojada, desta forma terão ganhos em agregação de valor ao produto, possibilitando a diferenciação dos produtos o que permite que concorram com grandes fazendeiros, produtores e grandes marcas, podendo inclusive ter o café deles, marca própria da associação, então por meio do projeto UCP pode-se possibilitar condições para que possam concorrer em preço com outros, mercado interno e externo, podendo inclusive exportar, estão por meio desse projeto melhorando o produto deles, a agregação de valor do produto, melhorando assim a sustentabilidade e o padrão de vida dessa população local.

Partilhando da mesma opinião a associada considera que o projeto vai promover melhorias para todas as famílias, desenvolvendo este local, dando maior estrutura de trabalho, “enriquecendo a localidade, não falo enriquecendo em valor material só, mais em questão de conhecimento também”.

Observamos que a associada, Sra. Virgínia tem uma ampla noção de que o desenvolvimento não se restringe somente a questão econômica, observamos que o conhecimento técnico é contabilizado pela mesma como uma variável importante a ser incorporada.

3.7.3. Projeto D.R.S. (Desenvolvimento Regional Sustentável)

De acordo com o coordenador do projeto o Sr. André Delly Veiga, a sigla significa D.R.S. significa Desenvolvimento Regional Sustentável, trata-se de um projeto que envolve diversas entidades, algumas associações, sendo o Instituto um dos coordenadores juntamente ao Banco do Brasil, cujo objetivo central é o desenvolvimento dos cooperados por meio da melhoria da cadeia produtiva na qual se inserem da cafeicultura, ocasionando assim na melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, projeto este que na opinião do entrevistado tem tudo a ver com a localidade e especificamente no caso de Poço Fundo, Machado, eles trabalham realmente a cafeicultura, então é um projeto que envolve várias entidades tentando trabalhar essa cafeicultura de uma forma mais ampla.

Entrevistamos ainda um dos cooperados da cooperativa Cooaminas, que foi um dos envolvidos no projeto, durante a entrevista o mesmo relatou que iniciou no projeto através da cooperativa, que foi convidada pelo Banco do Brasil a participar, sua participação principal no projeto se deu e dá por meio da participação em reuniões periódicas com a participação de representantes de diversos órgãos, do prefeito, das cooperativas, associações, lideranças comunitárias, visando um dialogo aberto onde são discutidas questões sociais diversas, como por exemplo demanda de cursos, financiamentos, espaço onde ocorre a ajuda mutua e onde podem apresentar demandas e propor discussões. Antes do projeto isso não existia, esse tipo de reunião com as lideranças, não que o entrevistado tenha conhecimento.

Durante a entrevista o professor coordenador, André Delly Veiga descreveu que o público alvo do projeto são os cooperados, das cooperativas de Poço Fundo, selecionados dentro das cooperativas esses cooperados passam a participar de vários cursos e ações propostas pelos DRS, especialmente cursos de qualidade do café, além do “Tratoração” organizado na cidade de Poço Fundo. O projeto foi na realidade uma proposição feita pelo Banco do Brasil, que também criou o nome do projeto, este projeto é relacionado à agência do Banco do Brasil de Poço Fundo, sendo que a agência foi quem fez a proposição através do gerente do Banco do Brasil da cidade de Poço que convidou o IFSULDEMINAS para apoiar no projeto junto com as três ou quatro cooperativas da região.

Ainda de acordo com o professor André Delly Veiga, o apoio do IFSULDEMINAS para o desenvolvimento do projeto é algo que pode ser melhorado, visando a melhoria contínua, considera que muitas vezes por falta de tempo o Instituto não consegue dar o apoio devido, mas sempre participou ativamente das reuniões dando a opinião e contribuição possível, manifesta ainda o desejo de continuidade do projeto.

Por outro lado o cooperado L.C. avalia como sendo bom o apoio dado pelo Instituto ao projeto, não somente ao projeto, mas de forma geral por meio de outros convênios já celebrados além do projeto D.R.S, cita inclusive um projeto que vem sendo desenvolvido pelo IFSULDEMINAS – Campus Machado na elaboração de croquis, ou seja, mapas das propriedades rurais dos cooperados visando identificar áreas de preservação, nascentes, demanda essa solicitada pela própria cooperativa, e atendida pelo Instituto, uma demanda da certificadora para os cooperados.

Consideramos pela análise documental dos projetos de extensão desenvolvidos pelo IFSULDEMINAS-Campus Machado e com as informações coletadas na extensão, que várias informações acabam não sendo registradas nem contabilizadas no setor como trabalhos de extensão, acabam sendo realizadas como “trabalhos voluntários” e não são computadas as atividades desenvolvidas pelo Campus, o que compromete o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo Campus, assim como a análise estratégica da extensão no Campus.

O entrevistado Sr. L.C. comentou que o projeto ainda está em andamento, não acabou e está sendo totalmente positivo, e afirma “olha eu não me lembro de ter tido uma recusa lá da Escola Agrícola” continua afirmando que podem ter demorado certo tempo para atender, mas sempre atenderam, “quando não tem verba eles fazer

de forma voluntária, então é sempre um apoio onde a gente pode tentar resolver os problemas”.

Identificamos que a confiança depositada pelo cooperado no Instituto é muito grande, sendo considerado como aquele que pode auxiliar na solução de todos os problemas, pudemos observar ainda que ela considera este atendimento como uma forma de trabalho em certas situações, não tendo noção da competência legal do Instituto na promoção desse desenvolvimento local.

O projeto vem sendo desenvolvido desde o ano de 2009 aproximadamente de acordo com o entrevistado André Delly Veiga e de acordo com ele o projeto na realidade tinha um prazo pré-definido para acabar, mas foi proposto que o projeto tivesse seu prazo dilatado um pouco mais, desta forma o projeto encontra-se em fase de coleta de dados para avaliação dos resultados saber como que as cooperativas foram melhoradas pela presença do Instituto, desta forma o interesse do professor é que este projeto continue.

O entrevistado e cooperado Sr. L.C., considera que sem dúvida foram obtidos resultados positivos com o projeto, uma vez que as cooperativas estão se preocupando cada vez mais com a qualidade do café que a cultura principal abordada pelo D.R.S. Quando fala dos resultados obtidos o cooperado entrevistado menciona ainda o trabalho de outro professor do IFSULDEMINAS também entrevistado neste estudo, o Sr. Leandro Carlos Paiva ao qual ela atribui a melhoria da qualidade do café dos cooperados, visto que forneceu muitos cursos nesse sentido que contribuíram muito para as cooperativas, lembra ainda que o mercado está cada vez mais exigente e este é o principal fator que explica terem buscado essa capacitação, em busca da qualidade.

Quando questionado se existiu uma efetiva melhora na qualidade de vida dos cooperados o entrevistado L.C acredita que este é um aspecto mais amplo, uma vez que se torna algo difícil de medir, mas considera que devido ao foco do trabalho na qualidade que afeta diretamente o preço do produto “isso vai querendo ou não afetar na qualidade de vida da pessoa, ela vai ter mais renda prá movimentar a propriedade e prá melhorar sua qualidade de vida da pessoa” e mesmo reiterando a dificuldade de se medir é incisiva ao considerar que isso vai acontecer.

Em relação à questão da atuação do Instituto na promoção do desenvolvimento local o coordenador e entrevistado, o Sr. André considera sem sombra de dúvida que o Instituto colabora significativamente, principalmente em

relação à melhoria da qualidade do produto e qualidade da vida da população, especialmente por meio de cursos, sendo essa a maior contribuição do Instituto no momento.

O entrevistado Sr. L.C. considera o desenvolvimento numa perspectiva particular, não exatamente um desenvolvimento em termos tecnológico ou similar, mas um desenvolvimento que diz respeito à melhoria de vida, de condições sociais da população, algo que considera que estão percebendo, destaca inclusive que a Cooperativa possui uma certificação que visa a sustentabilidade, econômica, social e ambiental.

3.8. O Ensino e Desenvolvimento Local: nas cidades de Machado, Poço Fundo e Carvalhópolis

Os Institutos Federais de acordo com Pacheco (2009, p.24), tem uma proposta singular de organização e gestão, no diálogo com as realidades regional e local e em sintonia com o global, costumam o tecido de uma rede social capaz de gerar, em resposta às demandas de desenvolvimento sustentável e inclusivo, arranjos e tecnologias educacionais próprios.

O Diretor de Desenvolvimento Educacional o Sr. Carlos Henrique Rodrigues Reinato considera a existência de características regionais específicas e aponta para uma constante preocupação do IFSULDEMINAS-Campus Machado em realizar um alinhamento entre essas características e a determinação da demanda por cursos a serem realizados em uma dada localidade, complementa ainda exemplificando, que por estarmos inseridos numa região cafeeira, os cursos ofertados na região de formação inicial e continuada tem relação com café.

Por outro lado, entrevistamos a professora de Informática e Coordenadora do Curso Técnico Subsequente no Polo de Rede de Carvalhópolis, Cristina Carvalho de Almeida que quando questionada se o curso ofertado possui relação com os arranjos produtivos locais, considera que não atende a demanda do mercado de trabalho local totalmente, mas que trata-se de uma importante experiência de vida, por tratar-se ser informática, curso este que pode ser aproveitado em qualquer área, eu acho que eles podem aproveitar em qualquer área. Aponta que por meio de sua

experiência com as duas turmas que já participaram do curso, que eles conseguem “visualizar informática dentro do serviço que eles fazem” e embora aponte que vários não vão trabalhar na área, visto que muitos atuam na prefeitura, em confecções, em escritórios que tem lá, eles conseguem ver alguma aplicação da informática no que fazem, porque considera que não exista nenhuma empresa específica de informática na cidade “mas eles conseguem aproveitar porque é informática”.

Desta forma consideramos que este alinhamento entre as características regionais da localidade em relação dos cursos, neste caso específico de Poço Fundo não foi o único critério escolhido para a definição do curso a se oferecer, visto que pelo diálogo estabelecido pela coordenadora o curso de informática pode não ser o curso mais assertivo para a localidade e com a autonomia e capacidade de atendimento das especificidades da região consideramos que o Instituto pode ir além de simplesmente ofertar ao aluno um curso que possa ser aproveitado em suas atividades profissionais, podendo realizar o caminho inverso, oferecendo um curso que possa fortalecer, melhorar o exercício das atividades profissionais já existentes.

O aluno egresso, Henrique Borges Morais, quando entrevistado sobre a questão do alinhamento dos cursos com as demandas locais, aponta que o município de Carvalhópolis é muito pequeno, tendo assim poucas opções de trabalho na área, visto que a maior parte das pessoas que consegue trabalhar nesta área tem como opção, apenas a Prefeitura da cidade, que possui área de Informática, mas nas outras empresas da cidade a informática é muito pouco usada e maioria do pessoal trabalha mesmo é com atividades rurais.

O Instituto tem buscando sanar os problemas relacionados ao alinhamento dos cursos com as características e demandas locais para a oferta, conforme observamos na falta da coordenadora Cristina Carvalho de Almeida que considera que mesmo o curso colaborando para o desenvolvimento local é um curso bem específico e que com essas duas turmas acreditam ter atendido a demanda do local, de pessoas que tinham interesse em obter formação nesta área, desta forma pretendem não continuar a oferta desse curso neste semestre, para que possam “pensar em uma nova oferta, utilizando até o laboratório de informática que já tem lá, tipo um técnico de administração ou contabilidade”, tendo obtido essa percepção por meio do contato com os alunos que cursaram.

Torna-se de fundamental importância este constante alinhamento entre oferta e demanda dos cursos para que a Instituição tenha uma preocupação também com

a empregabilidade, com a ocupação dos alunos formados de forma que a formação possibilite um incremento na vida da pessoa e também para o desenvolvimento de uma dada localidade.

Conforme observamos na fala do egresso entrevistado, Henrique Borges Morais, o mesmo tem enfrentado dificuldades em encontrar um trabalho na área, continua no mesmo trabalho de antes do curso, que é em um supermercado e seu contato com a informática, se restringe ao cadastramento e suporte de informática no próprio supermercado que já atuava, sem qualquer incremento de renda, além da bolsa que agora ele recebe por atuar em um projeto do Instituto. Fala ainda das dificuldades em conseguir um posto de trabalho na área:

[...]assim prá arrumar o serviço na área aqui na nossa região é difícil, não é tão fácil assim você acabar de fazer o curso técnico e sair empregado. Eu trabalho no supermercado. É eu mexo bastante na área de informática, porque os patrões meu lá mesmo ele sabe só o básico mesmo, mexer assim na internet, mas se for prá alguma manutenção, alguma coisa no sistema lá do supermercado eu que tenho que mexer.

Lembramos ainda que o aluno entrevistado foi indicado pela coordenadora do curso como sendo um “caso de sucesso”, visto que havia concluído a formação e já ingressado no curso superior, não foi objeto de estudo a empregabilidade dos egressos, mas tal entrevista nos faz crer que a mesma dificuldade deve estar sendo percebida por mais egressos.

O Sr. Carlos Henrique Rodrigues Reinato, DDE do Campus Machado, considera ainda na forma de autocrítica, afirmando a existência de demandas inexploradas que o IFSULDEMINAS – Campus Machado precisa se inserir, como a atuação nos movimentos sociais, outras demandas de cursos além dos já ofertados, dentre outros, reforçando a necessidade do IFSULDEMINAS atuar como “protagonista deste desenvolvimento dentro dessas ações”.

A professora entrevistada a Sra. Cristina aponta ainda que o curso ofertado em Carvalhópolis é de certa forma um curso diferenciado dos oferecidos no Campus, devido a sua modalidade que é subsequente, para alunos que já tenham concluído o ensino médio, ao contrário do curso oferecido no Campus que é integrado com o ensino médio, diz ainda que devido embora o padrão de qualidade do curso ser o mesmo de outras turmas anteriores que a gente fizeram o subsequente no Campus, quando ainda era ofertado, existe uma preocupação maior

dos docentes com as vezes as atividades de nivelamento para que toda turma possa acompanhar o conteúdo, visto que a turma é mais heterogênea em termos de idade e atividades profissionais exercidas.

Este curso permitiu ainda por sua modalidade diferenciada atender a um público que teria difícil acesso a outras modalidades de ensino. O egresso Henrique descreve que seu desejo inicial era o de fazer um curso superior, mas que em função do trabalho, não dispunha de horário certo e o curso possibilitou uma importante oportunidade, visto que se encaixava no seu horário. Mostra ainda que persiste o desejo de trabalhar na área que ainda não conseguiu, mas disse que gostou tanto do curso que agora se matriculou no curso superior de Licenciatura em Computação no Campus Machado.

Torna-se fundamental este ajuste específico dos cursos para atendimento das demandas locais, visto que as características são determinantes para o sucesso do curso e sua efetiva colaboração para o desenvolvimento local.

O Diretor de Desenvolvimento Institucional, Sr. Carlos Henrique Rodrigues Reinato, faz uma pertinente crítica à excessiva preocupação de que os cursos sejam voltados para o mercado de trabalho. Em sua opinião este é o grande problema visto que os em geral tem esse foco, ou seja, são totalmente voltados para o mercado de trabalho o que é em certo aspecto contraditório com a questão do desenvolvimento local, ao passo que a instituição passa a focar muito no mercado e esquece-se de imputar ao aluno a formação adequada para que se torne protagonista do desenvolvimento, desta forma não se pode ser somente voltado para o mercado, mas além da formação para o trabalho o aluno deve receber “uma formação de cidadão para gerar esse desenvolvimento local”.

Crítica também é partilhada pelo então titular da SETEC, Pacheco (2009, p.24) “além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado”.

Esta crítica à formação totalmente voltada pelo mercado é algo muito importante e algo ainda presente no próprio Campus-Machado, conforme observamos na fala da professora Cristina Carvalho de Almeida, sobre a existência de alguma disciplina no curso Técnico Subsequente em Carvalhópolis que possa fomentar no aluno a auto-gestão, o senso crítico e o desejo de implementar mudanças na localidade em que vive:

Não, nessa modalidade Subsequente é só disciplina técnica mesmo, de informática, nem empreendedorismo que poderia ter, é só disciplina técnica de informática. [...] Em um ano e meio eles fazem só disciplinas específicas de informática, a única disciplina mais diferente um pouquinho seria a disciplina de inglês, porque eles precisam de inglês pra parte técnica, o inglês técnico pra interpretar as mensagens de erros, compiladores, tudo da área de informática e as outras disciplinas são todas voltadas para técnico mesmo, então eles tem análise de sistemas, banco de dados, desenvolvimento de software e aí eles vão tentando, os professores fazem um esforço muito grande pra tentar mostrar a aplicação desse conteúdo no dia a dia deles.

Observamos dessa forma que não existe nenhuma disciplina que torne o nosso curso diferente dos demais cursos em relação ao aspecto humano, o curso possui um foco técnico claro, presente em toda a grade. A própria entrevista cita a disciplina de empreendedorismo em sua fala, como uma disciplina que poderia ser ofertada. Questionando o aluno da existência de alguma disciplina que tenha lhe impetrado o desejo de mudar a realidade de sua comunidade o mesmo retornou com uma negativa.

Lembramos ainda que a não existência de matérias diversas à formação técnica, foi observada no Curso Subsequente de Informática, o mesmo não ocorre de forma integral nos demais cursos ofertados pela instituição, visto que temos ciência de alguns cursos do Campus que possuem matérias com este caráter além das temáticas relacionadas que quando não contempladas em matérias específicas são tratadas dentro de outras disciplinas.

Neste sentido o Sr. Carlos Henrique Rodrigues Reinato também entrevistado, aponta para a existência das disciplinas de sociologia, filosofia, de gestão, empreendedorismo que estão voltadas para essa formação humana e do desenvolvimento local e que às vezes estão inseridas dentro do contexto de outras disciplinas, disciplinas específicas “que atuam nesse conhecimento local dos alunos e tem toda concepção de verticalização do sistema, o sistema é trabalhado então em diversas disciplinas dependendo do professor”.

Além das disciplinas outra importante forma de ampliação da formação do jovem numa perspectiva mais voltada para o desenvolvimento local, considerada neste estudo, se finda na participação em órgãos estudantis e colegiados. Neste sentido Carlos Henrique Rodrigues Reinato, quando entrevistado sobre a participação dos discentes nestas instituições, aponta que todos os órgãos colegiados do Instituto possuem vagas específicas para o alunado, desde o CADEM

que é o Conselho Acadêmico do Campus, até o CEPE que é o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, até mesmo o Conselho Superior, todos tem vaga em número igual de docentes, discentes e técnicos administrativos, desta forma a instituição adota uma forma de gestão participativa.

Apointa ainda como principal órgão de participação estudantil como sendo a Cooperativa-Escola que é hoje o principal órgão que tem a atuação dos alunos, por meio dos projetos e convênios firmados; considera que a organização política dos alunos ainda precisa ser melhorada, visto que eles ainda não tem a necessária consciência da importância dessa participação, visto que os grêmios por exemplo ainda estão numa fase muito inicial.

A Cooperativa-Escola é sem dúvidas um importante canal de representatividade e desenvolvimento dos conceitos de cooperativismo, visto que é de gestão própria dos alunos, sob a coordenação de um único servidor com Campus e gerencia todos os projetos pedagógicos da Instituição, efetuando desde a aquisição de insumos até a comercialização de excedentes da produção, sendo assim um importante laboratório de aprendizado, além de possibilitar aos alunos o exercício da democracia e da participação, visto que a diretoria da cooperativa é composta por alunos e também eleita por eles.

Embora os órgãos colegiados e estudantis de uma forma geral serem importantes canais de aprendizado e também veículos importantes na promoção do desenvolvimento local, quando indagada sobre a participação dos alunos do Polo de Rede de Carvalhópolis a coordenadora do curso, Sra. Cristina, considera que em relação aos órgãos colegiados e todos os demais órgãos de uma forma geral considera que os estudantes fora de sede, não dispõe das mesmas oportunidade de participação.

Informação esta endossada pelo próprio aluno egresso que agora é aluno do curso superior do Campus Machado e aponta que durante o tempo que cursou o Técnico Subsequente em Carvalhópolis, não teve oportunidade de participar de nenhum projeto, tendo participado somente agora do projeto de extensão PIBID. Em relação ao conhecimento e participação em órgãos colegiados disse que tinha tomado muito pouco conhecimento e que hoje, enquanto aluno do Campus Machado já ouviu falar mais não participa.

Quando questionado se considera que os cursos contribuem para o desenvolvimento local o Sr. Carlos Henrique Rodrigues Reinato, diz que considera

que a embora a finalidade da oferta dos cursos seja esta, acredita que por uma série de motivos a Instituição não está conseguindo atingir seu objetivo pleno de desenvolvimento local, especialmente em relação às demanda. Considera que embora os cursos ofertados sejam voltados para o desenvolvimento local, talvez o público que está sendo atendido para os nossos cursos talvez não seja o público que realmente necessite desses cursos.

As universidades chegaram até este ponto de discussão e hoje observamos que as políticas de acesso às universidades estão sendo reformuladas, assim como as políticas de quotas, desta forma talvez os novos passos para atendimento às demandas de desenvolvimento local necessitem passar por esta discussão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo ao se debruçar sobre a temática de desenvolvimento local e territorialidade, buscou identificar qual o papel desempenhado pelo IFSULDEMINAS – Campus Machado na promoção do desenvolvimento local, com objeto de estudo restrito aos municípios de Machado, Poço Fundo e Carvalhópolis.

Observamos que ao contrário das universidades que já possuem uma experiência estruturada de promoção de interferências na realidade local, especialmente por meio da extensão, este é ainda um território muito novo para os Institutos Federais.

Encontramos quase nenhuma produção científica sobre essa relação entre os Institutos e a comunidade, até mesmo sobre as antigas Escolas Agrotécnicas e praticamente todas as informações neste sentido encontradas são muito superficiais ou praticamente inexistentes.

Identificamos a existência de uma relação muito próxima do IFSULDEMINAS-Campus Machado com a comunidade local e possuíam um amplo conhecimento da realidade local, já desenvolviam inclusive diversos projetos comunitários que atuavam diretamente no desenvolvimento das localidades em que estava inserido, todo este trabalho era realizado vinculado às atividades de ensino, visto que as instituições não eram dotadas de qualquer determinação legal para que assim fizessem.

A lei de criação dos Institutos trouxe sim novas possibilidades para a instituição, visto que conforme observamos na fala dos entrevistados o governo supriu todas as demandas em termos de recursos necessários para entre projeto de desenvolvimento não ficasse apenas no discurso, embora tenhamos identificado por meio da fala dos entrevistados, alguns entraves criados pela política em cima de metas que dificulta a livre atuação do Instituto no atendimento das demandas locais, como por exemplo, a criação de novos cursos que fica condiciona à metas, além das atividades de promoção de desenvolvimento que muitas vezes são de longo prazo e não geram necessariamente indicadores, números que demonstrem essas ações.

Evidenciamos ainda que o Instituto tem um grande desafio visto que a região de abrangência do Instituto, ou seja, o Sul de Minas abrange mais de 180 municípios que são o recorte territorial sob a responsabilidade do IFSULDEMINAS, para promoção do seu desenvolvimento. Desta forma observamos que o Instituto tem focado em algumas áreas que ele já dispõe de maior domínio e que não quer dizer que necessariamente são as áreas de maior demanda da região, quando falamos do IFSULDEMINAS como um todo.

Observamos que a estratégia de expansão e atendimento às demandas da região adotadas pelo IFSULDEMINAS tem sido focar nas suas competências, ou seja, direcionar seus esforços em torno especialmente da área agrícola, atendendo aqueles que a instituição considera como menos favorecidos, a população do campo, especialmente os agricultores familiares.

Outra estratégia que tem sido adotada pela Instituição é priorizar em as regiões no entorno dos campi para desenvolver seus projetos, dessa forma tem buscado situar os campi em áreas estratégicas, como as cidades polo da região, além dos campi já estruturados originados das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Machado, Poço Fundo e Carvalhópolis.

Embora seja uma estratégia que facilite estruturalmente a atuação do Instituto nem sempre é a estratégia que melhor atende as demandas da região e desenvolve o local, durante a entrevista o Pró-Reitor de Extensão, Renato Ferreira de Oliveira, considerou a existência de deficiências no atendimento do circuito turístico, além dos segmentos da indústria e comércio onde ainda existem poucas ações.

Acreditamos que o Sul de Minas é uma região muito diversificada, existindo inúmeros municípios de demandam uma maior interferência do Instituto, mas que não são diretamente atendidas, quando observamos o IDH-M dos municípios onde o

Instituto possui os campi, não são nos piores indicadores, na realidade alguns estão entre os que possuem os melhores indicadores do estado, como Poços de Caldas e Pouso Alegre por exemplo.

Observamos que o IFSULDEMINAS – Campus Machado, apresenta um histórico de atuação muito presente junto à comunidade e que a população de uma forma geral, com base no estudo realizado, deposita uma grande confiança na instituição e grandes expectativas na atuação do Instituto nas demandas locais.

A relação do IFSULDEMINAS=Campus Machado nas cidades estudadas de Poço Fundo, Machado e Carvalhópolis se dá por meio do projeto educacional da instituição que se desenvolve sobre os três pilares: ensino, pesquisa e extensão, As cidades de Carvalhópolis e Poço Fundo ficam muito próximas do município de Machado onde o Campus se insere, desta forma muitos alunos estudam no Campus, os municípios disponibilizam inclusive veículo para deslocamento dos alunos, tamanho volume de alunos atendidos.

Além desse atendimento educacional no Campus o IFSULDEMINAS possui Polo de Rede nos municípios nessas duas cidades, oferecendo cursos para a população na própria cidade. Na cidade de Carvalhópolis onde entrevistamos um aluno egresso e a coordenadora do curso ofertado o Técnico de Informática subsequente, o Polo de Rede é visto como algo muito importante pelo aluno, sendo uma grande oportunidade para a população, inclusive para o aluno que só conseguiu estudar inicialmente graças ao curso ofertado o que ampliou suas oportunidades e hoje faz curso superior no próprio Instituto.

Embora o curso tenha colaborado para o desenvolvimento local, conforme apontado pelo aluno e também pela coordenadora do curso observamos que o Instituto ainda precisa realizar alguns ajustes para atendimento das reais demandas do município, visto que conforme foi relatado pelo aluno os egressos tem enfrentado dificuldades em se colocar no mercado de trabalho e após a formatura de duas turmas a “demanda” pelo curso já foi suprida e conforme apresentado pela coordenadora o curso não será mais ofertado, o que mostra que a alternativa pelo curso pode não ter sido a mais acertada,

Consideramos que o Instituto tem um potencial maior do que simplesmente ofertar um curso que possa ser “aproveitado pelos alunos, por se tratar de informática”, acreditamos que a instituição possa se aproximar mais da região e

fornecer cursos mais específicos que atendam as necessidades locais, ao invés dos alunos encaixarem os cursos em sua vivência particular.

Outro ponto fundamental identificado na realização das entrevistas foi quando questionamos o Diretor de Desenvolvimento Educacional sobre a existência de disciplinas que fomentem e possibilitem aos alunos realizar mudanças na sua realidade local, o Sr. Carlos Henrique Rodrigues Reinato, manifestou positivamente quando a existência dessas disciplinas na grade dos cursos, porém evidenciamos que essas disciplinas não compõe a grade de todos os cursos, visto que os cursos na modalidade subsequente, como é o caso do curso ofertado em Carvalhópolis só possui disciplinas exclusivamente técnicas, o que compromete a qualidade do curso como emancipador e “criador” de protagonistas locais.

Embora o Diretor de Desenvolvimento Educacional comente que o IFSULDEMINAS-Campus Machado valoriza o aspecto democrático e garante vagas aos discentes na mesma proporção que docentes e técnicos administrativos nos conselhos e avalia a importância da Cooperativa-Escola para fomentar nos alunos as competências humanas necessárias para se tornarem agentes do desenvolvimento, reconhece ainda que a participação e a conscientização dos alunos ainda devem ser trabalhadas.

Identificamos também que os cursos fora de série ficam de certa forma prejudicados, conforme identificamos na entrevista com a coordenadora do curso de Carvalhópolis e do aluno egresso que desconhecia a existência das entidades estudantis durante o período em que estudou no Polo de Rede, passando a conhecê-los somente após cursar outro curso, agora superior, no Campus Machado, em relação à atuação em projetos de pesquisa e extensão, só se envolveu no segundo curso também.

A atuação do IFSULDEMINAS – Campus Machado nos municípios estudados se dá ainda por meio dos projetos de pesquisa e extensão, em termos de pesquisa a instituição ainda está aprimorando sua atuação, tendo ainda apenas projetos pontuais e com pequeno alcance, novos laboratórios e técnicas estão sendo desenvolvidas. Solicitamos à Coordenação de Pesquisa do Campus Machado relatórios com os principais projetos desenvolvidos pela Instituição com impacto na comunidade, mas este levantamento ainda não existe, as atuais pesquisas desenvolvidas pelo campus ainda são basicamente voltadas para o público interno do Instituto, ou seja, os discentes, mas esta realidade tem sido alterada, recursos

próprios da instituição têm sido disponibilizados, além de parcerias com agências de fomento, adoção de sistemas e capacitação de recursos.

A extensão no Campus Machado já se encontra mais estruturada, embora tenhamos verificado durante o estudo que parte das informações sobre os projetos de extensão não se encontra registrada, visto que identificamos diversos projetos diretamente com os coordenadores e professores responsáveis, visto que não existiam tais registros no setor responsável além disso durante as entrevistas com os usuários dos projetos, fomos informados que haviam outros serviços que vem sendo prestados pelo Instituto e outros convênios já firmados, cujos registros da extensão não fazem menção alguma.

Observamos que a relação entre o Instituto e a comunidade local é algo muito próximo e os coordenadores dos projetos, os professores do Instituto acabam desenvolvendo uma afinidade e um relacionamento muito próximo com os usuários dos projetos e com este contato direto muitos projetos e atividades desenvolvidas acabam ficando num campo informal, sem qualquer registro, dificultando o desenvolvimento de pesquisas e mensuração dos trabalhos desenvolvidos. Avaliamos ainda deficiências no acompanhamento dos resultados dos projetos e também uma veemente necessidade de estipulação de prazos para finalização dos projetos, visto que os projetos não podem ser eternos, as pessoas precisam se “empoderar” e dar sequência nas ações, mesmo que o Instituto permaneça dando o suporte a gestão deve ser continuada pela própria comunidade.

Atentamos ainda pela confiança que a população deposita no Instituto e embora os envolvidos no projeto reconheçam a existência de falhas e criticarem até mesmo o poder público local, consideram que o Instituto atende de forma satisfatória todas as demandas apresentadas, fazendo o possível. Consideram o Instituto como aquele que pode dar suporte e reconhecem o papel importante que desempenha junto às associações e cooperativas da região e o atendimento especial que dá aos agricultores, especialmente os familiares.

Evidenciamos que realmente o atendimento à população do campo é algo que o Campus Machado tem realizado, observamos que a maioria dos projetos desenvolvidos foca nesta área agrícola especialmente à cafeicultura que também é a atividade principal da região atendida pelo Instituto, especialmente as cidades abrangidas pelo presente estudo, Machado, Poço Fundo e Carvalhópolis.

Paula (2004, p.75-76) considera que um dado local se difere dos demais por meio de seus elementos de identidade, dependendo assim da opção de quem deseja o território, elementos estes que podem ser de diversas ordens, como por exemplo físico-geográficos, étnico-culturais, socioeconômicos (cadeia produtiva), políticos.

O Sul de Minas de uma forma geral possui como uma das principais atividades econômicas a agricultura, porém observamos que o difere este recorte territorial Machado, Poço Fundo e Carvalhópolis, ou seja, as "territorialidades" no local estão situadas principalmente na forma de organização da população, ou seja, encontramos na região um grande potencial para o trabalho em conjunto, ou seja, um grande potencial associativo e cooperativista, visto que na região existem inúmeras cooperativas de agricultores além de associações de moradores, outro elemento diferenciador está também no tipo de agricultor da região que em geral é o agricultor familiar que trabalha com sua família no regime de subsistência.

Algumas cooperativas da região se diferenciam ainda por utilizarem outras formas de comercialização dos produtos, primando pelo mercado mais justo e solidário, por meio do *fairtrade*, exportando seus produtos para diversas partes do mundo por meio de uma nova forma de gestão da cadeia produtiva contrária a tradicional capitalismo "selvagem" de domina o mercado.

Constatamos ainda que o Instituto tem conseguido estabelecer importantes parcerias com outras instituições visando sanar algumas deficiências e possibilitando intervir em outras demandas além de sua especialidade principal, a área agrícola, porém é preciso que o Instituto explore tais parcerias de forma que não fique "refém" de seus parceiros, identificamos que o projeto D.R.S de Poço Fundo algumas limitações do parceiro principal o Banco do Brasil tem impedido que a Instituição avance mais no projeto. No projeto U.C.P. (Unidades Comunitárias de Processamento de Café) pendências na infraestrutura que ficaram na responsabilidade da Prefeitura Municipal de Machado estão comprometendo o início das atividades da unidade e impedindo assim a fluidez do projeto.

De forma geral identificamos que as práticas comunitárias desenvolvidas pelo Instituto, em especial os projetos analisados neste presente estudo colaboram para o desenvolvimento local desses municípios, que a população reconhece este papel desempenhado pela Instituição e que com certeza sentem no Instituto um canal para solução de problemas e um importante parceiro para o desenvolvimento.

Este recorte territorial dispõe de inúmeras características que podem ser fomentadas pela Instituição visando à promoção do desenvolvimento, destacando-se a participação da sociedade civil que é algo muito marcante, especialmente as comunidades rurais que se articulam em torno de associações dos mais distintos tipos, religiosas, recreativas e comunitárias, além das cooperativas, um dos principais entraves para a promoção do desenvolvimento local relatado pelos diversos autores está justamente no estímulo à participação da sociedade civil que é fator indispensável a sua implementação. Desta forma avaliando-se que uma das territorialidades do local está justamente nesse potencial de participação e integração, podemos concluir que nesse recorte territorial existe um cenário favorável ao desenvolvimento local.

Por fim acrescentamos ainda que se trata de uma região favorável à agricultura, que possui ainda características favoráveis e um potencial agrícola considerável, ou seja, não desprezando as outras atividades da localidade, dessa forma não demanda a indução de novas atividades e sim o fomento de atividades já existentes e tradicionais e que o Instituto tem desempenhado este papel junto aos municípios estudados.

REFERÊNCIAS

ALBAGALI, Sarita. **Território e territorialidade**. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília: Sebrae, 2004.

AMARAL FILHO, Jair do. **A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local**. Planejamento e políticas públicas ppp, n.23, p.261-286, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp23/parte7pdf> > Acesso em: 19 jul. 2011.

ARRETCHE, Marta. **Financiamento Federal e Gestão Local de Políticas Sociais: o difícil equilíbrio entre regulação, responsabilidade e autonomia**, in: Ciência & Saúde Coletiva, 8 (2): 331-345 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v8n2/a02v08n2.pdf>>. Acesso em 22 jul. 2011.

BOBBIO, Norberto. **O Conceito de Sociedade Civil**; tradução Marco Aurélio Nogueira - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/Cursos/09.Bobbio,Norberto.O Conceito de Sociedade Civil.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/Cursos/09.Bobbio,Norberto.O%20Conceito%20de%20Sociedade%20Civil.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em cinco de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em janeiro de 2011.

CASTRO, Iná Elias de. **Territorialidade e Institucionalidades das Desigualdades Sociais no Brasil: Potencialidades de Ruptura e de Conservação da Escala Política Local**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 18, pp. 35 - 51, 2005. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp18/Artigo3 In%C3%A1 1.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp18/Artigo3%20In%C3%A1%20Elias%20de%20Castro.pdf)> Acesso em: 06 jan de 2012

COHEN, Jean L. **Sociedade Civil e Globalização: Repensando Categorias**. DADOS. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. Vol. 46, nº 3, 2003, pp. 419 a 459. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n3/a01v46n3.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

DAGNINO, Evelina. **¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** En Daniel Mato (coord.), Políticas de cidadania y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: 2004. FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/venezuela/faces/mato/Dagnino.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2011.

FIGUEIREDO, Jorge Eduardo St. Aubyn de. **Comunidade cívica, capital social e conselhos de saúde no Estado do Rio de Janeiro.** 2001 (Mestrado), Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2001. 113 p. Disponível em: <http://portalteses.icict.fiocruz.br/pdf/FIOCRUZ/2001/figueirem/capa.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais.** Scielo. Saude soc. São Paulo, v. 13, n. 2, 2004. Scielo. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 20 jul. 2011.

KASHIMOTO, Emília Mariko; MARINHO, Marcelo; RUSSEFF, Ivan. **Cultura, Identidade e Desenvolvimento Local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento.** Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 4, p. 35-42, Mar. 2002. Disponível em: http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n4_marcelo.pdf >. Acesso em: 10 jul de 2011.

KRAEMER, C., F., B. **Desenvolvimento local, cidadania e arranjos produtivos locais.** Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, FGV/ EBAPE. 2005. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3288/Dissertacao_Carlos.pdf?sequence=1>. Acesso em 20 jul. 2011.

KASHIMOTO, Emília Mariko, MARINHO, Marcelo; RUSSEFF, Ivan. **Cultura, Identidade e Desenvolvimento Local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento.** Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 4, p. 35-42, Mar. 2002. Disponível em: http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n4_marcelo.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2011.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade.** Série Antropologia. n. 174. Brasília: Departamento de Antropologia. 2002. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/PaulLittle.pdf> >. Acesso em: 05 jan 2012.

MACKE, J. ; CARRION, R. M. . **Planejamento, Implementação e Avaliação de Programas Sociais: Uma Proposta de Inovação.** REAd. Revista Eletrônica de Administração, v. 12, p. 5, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 28 dez. 2010

MALUF, Renato. **Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento.** Estudos Sociedade e Agricultura, n. 15, p. 53-86, 2000. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/esa/index.php?cA=db&al=162&vT=da&vA=75>>. Acesso em: 21 dez de 2010.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. **Desenvolvimento Local:** questões conceituais e metodológicas. Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local ano 3, n. 5. p. 51-59 Set. 2002. Disponível em: <http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n5_sergio_martins.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2011.

MARTINS, Rafael D' Almeida; VAZ, José Carlos; CALDAS, Eduardo de Lima. **A gestão do desenvolvimento local no Brasil:** (des)articulação de atores, instrumentos e território. Rev. Adm. Pública, vol.44, n.3 Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>> Acesso em: 20 dez. 2010.

OLIVEIRA, Francisco. **Aproximações ao enigma:** o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p. Disponível em: < <http://www.polis.org.br/download/46.pdf> >. Acesso em: 20 jul. 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. **As ONGs e a Política no Brasil:** Presença de Novos Atores. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol.49, nº3, 2006, p. 651-669. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n3/a08v49n3.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, 260 p.

RAMOS, L. C. S. **A sociedade civil em tempos da globalização:** uma perspectiva neogramsciana, 2005. Dissertação de mestrado do Programa de Pós graduação em Relações Internacionais. PUC, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

ANEXOS

ANEXO A – Roteiro de Entrevista: Pró-Reitor de Extensão

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL
PESQUISADORA: MICHELLE DA SILVA MÂRQUES

Roteiro de Entrevista – Pró-Reitor de Extensão

Nome do Entrevistado:

Cargo:

Função:

Tempo de Atuação na Instituição:

Tema 1 – Abrangência das Ações

1. O que entende por desenvolvimento local?
2. Como o IFSULDEMINAS se insere nesse contexto?
3. Qual a relação do Instituto com a região em que está inserido?
4. Como o IFSULDEMINAS recebe a competência de promover o desenvolvimento do Sul de Minas Gerais, com uma infinidade de municípios? Quais estratégias adotadas e dificuldades encontradas?
5. Quais as principais características da população dessa região?
6. Como a sociedade civil participa deste processo?
7. Como o poder público local se comporta?

Tema 2 – Extensão:

1. O que representa extensão para o Instituto Federal?
2. O Instituto busca envolver a comunidade nas atividades desenvolvidas? De que forma?
3. De que forma a extensão colabora para o desenvolvimento local?
4. Quais as principais limitações e desafios encontrados pela extensão para colaborar com o Instituto no fomento ao desenvolvimento local?
5. Quais os principais projetos de extensão que efetivamente colaboraram para o desenvolvimento? Fale um pouco sobre estes projetos (usuários, parcerias, recursos, resultados)?
6. Considera a existência de traços ou características específicas da população do Sul de Minas Gerais que contribuem ou dificultam a atuação do IF frente ao desenvolvimento local?
7. Como o Instituto lida com a necessidade de estabelecer políticas de extensão mais abrangentes para todo o Instituto e ao mesmo tempo com a autonomia dada a cada Campus no estabelecimento de seus próprios projetos? Como tem funcionado?
8. Fazendo um balanço dos primeiros anos enquanto Instituto como estamos em termos de extensão? E enquanto agentes da promoção do desenvolvimento local?
9. Quais os próximos objetivos? E desafios?

ANEXO B – Roteiro de Entrevista: Diretor de Desenvolvimento Educacional

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL
PESQUISADORA: MICHELLE DA SILVA MARQUES

Roteiro de Entrevista – Diretor de Desenvolvimento Educacional**Nome do Entrevistado:****Cargo:****Função:****Tempo de Atuação na Instituição:****Tema 1 – O Instituto**

1. O que entende por desenvolvimento local? Como o IF se insere nesse contexto?
2. Os cursos ofertados pela Instituição priorizam as atividades produtivas locais? De que forma?
3. Qual a contribuição dos cursos ofertados pela Instituição para a promoção do desenvolvimento local?
4. Considera que os cursos atendem os arranjos produtivos locais? De que forma?
5. Os cursos já desenvolvidos pela Instituição colaboram de alguma forma para o desenvolvimento local?
6. A Instituição possui órgãos colegiados que permitem e estimulam a participação dos discentes? Relacionar alguns desses órgãos e descrever a forma como se dá essa participação.
7. A Instituição estimula a auto-gestão do alunado de que forma? Quais entidades existentes de gestão própria dos alunos dentro da Instituição e qual sua importância?
8. Existem na grade dos cursos disciplinas específicas que fomentem nos alunos a possibilidade de promover mudanças na realidade local em que vivem?
9. Considera que os cursos ofertados atendem as demandas do mercado de trabalho local? Como é feito esse alinhamento?

Tema 2 – Relação com os Municípios

1. Como é a relação do Instituto com a comunidade em que está inserido?
2. O Campus Machado busca envolver a comunidade nas atividades desenvolvidas? De que forma?
3. Quais as principais limitações e desafios encontrados pelo IF para a promoção do desenvolvimento local?
4. Considera suficiente o recurso anual destinado pela instituição para o desenvolvimento de projetos de extensão?
5. Como se dá a interferência do IFSULDEMINAS – Campus Machado em prol do desenvolvimento local de forma focada nos municípios de Carvalhópolis, Machado e Poço Fundo?
6. Favor relatar os principais projetos desenvolvidos nestes municípios.

7. Como se dá a relação do poder público local nestes municípios? É satisfatória? Relatar as parcerias e dificuldades.
8. Como se dá a participação da população nos projetos desenvolvidos nestes municípios?
9. Existiu alguma característica própria do município de dificultou ou facilitou o desenvolvimento do projeto?

ANEXO C – Roteiro de Entrevista: Coordenador de Projeto

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL
PESQUISADORA: MICHELLE DA SILVA MARQUES

Roteiro de Entrevista – Coordenador (a) do Projeto

Nome do Entrevistado:

Cargo:

Função:

Tempo de Atuação na Instituição:

Tema 1 – Relação com a Temática

1. O que entende por desenvolvimento local?
2. Como o IF se insere nesse contexto?
3. Considera que os projetos desenvolvidos pelo IF podem colaborar para o desenvolvimento local?

Tema 2- A Localidade:

1. Fale um pouco sobre o município onde o projeto foi desenvolvido.
2. Fale um pouco sobre as características próprias de sua população, o que a torna diferente das demais comunidades.

Tema 3 – O Projeto

1. Fale um pouco sobre o projeto desenvolvido (Objetivo, início, financiamento, andamento).
2. Qual o público alvo do projeto? Quantas pessoas foram atendidas?
3. Qual o motivo da escolha do município para desenvolvimento do projeto?
4. Considera a existência de algum traço ou característica da população do município que contribui ou dificultou a atuação do IF frente ao desenvolvimento local?
5. Houve parcerias com outras instituições públicas ou privadas para fomento ao projeto? Quais foram as principais parcerias e qual sua colaboração?
6. Como foi o envolvimento do poder público local na execução do projeto?
7. Como foi a participação da população no projeto?
8. Considera suficiente o apoio que o IFSULDEMINAS deu para que o projeto fosse efetivado?
9. Quais os resultados alcançados com o desenvolvimento do projeto? Quais as reais contribuições evidenciadas para a população?
10. Considera que o projeto colaborou para o desenvolvimento local? De que forma?

ANEXO D – Roteiro de Entrevista: Participante do Projeto UCP/DRS

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL
PESQUISADORA: MICHELLE DA SILVA MARQUES

Roteiro de Entrevista – Participante do Projeto**Tema 1 – Perfil do Entrevistado**

1. Sexo:
2. Idade:
3. Naturalidade:
4. Estado Civil:
5. Onde você reside atualmente: em ambiente rural ou urbano?
6. Possui propriedade rural? Caso positivo qual(is) tipo(s) de cultura (s) desenvolve?
7. Você participa de organizações comunitárias, movimentos sociais e outros? Sejam religiosos, lazer, políticos.

Tema 2- A Localidade:

1. Fale um pouco sobre o município onde o projeto foi desenvolvido.
2. Fale um pouco sobre as características próprias de sua população, o que a torna diferente das demais comunidades.

Tema 2 – O Projeto

1. Fale um pouco sobre sua experiência de vida antes do projeto?
2. Como iniciou seu envolvimento com o projeto?
3. Fale um pouco sobre o projeto.
4. O projeto promoveu melhorias na sua qualidade de vida? E na vida da comunidade como um todo? De que forma?
5. Como foi o envolvimento do poder público local na execução do projeto? Foi satisfatório?
6. Como foi a participação da população no projeto?
7. Considera suficiente o apoio que o IFSULDEMINAS deu para que o projeto fosse efetivado?
8. Quais os resultados alcançados com o desenvolvimento do projeto?
9. Quais as reais contribuições evidenciadas para a população? Houve aumento na renda?
O aprendizado técnico permitiu agregar algum valor?
10. Houve maior integração entre a população local após a implementação do projeto?

11. Faça uma avaliação geral do projeto, se positivo ou negativo. O que poderia ser melhor?

Tema 3 – Relação com a Temática

1. Considera que os projetos desenvolvidos pelo IF podem colaborar para o desenvolvimento do município e região? De que forma?
2. Tratando deste projeto em especial considera que ele colaborou para o desenvolvimento deste município e região? De que forma?

ANEXO E – Roteiro de Entrevista: Praticante de Equoterapia

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL
PESQUISADORA: MICHELLE DA SILVA MARQUES

Roteiro de Entrevista – Praticante de Equoterapia

Tema 1 – Perfil do Entrevistado

1. Sexo:
2. Idade:
3. Naturalidade:
4. Estado Civil:

Tema 2 – Informações do Projeto

1. Fale um pouco sobre sua experiência de vida antes de ingressar no projeto?
2. Como iniciou seu envolvimento com o projeto? Como ficou sabendo do projeto? Como foi selecionado?
3. Fale um pouco sobre o Projeto de Equoterapia na sua vida. Como foi desenvolvido? Duração? Como foi este trajeto?
4. Como foi o envolvimento do poder público local na execução do projeto? Foi satisfatório?
5. Considera suficiente o apoio que o IFSULDEMINAS deu para que o projeto fosse efetivado?
6. Quais os resultados alcançados com o desenvolvimento do projeto? O que mudou em sua vida?
7. Faça uma avaliação geral do projeto, se positivo ou negativo. O que poderia ser melhor?

Tema 3 – Relação com a Temática

1. Considera que os projetos desenvolvidos pelo IF podem colaborar para o desenvolvimento do município e região? De que forma?
2. Tratando deste projeto em especial considera que ele colaborou para o desenvolvimento deste município e região? De que forma?

Tema 4- A Localidade:

1. Fale um pouco sobre o município de Machado.
2. Fale um pouco sobre as características próprias de sua população, o que a torna diferente das demais comunidades.

ANEXO F – Roteiro de Entrevista: Coordenadora de Curso

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL
PESQUISADORA: MICHELLE DA SILVA MARQUES

Roteiro de Entrevista – Coordenadora de Curso**Nome do Entrevistado:****Cargo:****Função:****Tempo de Atuação na Instituição:****Tema 1 – Relação com a temática:**

1. O que entende por desenvolvimento local?
2. Como o IF se insere nesse contexto?
3. O IF influencia a comunidade onde está inserida?
4. Considera que os projetos desenvolvidos pelo IF na localidade podem colaborar para o desenvolvimento local?

Tema 2 – O Instituto:

1. Qual (is) o(s) curso(s) ofertado(s) pelo IFSULDEMINAS – Campus Machado no Polo de Rede de Carvalhópolis?
2. Colaboram de alguma forma com a promoção do desenvolvimento local na comunidade? De que forma?
3. Os cursos ofertados pela Instituição no município de Carvalhópolis tem relação com as atividades produtivas locais? De que forma?
4. No Polo de Rede possui órgãos colegiados que permitem e estimulam a participação dos discentes?

Tema 3 – O curso:

1. Fale um pouco sobre o curso sob sua coordenação.
2. Existem na grade dos cursos disciplinas específicas que fomentem nos alunos a possibilidade de promover mudanças na realidade local em que vivem? (Ex: Cidadania, Sociedade, Cooperativismo, Empreendedorismo).
3. Considera que o curso atende as demandas do mercado de trabalho local?
4. Como avalia a inserção dos alunos egressos no mercado de trabalho, eles têm enfrentado dificuldades? De que forma?
5. Como avalia a qualidade do curso ofertado? Comentar desafios e oportunidades?

Tema 4- A Localidade:

1. Fale um pouco sobre o município de Carvalhópolis. (Potencial, oportunidades, dificuldades e limitações)
2. Fale um pouco sobre as características próprias de sua população, o que a torna diferente das demais comunidades. Características próprias (se solidária, fechada, hospitaleira, associativa).

ANEXO G – Roteiro de Entrevista: Egresso

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL
PESQUISADORA: MICHELLE DA SILVA MARQUES

Roteiro de Entrevista – Egresso

Tema 1 – Perfil do Entrevistado

1. Sexo:
2. Idade:
3. Naturalidade:
4. Estado Civil:

Tema 2- A Localidade:

1. Em qual município reside, trabalha e ou estuda?
2. Fale um pouco sobre o município de Carvalhópolis, onde realizou o curso.
3. Fale um pouco sobre as características próprias de sua população, o que a torna diferente das demais comunidades.

Tema 3 – Situação antes do ingresso

1. Qual(is) o(s) curso(s) escolhidos no Polo de Rede de Carvalhópolis?
2. Qual o motivo da escolha pelo curso?
3. Exercia alguma atividade remunerada antes do curso? Qual?

Tema 4 – O curso

1. Quais eram suas expectativas no ingresso ao curso? Foram atendidas?
2. Como avalia a qualidade do curso ofertado e da Instituição?
3. Existiu alguma disciplina no curso que te estimulou de alguma forma a buscar mudar a realidade local em que vive? Comente.
4. Atuou em algum projeto oferecido pelo Instituto durante o período que foi aluno? Favor relatar.
5. Conheceu no Instituto algum dos órgãos colegiados com representação dos alunos (Cooperativa, Grêmio, Diretório Acadêmico)? Atuou em alguma?

Tema 5 – Situação após a formação

1. Qual a importância do curso para sua vida?
2. Após a conclusão do curso continuou estudando? Quais cursos? Em qual Instituição?
3. Você considera que a formação técnica ofertada pelo Campus Machado é suficiente para se sustentar? Justifique.

4. Qual a sua ocupação profissional no momento? Ela tem relação com seu curso? Encontra(ou) algum desafio para entrar no mercado de trabalho? Comente.
5. Qual o maior impacto de ter estudado no IFSULDEMINAS para sua vida?

Tema 6 – Relação com a Temática

1. O que em sua opinião é desenvolvimento local?
2. Você considera que o Instituto colabora para o desenvolvimento local? De que forma?
3. Os cursos ofertados no município colaboram de alguma forma para a promoção do desenvolvimento local na comunidade? De que forma?
4. Os cursos ofertados pela Instituição no município de Carvalhópolis tem relação com as atividades produtivas locais? De que forma?

ANEXO H – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
 ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
 PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
 MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL
 PESQUISADORA: MICHELLE DA SILVA MARQUES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Título do Projeto: **As práticas comunitárias desenvolvidas pelo IFSULDEMINAS – Campus Machado para o Desenvolvimento Local**

Pesquisadora Responsável: **Michelle da Silva Marques**

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: **Universidade Federal Fluminense**

Telefones para contato: **(35) 9923-9244 – (35) 8858-**

Nome do voluntário: _____

Idade: _____ anos R.G. _____

O(A) Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “**As práticas comunitárias desenvolvidas pelo IFSULDEMINAS – Campus Machado para o Desenvolvimento Local**”, de responsabilidade da pesquisadora **Michelle da Silva Marques**.

Especificar, a seguir, cada um dos itens abaixo, em forma de texto contínuo, usando linguagem acessível à compreensão dos interessados, independentemente de seu grau de instrução:

O presente estudo busca identificar a influência das práticas comunitárias do IFSULDEMINAS Campus Machado na promoção do desenvolvimento local, nos municípios de Machado, Poço Fundo e Carvalhópolis.

As entrevistas serão gravadas em meio digital e depois reproduzidas em texto para análise dos dados que posteriormente serão trabalhados para futura apresentação e publicação.

Esperamos com isso desenvolver um panorama completo da atuação do Instituto nestas localidades, possibilitando com a apresentação dos dados realizar ajustes e melhorias na sua atuação diante da comunidade.

Primeiramente efetuaremos a leitura do presente termo bem como do roteiro de entrevista, posteriormente questionaremos quanto à existência de dúvidas. Caso deseje poderemos disponibilizar depois uma cópia do estudo após a conclusão, este termo será impresso em duas vias, ficando uma com o voluntário.

Lembramos ainda que esta participação é *voluntária* e que este consentimento poderá ser retirado a qualquer tempo.

Ao final da entrevista o voluntário poderá optar pelo sigilo do nome ou permitir sua divulgação, conforme campo abaixo para preenchimento.

Caso opte pela não divulgação do nome verdadeiro, as informações que figurarem no estudo não terão qualquer vinculação que permita a identificação, sendo utilizado números, iniciais falsas ou outros métodos, visando minimizar os riscos de divulgação não autorizada.

Eu, _____, RG nº _____
_____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito, autorizando desta forma a divulgação dos meus dados no presente estudo (ou da pessoa que represento neste ato).

Ou

Eu, _____, RG nº _____
_____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito, solicitando que seja mantido sigilo sobre meus dados pessoais (ou da pessoa que represento neste ato).

Machado, _____ de _____ de _____

Nome e assinatura do entrevistado